

BANCO GENIAL S.A.
CNPJ/MF nº 45.246.410/0001-55
NIRE 333.0002382-8

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2025**

- 1. DATA, HORÁRIO E LOCAL:** No dia 28 (vinte e oito) de abril de 2025, às 09:00 horas, na sede social do BANCO GENIAL S.A., na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, sala 907, Parte, Botafogo, CEP 22.250-906 ("Companhia").
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensadas as formalidades de convocação pela presença da única acionista, conforme **Anexo I**, representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.").
- 3. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. André Schwartz, e secretariados pelo Sr. Rodolfo Riechert.
- 4. ORDEM DO DIA:** Deliberar, (a) em **Assembleia Geral Ordinária**, sobre: **(i)** as contas dos administradores, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ("Exercício 2024"); **(ii)** a destinação do resultado do Exercício 2024; **(iii)** a remuneração global anual máxima da administração para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025 ("Exercício 2025"); e **(iv)** a eleição de novo membro da Diretoria, bem como a consignação da atual composição da Diretoria da Companhia; e, (b) em **Assembleia Geral Extraordinária**, sobre: **(i)** o aumento do número de membros da Diretoria e a consequente alteração do art. 11º do Estatuto Social da Companhia; e **(ii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia.
- 5. PUBLICAÇÕES:** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes, referentes ao Exercício 2024, foram publicados no jornal Diário Comercial, na edição do dia 31 de março de 2025, nas páginas 66 a 69.
- 6. DELIBERAÇÕES:** A única acionista, representando a totalidade do capital social da Companhia, deliberou sobre as matérias constantes da Ordem do Dia da seguinte forma, sem quaisquer ressalvas:
 - 6.1. EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:**
 - (i)** Aprovar as contas dos administradores, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia, relativas ao Exercício 2024;
 - (ii)** Aprovar a destinação do **lucro líquido** da Companhia no tocante ao Exercício 2024, no valor de R\$ 15.649.891,99 (quinze milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, oitocentos e noventa e um reais

e noventa e nove centavos), conforme as respectivas Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia, dos quais:

- a. R\$ 782.494,60 (setecentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e sessenta centavos) serão destinados para a Reserva Legal da Companhia, conforme artigo 193 da Lei das S.A.; e
- b. o montante remanescente, no valor de R\$ 14.867.397,39 (quatorze milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, trezentos e noventa e sete reais e trinta e nove centavos), serão destinados à Reserva de Lucros da Companhia, com a renúncia da única acionista ao dividendo mínimo obrigatório, nos termos do artigo 202, §3º, da Lei das S.A.

(iii) Fixar a remuneração global bruta anual máxima dos Diretores da Companhia para o Exercício 2025 em até R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais). A remuneração global será individualizada conforme deliberado em reunião de Diretoria; e

(iv) Eleger a Sra. **ANA CLARA MONTEIRO RODRIGUES**, brasileira, solteira, nascida em 17/08/1979, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 27.211.000 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 282.568.988-28, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 9º Andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, São Paulo (SP), para o cargo de **Diretora sem designação específica**. A Diretora exercerá seu mandato unificado até a data da posse e investidura nos cargos dos Diretores eleitos na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em 2026. Fica estabelecido que a posse da Diretora ora eleita está condicionada à prévia homologação pelo Banco Central do Brasil, e que ela tomará posse e será investida no seu respectivo cargo mediante assinatura do termo de posse a ser lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia.

(iv.a) Ato contínuo, consignar a atual composição da Diretoria da Companhia, todos com mandato até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026: **(1) ANDRÉ SCHWARTZ**, brasileiro, solteiro, nascido em 17/09/1969, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 07.841.409-1 DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 011.609.767-16, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 9º Andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, São Paulo (SP), para o cargo de **Diretor Presidente**; **(2) BERNARDO NOLASCO ROCHA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.821.555-9 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 089.366.427-82, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Praia de Botafogo, nº 228, 9º andar, Botafogo, CEP 22250-906, Rio de Janeiro (RJ), para o cargo de **Diretor Vice-Presidente**; **(3) RODOLFO RIECHERT**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.198.936-6 IFP/RJ, inscrito no CPF/ MF sob o nº 899.477.897-72, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 9º Andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, São Paulo (SP), para o cargo de **Diretor sem designação específica**; **(4) HUMBERTO ARTHUR TUPINAMBÁ NETO**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 08.662.833-6 DIC/RJ, inscrito no CPF/ MF sob o nº 017.980.697-17,

residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Praia de Botafogo, nº 228, 9º andar, Botafogo, CEP 22250-906, Rio de Janeiro (RJ), para o cargo de **Diretor sem designação específica; (5) LUIS JOSÉ REBELLO DE RESENDE**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 08707084-3 IFP/RJ, inscrito no CPF/ MF sob o nº 025.873.447-78, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 9º Andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, São Paulo (SP), para o cargo de **Diretor sem designação específica; (6) ALDEIR SALVADORI**, brasileiro, viúvo, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 086964/O-5 CRC/RJ, inscrito no CPF/ MF sob o nº 990.342.987-87, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Praia de Botafogo, nº 228, 9º andar, Botafogo, CEP 22.250-906, Rio de Janeiro (RJ), para o cargo de **Diretor sem designação específica; (7) ALEXANDRE MOREIRA CONDE**, brasileiro, solteiro, nascido em 02/02/1976, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 104.584 e no CPF/ MF sob o nº 028.150.437-77, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Praia de Botafogo, nº 228, 9º andar, Botafogo, CEP 22.250-906, Rio de Janeiro (RJ), para o cargo de **Diretor sem designação específica; (8) RODRIGO DE GODOY**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 50.863.708-9 SSP/SP, inscrito no CPF/ MF sob o nº 006.651.417-77, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 9º Andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, São Paulo (SP), para o cargo de **Diretor sem designação específica; (9) CINTIA SANT'ANA DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, engenheira de produção, portadora da Carteira Nacional de Habilitação nº 9442019, inscrita no CPF/MF sob o nº 026.654.557-22, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Praia de Botafogo, nº 228, 9º andar, Botafogo, CEP 22.250-906, Rio de Janeiro (RJ), para o cargo de **Diretora sem designação específica; (10) WILLIAN KENZO YOSHIHIRO**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.874.399-5 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF/ MF sob o nº 219.951.638-56, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 9º Andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, São Paulo (SP), para o cargo de **Diretor sem designação específica; (11) MARIANA CORRELO JOBIM MALLET**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade nº 10883251-0 IFP/RJ, inscrita no CPF/ MF sob o nº 092.594.117-42, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 9º Andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, São Paulo (SP), para o cargo de **Diretora sem designação específica; (12) FLAVIA BARREIROS ROSALEM VICENTE**, brasileira, casada, advogada, portadora da OAB/SP 172.620, inscrita no CPF/MF sob o nº 173.955.158-38, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 9º Andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, São Paulo (SP), para o cargo de **Diretora sem designação específica; (13) THENILLE CUPERTINO MOREIRA**, brasileira, divorciada, administradora, portadora da Cédula de Identidade sob o nº 60.580.264-6 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 116.160.807-95, residente e domiciliada na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 9º Andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, São Paulo (SP), para o cargo de **Diretora sem designação específica; (14) JOÃO EDUARDO LIMA CHRISTIANES DE PÁDUA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.258.911-5 SSP/RJ, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 110.892.947-86, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com

endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 9º Andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, São Paulo (SP), para o cargo de **Diretor sem designação específica**; e **(15) ANA CLARA MONTEIRO RODRIGUES**, brasileira, solteira, nascida em 17/08/1979, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 27.211.000 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 282.568.988-28, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 9º Andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, São Paulo (SP), para o cargo de **Diretora sem designação específica**.

6.2. EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

(i) Aprovar o aumento da composição da Diretoria, a qual poderá ser composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 20 (vinte) membros, de modo que o Artigo 11 do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 11 – A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 20 (vinte) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos ou reeleitos pela Assembleia Geral, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente e os demais sem designação específica, com as atribuições que lhes forem conferidas pela Diretoria, todos com prazo de gestão de 2 (dois) anos, e que deverão satisfazer as condições de investidura exigidos por lei.”.

(ii) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do **Anexo II** a esta ata.

7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Assembleia, da qual se lavrou a presente ata e que, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

8. **ASSINATURAS:** **Mesa:** André Schwartz (Presidente); Rodolfo Riechert (Secretário). **Acionista:** Plural Nova Holding Financeira Ltda., representada por seus Diretores Rodolfo Riechert e André Schwartz.

Rio de Janeiro (RJ), 28 de abril de 2025.

[Restante da página intencionalmente deixado em branco]

[Assinaturas seguem na próxima página]

Mesa:

DocuSigned by
André Schwartz
Assinado por: ANDRÉ SCHWARTZ 01160297616
CPF: 01160297616
Data/Hora da Assinatura: 7/4/2025 | 12:34:45 PM BRT
O: ICP-Brasil, OU: VideoConferencia
C: BR
Empresor: AC CertSign RFB GS
978E4DE9D8E34EE

André Schwartz
Presidente

DocuSigned by
Rodolfo Riechert
Assinado por: RODOLFO RIECHERT 89417789772
CPF: 89417789772
Data/Hora da Assinatura: 9/7/2025 | 11:58:39 AM BRT
O: ICP-Brasil, OU: VideoConferencia
C: BR
Empresor: AC CertSign RFB GS
978E4DE9D8E34EE

Rodolfo Riechert
Secretário

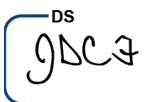
Acionista:

DocuSigned by
Rodolfo Riechert
Assinado por: RODOLFO RIECHERT 89417789772
CPF: 89417789772
Data/Hora da Assinatura: 6/7/2025 | 11:58:44 AM BRT
O: ICP-Brasil, OU: VideoConferencia
C: BR
Empresor: AC CertSign RFB GS
978E4DE9D8E34EE

DocuSigned by
André Schwartz
Assinado por: ANDRÉ SCHWARTZ 01160297616
CPF: 01160297616
Data/Hora da Assinatura: 7/4/2025 | 12:34:50 PM BRT
O: ICP-Brasil, OU: VideoConferencia
C: BR
Empresor: AC CertSign RFB GS
978E4DE9D8E34EE

Plural Nova Holding Financeira Ltda.
Por seus Diretores, os Srs. Rodolfo Riechert e André Schwartz

[Página de Assinaturas da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 28 de abril de 2025.]





BANCO GENIAL S.A.

CNPJ/MF nº 45.246.410/0001-55
NIRE 333.0002382-8

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2025**

ANEXO I

LISTA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS

Acionista	Ações Ordinárias
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; font-size: 8px;"> DocuSigned by RUIZIN RUIZIN Assinado por: RODOLFO RIECHERT 8947769772 CPF: 8947769772 Data/Hora da Assinatura: 6/27/2025 11:58:51 AM BRT O: ICP-Brasil, OU: VideoConferencia C: BR Emissor: AC: CertSign RFB G8  </div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; font-size: 8px;"> DocuSigned by André Schwartz Assinado por: ANDRÉ SCHWARTZ 91160976716 CPF: 91160976716 Data/Hora da Assinatura: 7/4/2025 12:34:55 PM BRT O: ICP-Brasil, OU: VideoConferencia C: BR Emissor: AC: CertSign RFB G8  </div> </div> <p>PLURAL NOVA HOLDING FINANCEIRA LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.024.042/0001-93, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º Andar, Conjunto 102 parte, Itaim Bibi, CEP 04538-132, representada por seus diretores, os Srs. Rodolfo Riechert, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.198.936-6 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 899.477.897-72, e André Schwartz, brasileiro, solteiro, nascido em 17/09/1969, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 07.841.409-1 DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 011.609.767-16, ambos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 9º Andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, São Paulo (SP).</p>	<p>3.003.342</p>

DS
JDC7

BANCO GENIAL S.A
CNPJ/MF: 45.246.410/0001-55
NIRE: 333.0002382-8

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2025

ANEXO II

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, PRAZO DE DURAÇÃO E OBJETO SOCIAL

Artigo 1º - BANCO GENIAL S.A (a “Companhia”) é uma companhia regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e poderá abrir ou fechar dependências, escritórios, agências ou filiais em qualquer parte do território nacional ou do exterior, bem como nomear ou destituir agentes, representantes ou correspondentes particulares, por simples deliberação de sua Diretoria.

Artigo 3º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Artigo 4º - A Companhia tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias próprias de banco múltiplo, inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial e de investimentos) pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), além de operações de câmbio e administração de carteiras de valores mobiliários, conforme legislação em vigor e, adicionalmente, poderá por deliberação da Diretoria deter participação, como sócia ou acionista, em sociedades no país ou no exterior, sem limitação quanto ao seu objeto social, inclusive instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, em qualquer caso, desde que atendida a regulamentação do BACEN.

CAPÍTULO II – DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 194.795.872,42 (cento e noventa e quatro milhões, setecentos e noventa e cinco mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e dois centavos) dividido em 3.003.342 (três milhões, três mil, trezentas e quarenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

§1º - A Companhia poderá emitir certificados de múltiplos de ações e provisoriamente, cautelas que as representem, na forma do artigo 25 da Lei 6.404/76, sempre assinados por 2 (dois) Diretores.

§2º - A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembleia geral.

CAPÍTULO III – DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 6º - A Assembleia reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem. As convocações para as Assembleias Gerais, bem como sua instalação e funcionamento, serão realizadas de acordo com a lei e com este Estatuto.

Artigo 7º - Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por uma mesa composta por um presidente e um secretário, escolhidos pelo voto da maioria dos presentes.

Artigo 8º - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por mandatário, constituído na forma da lei, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. A Companhia poderá solicitar, no anúncio de convocação da Assembleia Geral, o depósito prévio do instrumento de mandato na sede social até 24 (vinte e quatro) horas antes da data para a realização da Assembleia Geral.

Artigo 9º – As Assembleias Gerais, ordinárias e extraordinárias, poderão ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora e instrumentos em ata única.

Artigo 10 – Cabe à Assembleia Geral deliberar sobre as questões que, por lei, sejam de sua competência privativa, bem como sobre aquelas que, por qualquer razão, lhe sejam submetidas. Todas as matérias que sejam objeto da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, neste Estatuto ou em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, serão consideradas aprovadas se contarem com a maioria absoluta de votos afirmativos presentes, não se computando os votos em branco ou abstenções.

CAPÍTULO IV – DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 11 – A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 20 (vinte) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos ou reeleitos pela Assembleia Geral, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente e os demais sem designação específica, com as atribuições que lhes forem conferidas pela Diretoria, todos com prazo de gestão de 2 (dois) anos, e que deverão satisfazer as condições de investidura exigidos por lei.

Parágrafo Primeiro - Caberá a Diretor(es) determinado(s) em Assembleia Geral a responsabilidade pela Administração Fiduciária e Distribuição de Fundos de Investimentos administrados pela Companhia, nos termos da regulamentação aplicável da CVM, não sendo obrigatório que ambas as responsabilidades sejam exercidas por um mesmo Diretor.

Parágrafo Segundo – Caberá a Diretor determinado em Assembleia Geral a responsabilidade pelo cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos que devem ser observados por Fundos de Investimentos, nos termos da regulamentação aplicável da CVM.

Parágrafo Terceiro – Mesmo quando vencido o prazo de seu mandato, continuará o Diretor no exercício do cargo, até a posse daquele que deverá substituí-lo.

Artigo 12 – A investidura no cargo de Diretor far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas de Diretoria, após homologação de seus nomes pelo BACEN, bem como observadas as prescrições legais e regulamentares aplicáveis. O termo de posse deve ser assinado no prazo de 30 (trinta) dias seguintes à aprovação da eleição pelo BACEN, salvo justificativa aceita pela Diretoria, sob pena de tornar-se sem efeito a eleição.

Artigo 13 – Os administradores ficam dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

Artigo 14 – A Diretoria, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorar a Diretoria, sendo integrados por pessoas por ela designadas dentre os membros da administração e/ou pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

Artigo 15 – Em caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, este será substituído pelo Diretor Vice-Presidente ou, se este também estiver ausente ou impedido temporariamente, por outro Diretor que venha a ser designado pelo Diretor Presidente, acumulando o substituto, até o fim da ausência ou impedimento, todos os direitos, atribuições e responsabilidades legais, estatutárias e regulamentares do Diretor Presidente. No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer outro Diretor, competirá ao Diretor ausente designar dentre os membros da Diretoria, seu substituto, o qual exercerá as respectivas funções e direitos sem prejuízo das suas próprias, até cessar os motivos do impedimento ou da falta.

Artigo 16 – Em caso de vacância do cargo de Diretor Presidente, o Diretor Vice-Presidente o substituirá, acumulando suas atribuições, direitos e responsabilidades com as do Diretor Presidente até que a Assembleia Geral eleja novo Diretor Presidente. Em caso da vacância dos demais cargos da Diretoria, a substituição provisória será promovida pela Diretoria através de indicação de um de seus membros por maioria simples. O provimento definitivo do cargo far-se-á por eleição, na primeira Assembleia Geral, servindo o substituto, então eleito, até o término do mandato do substituído.

Parágrafo Único – Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo de Diretor que, sem causa justificada, a juízo da Diretoria, deixar de exercer as funções por trinta dias consecutivos.

Artigo 17 – As reuniões de Diretoria serão convocadas por qualquer Diretor e instaladas e presididas pelo Diretor Presidente ou outro Diretor que venha a ser designado pelo Diretor Presidente.

§ 1º - As convocações serão feitas por meio de carta, telegrama, fac-símile, correio eletrônico, ou outro meio de comunicação com comprovante de recebimento, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, e indicando local, data, hora e ordem do dia.

§ 2º – As formalidades da convocação poderão ser dispensadas se todos os Diretores estiverem presentes ou se declararem cientes do local, data, hora e ordem do dia da reunião.

§ 3º – As reuniões de Diretoria serão instaladas com a presença da maioria de seus membros.

§ 4º – Nas reuniões de Diretoria considerar-se-ão presentes os Diretores que: (i) designarem, por escrito, outro Diretor como seu substituto; (ii) participarem da reunião por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônico, ou (iii) enviarem voto por escrito.

§ 5º – As deliberações da Diretoria serão tomadas mediante aprovação pela maioria dos presentes.

§ 6º - Das reuniões lavrar-se-ão atas no livro próprio, assinadas pelos presentes.

Artigo 18 – A Diretoria será investida de todos os poderes necessários à realização do objeto social, exceto aqueles que por lei ou pelo presente Estatuto, dependam de prévia aprovação da Assembleia Geral e, especificamente, poderes para transigir, renunciar, desistir, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações e celebrar contratos de qualquer natureza, onerar e alienar bens sociais móveis e imóveis ou adquirir bens dessa natureza previstos neste estatuto.

Artigo 19 – Além das previstas em lei e neste Estatuto, constituem atribuições e deveres da Diretoria:

- a) deliberar sobre regulamentos e planos gerais de administração e de negócios, fazendo cumprir este Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral;
- b) deliberar sobre operações e aplicações de recursos, podendo, se for conveniente, fixar normas e limites cadastrais ou orçamentários, a serem observados.
- c) nomear ou contratar representantes, agentes ou correspondentes particulares, e resolver sobre a sua destituição, criar ou suprimir dependências;
- d) deliberar sobre a estruturação e modificação dos quadros de pessoal, fixando padrões de vencimentos e outras vantagens;
- e) determinar a elaboração de balancetes mensais e balanços semestrais;
- f) contratar, advertir e demitir o pessoal necessário aos serviços da Companhia;
- g) apresentar relatórios, balanços e demonstrativos da conta “Lucros Perdas” de cada exercício à Assembleia Geral, depois de submetidos a parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento;
- h) propor à Assembleia Geral a fixação de dividendos a serem distribuídos aos acionistas;
- i) definir normas e diretrizes sobre a participação dos empregados nos lucros da Companhia;
- j) convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- k) designar substituto de qualquer Diretor na forma prevista no artigo 16 deste Estatuto;
- l) solicitar pareceres do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e, sempre que necessário, convocar as suas reuniões;
- m) aprovar o regulamento interno da Companhia;

- n) solucionar as questões suscitadas com terceiros e quaisquer casos extraordinários que não sejam de competência exclusiva da Assembleia Geral;
- o) nomear procuradores para agir em nome da Companhia, dentro dos limites e prazo de execução que deverão ser especificados no instrumento de mandato, e destituí-los a qualquer tempo;
- p) supervisionar e acompanhar as operações e o andamento dos negócios da Companhia;
- q) escolher e destituir os auditores independentes, os membros da Ouvidoria, assim como preencher as vagas que se verificarem por ausência, morte, renúncia ou destituição e aprovar o regimento interno da Ouvidoria, fixar a remuneração de cada membro, bem como convocá-los para prestar todos os esclarecimentos que entenderem necessários sobre as matérias de suas respectivas atribuições; e
- r) fixar a orientação de voto a ser proferido por seus representantes em assembleias gerais, reuniões ou equivalentes nas sociedades, fundações e outras entidades nas quais a Companhia participe, respeitadas as políticas e diretrizes aprovadas pela Assembleia Geral.

Artigo 20 – A Companhia considerar-se-á obrigada, ou exonerará terceiros de responsabilidade para com ela:

- a) pelas assinaturas conjuntas de 2 (dois) Diretores;
- b) pelas assinaturas conjuntas de 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador que assim for designado, no respectivo instrumento de mandato e nos limites dos poderes que nele se contiverem.

§ 1º - Os procuradores "ad negotia" serão constituídos por mandato com prazo não superior a 1 (um) ano, assinado por 2 (dois) Diretores, no qual serão especificados os poderes outorgados.

§ 2º - As procaurações para representação em processos judiciais, arbitrais ou administrativos poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, permitida, neste caso, a representação da Companhia por 1 (um) procurador agindo isoladamente.

Artigo 21 – São atribuições dos Diretores:

I – do Presidente:

- (a) presidir as Reuniões de Diretoria;
- (b) coordenar e supervisionar as atividades dos Diretores;
- (c) coordenar o relacionamento da Diretoria com a Assembleia Geral e com o Conselho Fiscal;
- (d) elaborar junto com os demais Diretores o relatório anual da administração e levantar as demonstrações financeiras da Companhia;

II – do Vice-Presidente e demais Diretores:

- (a) administrar, supervisionar e coordenar as atividades da Diretoria sob sua responsabilidade;
- (b) executar as atribuições que lhe forem outorgadas pela Diretoria;

(c) especificamente ao Vice-Presidente, substituir o Diretor Presidente em seus impedimentos temporários e ausências, bem como no caso de vacância até a eleição do novo Diretor Presidente pela Assembleia Geral.

Artigo 22 – Ressalvadas as exigências de assinaturas conjuntas, como previsto no art. 20 para assunção de obrigações em nome da Companhia, competirá a qualquer Diretor a representação da Companhia e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular.

CAPÍTULO V – DO CONSELHO FISCAL

Artigo 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e respectivos suplentes, residentes no País, com as atribuições previstas em lei.

Parágrafo Único – O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que os acionistas solicitarem a sua instalação, devendo a Assembleia Geral competente eleger seus membros e fixar a respectiva remuneração, tudo na forma da legislação e regulamentação aplicáveis.

CAPÍTULO VI - OUVIDORIA

Artigo 24 - A Ouvidoria é o órgão constituído para atender às normas regulamentares vigentes e editadas pelo CMN e pelo BACEN. A Ouvidoria será composta por 1 (um) Ouvidor, nomeado e destituído pela Diretoria da Companhia, conforme estabelecido no artigo 19, alínea (q), e 1 (um) Diretor responsável pelo desempenho de suas atividades, ambos com mandato de 12 (doze) meses, permitida a recondução ao cargo.

Parágrafo Único - Conforme facultado pelas normas do CMN, a Ouvidoria será única para todas as instituições financeiras e/ou equiparadas, pertencentes ao conglomerado BRASIL PLURAL no Brasil.

Artigo 25 - A Ouvidoria terá como função garantir a estrita observância às normas legais e regulamentares vigentes relativas aos direitos do consumidor, tendo como atribuições:

- (a) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Companhia;
- (b) atuar como canal de comunicação entre a Companhia, as instituições pertencentes ao conglomerado financeiro e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e;
- (c) informar à diretoria da Companhia a respeito das atividades de Ouvidoria.

Artigo 26 - Constituem atividades da Ouvidoria:

- (a) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;

- (b) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não pode ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;
- (c) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto no item anterior; e
- (d) manter a Diretoria informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições, e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Companhia para solucioná-los.

Artigo 27 – Os critérios para designação de Ouvidor serão baseados em conduta ilibada, conhecimento dos produtos e serviços comercializados pela Companhia, aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos e à devida certificação em Ouvidoria obtida perante entidade de reconhecida capacidade técnica.

Parágrafo Único - A destituição do Ouvidor poderá ocorrer por manifestação própria ou por decisão da Diretoria da Companhia, em decorrência da perda de vínculo funcional com a Companhia, alteração de função dentro da Companhia, conduta ética incompatível com a função, desempenho insatisfatório de suas atribuições, ou eventuais práticas e condutas que justifiquem a destituição.

Artigo 28 - A Companhia deverá criar condições para o adequado funcionamento da Ouvidoria, cuja atuação deverá ser pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção, assegurando o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

CAPÍTULO VII – DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS, LUCROS, APLICAÇÕES

Artigo 29 - O exercício social iniciará em 1 de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 30 – A Diretoria elaborará, com base nos registros da Companhia, demonstrações financeiras anuais e semestrais, previstas nas disposições legais e regulamentares em vigor.

§1º - As demonstrações financeiras serão elaboradas com data-base de 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano, observados os prazos para sua preparação estabelecidos na Lei 6.404/76 e regulamentação aplicável.

§2º - A Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, na forma do artigo 192 da Lei 6.404, juntamente com sua manifestação sobre o relatório da administração e as contas preparadas pela Diretoria, na forma do artigo 142, V da Lei 6.404.

Artigo 31 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e as provisões para impostos. O prejuízo do exercício será absorvido pelos lucros acumulados, pela reserva de lucros e pela reserva legal, nesta ordem.

§1º - O lucro líquido apurado terá a seguinte destinação:

- (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que o saldo da reserva atinja 20% (vinte por cento) do capital social, sendo facultado à Companhia deixar de constituir a reserva legal no exercício em que seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital previstas no artigo 182, §1º da Lei 6.404, exceder 30% (trinta por cento) do capital social;
- (b) o valor necessário para o pagamento do dividendo obrigatório previsto no artigo 32 deste Estatuto Social;
- (c) o saldo poderá, conforme deliberado em Assembleia Geral mediante proposta da Diretoria, ser destinado, total ou parcialmente, à Reserva de Investimentos de que trata o §2º abaixo ou ser retido, total ou parcialmente, na forma do artigo 196 da Lei 6.404, com base em orçamento de capital; e
- (d) os lucros não destinados na forma da lei e deste Estatuto Social deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, §6º, da Lei 6.404.

§2º - A Reserva de Investimentos tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações. A parcela anual dos lucros líquidos destinada à Reserva de Investimento será determinada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, com base em proposta da administração, obedecendo às destinações determinadas nas alíneas do §1º deste artigo (cuja alínea (c) faculta a alocação de até 100% do saldo remanescente do lucro líquido para essa reserva), sendo certo que a proposta ora referida levará em conta as necessidades de capitalização da Companhia e as demais finalidades da Reserva de Investimentos. O limite máximo da Reserva de Investimentos será aquele estabelecido no artigo 199 da Lei 6.404. Quando a Reserva de Investimentos atingir seu limite máximo, ou quando a Companhia entender que o saldo da reserva excede o necessário para cumprir sua finalidade, a Assembleia Geral poderá determinar sua aplicação total ou parcial na integralização ou aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, na forma do artigo 199 da Lei 6.404.

Artigo 32 - A Companhia distribuirá, a título de dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404.

Artigo 33 - A Diretoria poderá declarar (i) dividendos intermediários à conta de lucros ou de reservas de lucros, apurados em balanços patrimoniais anuais ou semestrais; e (ii) dividendos intercalares com base nos lucros apurados em balanço levantado em períodos que não o anual ou semestral, observadas as limitações legais.

Artigo 34 - A Assembleia Geral poderá determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio, até o limite permitido em lei, cujo valor poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, observadas a legislação e regulamentação aplicável.

Artigo 35 - Nos exercícios sociais em que for distribuído o dividendo obrigatório, poderá ser distribuída aos administradores da Companhia, por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, participação no lucro do exercício até o teto legal permitido e desde que respeitada a regulamentação aplicável.

Artigo 36 - A Companhia poderá destinar parte do seu lucro, apurado semestralmente, à distribuição aos seus empregados, de acordo com normas estabelecidas em reunião da Diretoria, específicas para tal.

CAPÍTULO VIII - ACORDO DE ACIONISTAS

Artigo 37 - A Companhia observará os acordos de acionistas eventualmente existentes e arquivados na sua sede e/ou dos quais seja parte ou interveniente, nos termos do artigo 118 da Lei 6.404 (“Acordos de Acionistas”) e os administradores da Companhia atentarão pela sua observância, abstendo-se de registrar transferências de ações ou criação de ônus e/ou gravames sobre ações que sejam contrários às suas disposições. O presidente de qualquer Assembleia Geral ou reunião de Diretoria deverá declarar a nulidade do voto proferido em contrariedade com as disposições de Acordos de Acionistas, abstendo-se de computar os votos assim proferidos. Os direitos, obrigações e responsabilidades resultantes de Acordos de Acionistas serão válidos e oponíveis a terceiros tão logo tenham sido averbados nos registros de ações da Companhia.

§ Único - As ações de emissão da Companhia vinculadas a Acordo de Acionistas estão sujeitas às restrições lá previstas, inclusive quanto à sua alienação e oneração, conforme os casos. Os direitos conferidos em razão da titularidade de tais ações (inclusive o direito de voto e demais previsto neste Estatuto Social) deverão ser exercidos em consonância com o disposto em tais Acordos de Acionistas.

CAPÍTULO IX – LIQUIDAÇÃO

Artigo 38 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos na lei ou por deliberação da Assembleia Geral, competindo à mesma estabelecer o modo de liquidação, nomeação dos liquidantes, eleição dos membros, efetivos e suplentes, do Conselho Fiscal, que deve funcionar no período de liquidação.

CAPÍTULO X – JUÍZO ARBITRAL

Artigo 39 – A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação violação e seus efeitos, das disposições contidas neste Estatuto, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia e nas disposições da Lei nº 6.404/76. A arbitragem será conduzida em conformidade com o regulamento da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CCBC”) e a sua sede será na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil, sendo vedado aos árbitros julgar por equidade.

§ Único – A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal elegem, em caráter irrevogável e irretratável, o foro da comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para o requerimento de quaisquer medidas acautelatórias para assegurar a arbitragem, ou, previamente à instalação do tribunal arbitral, para medidas de urgência de cunho preparatório à arbitragem para manter o *status quo* ou prevenir dano irreparável.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: BANCO GENIAL S.A.

NIRE: 333.0002382-8 Protocolo: 2025/00694534-7 Data do protocolo: 09/07/2025

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 10/07/2025 SOB O NÚMERO 00007074589 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 7508B559E34560BCAA0C7860E0EF475E75F369767B4D77AAEC7B71E4F551DECB

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Banco Genial S.A

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: BANCO GENIAL S.A.

NIRE: 333.0002382-8 Protocolo: 2025/00694534-7 Data do protocolo: 09/07/2025

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 10/07/2025 SOB O NÚMERO 00007074589 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 7508B559E34560BCAA0C7860E0EF475E75F369767B4D77AAEC7B71E4F551DECB

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 19/71

Sumário

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração – Banco Genial S.A.

Apresentamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Genial S.A. (“Banco”) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com as normas do Banco Central do Brasil – “Bacen”, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

O Banco é um Banco Múltiplo com foco em prestação de serviços para seus clientes, atuando em operações estruturadas de financiamento, assessoria financeira e *asset management*, além de contar com forte atuação no mercado de *distress asset* e *real state*, possuindo capacidade ímpar de distribuir produtos de todas as suas áreas de atuação no atacado e no varejo com foco em tecnologia e inovação.

As Entidades participantes do Conglomerado atuam integradamente no mercado financeiro, buscando sinergias e complementaridade dos negócios. O Conglomerado conta, operacionalmente, com as Corretoras Genial Investimentos e Genial Institucional, as Gestoras Plural Investimentos, Plural Gestão de Recursos e Occam Brasil Gestão de Recursos, além da Genial Seguros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços financeiros aos seus clientes.

Ao final do exercício, os ativos do Banco totalizavam R\$3,8 bilhões, o patrimônio líquido R\$240 milhões, o índice de basileia 14,08% e o resultado do exercício foi um lucro de R\$15,6 milhões (prejuízo de R\$11,2 milhões em 2023). O resultado alcançado será mantido em reserva de lucros para manutenção dos nossos limites operacionais.

Em abril de 2024, foi aprovado o aumento de capital de R\$35 milhões e em dezembro do mesmo ano realizamos novo aumento de capital de R\$15 milhões, aprovado junto ao Banco Central do Brasil em março de 2025, de forma a reforçar nosso compromisso com o negócio e incrementar nosso capital nível I.

No cenário econômico, as expectativas no início do ano eram de crescimento modesto da economia brasileira que projetavam o crescimento de 1,6% do PIB, refletindo cautela, influenciado por desafios internos e incertezas no ambiente internacional. A meta de inflação era de 3% e a projeção da taxa de juros de 11,75%. As perspectivas tinham como meta o alinhamento na busca pelo equilíbrio entre o estímulo ao crescimento e a estabilidade econômica. Ao longo do ano, acompanhamos variações significativas no PIB, nos índices de inflação e efeitos de decisões importantes na política fiscal e monetária. O PIB fechou o ano com crescimento acima de 3% e desempenho robusto, porém, a inflação ultrapassou o teto da meta com acumulado de 4,83% e a taxa de juros 12,25%. Diante dos desdobramentos da política econômica, as operações em bolsa de valores flutuaram entre altas e baixas ao longo do ano, com Ibovespa fechando com um dos piores desempenhos apresentando queda de 10,36% e 120.283 pontos. Assim e diante das incertezas políticas internas e externas do cenário atual, a renda fixa permanece sendo a classe de ativos mais rentável do país no ano. Apesar do ambiente desfavorável ao risco, mantivemos nosso patamar de crescimento sustentável em corretagem no mercado de bolsa de valores.

Continuamos com a estratégia de transformação digital e a utilização de ferramentas diferenciadas consideradas importantes para alcançar a satisfação cada vez maior de nossos clientes. Nesse exercício, os investimentos em tecnologia, mão de obra qualificada e a inovação em diversos segmentos no mercado financeiro foram mantidos em busca da excelência para a oferta produtos através de plataforma de serviços financeiros completa, contando com áreas de *investment banking*, *corporate banking*, assessoria financeira, gestão de recursos, seguros, parcerias para “*investment as a service*”, “*bank as a service*”, entre outras. Através da conta digital, o cliente tem acesso a uma ampla prateleira de investimentos, Pix, TEDs, pagamentos, câmbio, acessos a home broker, cartão de crédito, conta global, consórcio, débito automático, crédito com garantia,



crédito consignado e demais produtos de renda fixa e variável o que nos torna uma plataforma completa.

Nosso propósito é oferecer aos nossos clientes a melhor experiência do mercado na condução dos seus investimentos, ser uma marca reconhecida por um serviço de alto padrão, atrair e reter os melhores talentos do mercado, além de atingir crescimento exponencial na captação de recursos e de clientes.

Aos nossos clientes e colaboradores, obrigado pelo apoio e confiança que contribuíram para as nossas realizações.

A Administração.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: BANCO GENIAL S.A.

NIRE: 333.0002382-8 Protocolo: 2025/00694534-7 Data do protocolo: 09/07/2025

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 10/07/2025 SOB O NÚMERO 00007074589 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 7508B559E34560BCAA0C7860E0EF475E75F369767B4D77AABC7B71E4F551DECB

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 22/71



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas do

Banco Genial S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Genial S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Genial S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção à seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: BANCO GENIAL S.A.

NIRE: 333.0002382-8 Protocolo: 2025/00694534-7 Data do protocolo: 09/07/2025

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 10/07/2025 SOB O NÚMERO 00007074589 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 7508B559E34560BCAA0C7860E0EF475E75F369767B4D77AAEC7B71E4F551DECB

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 23/71

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar ao Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: BANCO GENIAL S.A.

NIRE: 333.0002382-8 Protocolo: 2025/00694534-7 Data do protocolo: 09/07/2025

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 10/07/2025 SOB O NÚMERO 00007074589 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 7508B559E34560BCAA0C7860E0EF475E75F369767B4D77AAEC7B71E4F551DECB

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.




- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria de grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Lino Martins da Silva Junior
CRC-RJ- 083314/O-7

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: BANCO GENIAL S.A.

NIRE: 333.0002382-8 Protocolo: 2025/00694534-7 Data do protocolo: 09/07/2025

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 10/07/2025 SOB O NÚMERO 00007074589 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 7508B559E34560BCAA0C7860E0EF475E75F369767B4D77AAEC7B71E4F551DECB

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 25/71

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante		2.217.644	2.165.445
Caixa e equivalentes de caixa		148.446	6.531
Disponibilidades	4	15.034	978
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	133.412	5.553
Instrumentos financeiros		1.128.386	1.721.162
Títulos e valores mobiliários	6	1.128.000	1.720.392
Carteira própria		495.443	336.530
Vinculados a compromisso de recompra		460.429	1.158.687
Vinculados à prestação de garantias		172.128	190.029
Vinculados ao Banco Central		-	35.146
Instrumentos financeiros derivativos	7	386	770
Operações de crédito	8	101.606	75.717
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.d	(2.039)	(703)
Relações interfinanceiras		605.542	307.709
Outros créditos		231.278	54.011
Carteira de câmbio	9	106.417	4.621
Rendas e serviços a receber	10	38.346	28.293
Negociação e intermediação de valores		7.056	184
Títulos e créditos a receber	11	31.737	8.584
Diversos	12	55.536	19.121
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos	13	(7.814)	(6.792)
Outros ativos		4.425	1.018
Despesas antecipadas		4.425	1.018
Não circulante		1.550.647	533.258
Realizável a longo prazo		1.247.517	233.413
Instrumentos financeiros		826.461	40.712
Títulos e valores mobiliários	6	826.412	40.055
Vinculados a compromisso de recompra		726.987	-
Vinculados à prestação de garantias		84.347	40.055
Vinculados ao Banco Central		15.078	-
Instrumentos financeiros derivativos	7	49	657
Operações de crédito	8	390.543	149.886
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.d	(5.348)	(1.010)
Créditos tributários		30.131	29.185
Outros créditos		5.730	14.640
Títulos e créditos a receber	11	-	7.856
Diversos	12	5.730	6.784
Investimentos	14	247.583	247.502
Participações societárias em controladas		247.583	247.502
Imobilizado de uso	15	9.341	12.231
Intangível	16	46.206	40.112
Total do ativo		3.768.291	2.698.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Circulante		2.062.907	2.097.680
Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.622.826	1.962.283
Depósitos	17	1.148.617	805.626
Captações no mercado aberto	17	460.074	1.156.304
Recursos de aceites e emissão de títulos	17	13.818	-
Instrumentos financeiros derivativos	7	317	353
Relações interfinanceiras		53.942	7.924
Pagamentos e compensações a liquidar		53.942	7.924
Outras obrigações		386.139	127.473
Carteira de câmbio	9	107.352	4.850
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		632	764
Negociações e intermediação de valores		4.243	-
Fiscais e previdenciárias	18	248.388	99.881
Diversas	19	25.524	21.978
Não circulante		1.705.384	601.023
Exigível a longo prazo		1.465.401	392.987
Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.432.854	372.396
Depósitos	17	539.288	337.365
Captações no mercado aberto	17	725.606	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	17	97.837	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	22	70.123	35.031
Fiscais diferidas		32.458	20.441
Outras obrigações		89	150
Provisão para passivos contingentes	21	11	150
Diversas	19	78	-
Patrimônio líquido	23	239.983	208.036
Capital social		179.796	144.796
Capital social em aprovação		15.000	35.000
Reservas de lucros		20.560	4.910
Outros resultados abrangentes		24.627	23.330
Total do passivo e patrimônio líquido		3.768.291	2.698.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2º Semestre findo 31/12/2024	Exercício 31/12/2024	Exercício 31/12/2023
Receitas da intermediação financeira		207.346	346.387	284.765
Rendas de aplicações financeiras de liquidez	5	16.066	34.375	42.884
Resultado de títulos e valores mobiliários	6	135.409	221.140	168.008
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	7	5.935	5.888	3.319
Operações de crédito	8	28.260	47.373	41.530
Operações de câmbio	9	21.676	37.611	29.024
Despesas da intermediação financeira		(110.107)	(206.700)	(206.047)
Operações de captação no mercado	17	(106.720)	(200.885)	(206.487)
Operações de empréstimos e repasses		(7)	(7)	-
(-) Provisão/ reversão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(3.380)	(5.808)	440
Resultado bruto da intermediação financeira		97.239	139.687	78.718
Outras receitas (despesas) operacionais		(61.353)	(108.543)	(47.151)
Receitas de prestação de serviços	24	99.237	188.412	163.188
Despesas de pessoal	25.a	(32.362)	(63.534)	(58.320)
Despesas administrativas	25.b	(119.371)	(206.443)	(124.303)
Despesas tributárias		(13.643)	(24.477)	(22.212)
Depreciação e amortização	15 e 16	(6.668)	(8.980)	(2.925)
Outras receitas operacionais	26	19.908	30.992	23.543
Outras despesas operacionais	26	(9.745)	(23.635)	(25.888)
(-) Reversão/provisão para perdas esperadas associadas a outros créditos/ativos		1.291	(878)	(234)
Resultado de participação societária em controladas	14	(2.409)	81	(33.186)
Despesas de provisões	23	(1)	(4)	(58)
Provisões para passivos contingentes		(1)	(4)	(58)
Resultado operacional		33.476	31.221	(1.677)
Resultado não operacional		-	-	7.770
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		33.476	31.221	6.093
Imposto de renda e contribuição social		(12.855)	(10.798)	(12.003)
Impostos diferido	20	(12.855)	(10.798)	(12.003)
Participação estatutária no resultado		(4.773)	(4.773)	(5.300)
Resultado líquido do semestre/exercício		15.848	15.650	(11.210)
Quantidade de ações no final do semestre/exercício		3.003.342	3.003.342	2.795.331
Resultado líquido do semestre/exercício por ação - R\$		5,28	5,21	(4,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Genial S.A**Demonstrações dos resultados abrangentes****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024***(Em milhares de reais)*

	Semestre findo 31/12/2024	Exercício 31/12/2024	Exercício 31/12/2023
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre/exercício	15.848	15.650	(11.210)
Varição de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda	3.812	1.571	(13.806)
IR/CSLL diferidos sobre marcação a mercado de ativos financeiros disponíveis para	(1.716)	(274)	6.307
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre/exercício	17.944	16.947	(18.709)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: BANCO GENIAL S.A.

NIRE: 333.0002382-8 Protocolo: 2025/00694534-7 Data do protocolo: 09/07/2025

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 10/07/2025 SOB O NÚMERO 00007074589 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 7508B559E34560BCAA0C7860E0EF475E75F369767B4D77AAEC7B71E4F551DECB

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.**Pag. 29/71**

Banco Genial S.A**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024***(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Aumento de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros	(Prejuízos)/ lucros acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2023	144.796	-	30.828	16.120	-	191.744
(Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	(11.210)	(11.210)
Aumento de capital em aprovação	-	35.000	-	-	-	35.000
Reserva estatutária	-	-	-	(11.210)	11.210	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(7.498)	-	-	(7.498)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	144.796	35.000	23.330	4.910	-	208.036
Mutações do exercício	-	35.000	(7.498)	(11.210)	-	16.292
Saldos em 1º de julho de 2024	179.796	-	22.531	4.712	-	207.039
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	15.848	15.848
Aumento de capital em aprovação	-	15.000	-	-	-	15.000
Reserva estatutária	-	-	-	15.848	(15.848)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	2.096	-	-	2.096
Saldos em 31 de dezembro de 2024	179.796	15.000	24.627	20.560	-	239.983
Mutações do semestre	-	15.000	2.096	15.848	-	32.944
Saldos em 1º de janeiro de 2024	144.796	35.000	23.330	4.910	-	208.036
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.650	15.650
Aumento de capital em aprovação	35.000	(20.000)	-	-	-	15.000
Reserva legal	-	-	-	782	(782)	-
Reserva estatutária	-	-	-	14.868	(14.868)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	1.297	-	-	1.297
Saldos em 31 de dezembro de 2024	179.796	15.000	24.627	20.560	-	239.983
Mutações do exercício	35.000	(20.000)	1.297	15.650	-	31.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: BANCO GENIAL S.A.

NIRE: 333.0002382-8 Protocolo: 2025/00694534-7 Data do protocolo: 09/07/2025

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 10/07/2025 SOB O NÚMERO 00007074589 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 7508B559E34560BCAA0C7860E0EF475E75F369767B4D77AAEC7B71E4F551DECB

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.

Banco Genial S.A**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024***(Em milhares de reais)*

	2º Semestre findo 31/12/2024	Exercício 31/12/2024	Exercício 31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro/ (prejuízo) do semestre/exercício	15.848	15.650	(11.210)
Ajustes do lucro/ (prejuízo) do semestre/exercício:			
Constituição de créditos tributários	12.856	10.798	12.003
Constituição da provisão para participações dos empregados	-	-	5.300
Resultado de participações societárias	2.409	(81)	33.186
Provisão/ (reversão) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.380	5.808	(440)
(Reversão) / provisão para perdas esperadas associadas a outros créditos/ativos	(1.291)	878	234
Constituição de provisões para contingências	1	4	58
Depreciação e amortização	6.668	8.980	2.925
Lucro líquido ajustado antes das variações de ativos e passivos	39.871	42.037	42.056
Variação de ativos e passivos:			
Redução em instrumentos financeiros	(559.241)	(458.355)	(567.895)
Redução em outros créditos e outros ativos	(411.481)	(482.220)	(85.140)
(Redução) / aumento em depósito e demais instrumentos financeiros	(129.160)	721.001	445.242
Aumento em outros passivos	128.764	321.409	5.092
Participações dos empregados - pagos	(772)	(4.773)	(5.300)
Impostos pagos	-	-	(1.355)
Caixa líquido (aplicado) pelas atividades operacionais	(932.019)	139.099	(167.300)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	(149)	(495)	(1.322)
Aquisição de intangível	-	(11.689)	(36.271)
Caixa líquido (aplicado) pelas atividades de investimento	(149)	(12.184)	(37.593)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital	15.000	15.000	35.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	15.000	15.000	35.000
(Redução)/ aumento de caixa e equivalentes de caixa	(917.168)	141.915	(169.893)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	1.065.614	6.531	176.424
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	148.446	148.446	6.531
(Redução)/ aumento de caixa e equivalentes de caixa	(917.168)	141.915	(169.893)
Transações não monetárias			
Ajuste MTM - Título disponível para venda	(2.096)	(1.297)	902

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: BANCO GENIAL S.A.

NIRE: 333.0002382-8 Protocolo: 2025/00694534-7 Data do protocolo: 09/07/2025

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 10/07/2025 SOB O NÚMERO 00007074589 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 7508B559E34560BCAA0C7860E0EF475E75F369767B4D77AAEC7B71E4F551DECB

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 31/71

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O Banco Genial S.A (“Banco”), está constituído sob a forma de banco múltiplo e tem como objetivo a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras comerciais e de investimento, além de operações de câmbio e administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, podendo ainda deter participação, como sócia ou acionista, em sociedades no país ou no exterior, inclusive instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. O Banco está sediado na Praia de Botafogo, nº 228, 9º andar, na cidade e estado do Rio de Janeiro e possui local principal de seus negócios na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional, acarretando ganho de sinergia dentre as empresas do Grupo Financeiro Genial. O Banco tem como controlador a Plural Nova Holding Financeira Ltda. (“Nova Holding Financeira”), e o Grupo é controlado pela Holding Plural S.A.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução BCB nº 02/2020. Para a contabilização das operações foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, requer que a Administração do Banco se fundamente em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à marcação a mercado de instrumentos financeiros, provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal de negócios. A administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade do Banco e da continuidade das atividades nos próximos 12 (doze) meses.

A Administração autorizou a emissão e divulgação das demonstrações financeiras em 26 de março de 2025.

3 Principais práticas contábeis

- (a) As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco.
- (b) Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Possuem liquidez imediata, com vencimento ou carência igual ou inferior a 90 (noventa) dias, e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor.
- (c) As operações de Aplicações interfinanceira de liquidez, estão registradas a valor presente, calculados "pro-rata dia" com base na taxa efetiva das operações.
- (d) As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata dia* para as de natureza financeira.
- (e) Os demais ativos e passivos são apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço. Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 (doze) meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.
- (f) **Instrumentos financeiros**
Conforme previsto na Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias, de acordo com a intenção da Administração em mantê-los até o seu vencimento ou vendê-los antes dessa data.

I. Títulos para negociação

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

As ações de companhias fechadas e cotas de Fundo de Investimento em Participações são registradas pelo custo de aquisição e são marcadas a mercado com contra partida no Patrimônio Líquido.

II. Títulos mantidos até o vencimento

Títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais devem ser lançados no resultado do período.

III. Títulos disponíveis para venda

Títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas demais categorias, e que são avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta de patrimônio líquido denominada "ajuste de avaliação patrimonial", líquidos dos efeitos tributários.

As ações de companhias abertas são registradas pelo custo de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, ajustados pela valorização do preço médio do último dia em que foram negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão ("B3 S.A."). Os resultados das operações constituídos dos ajustes por variações são reconhecidos diariamente no resultado e estão apresentados nas demonstrações de resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados de acordo com a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002, do Bacen, obedecendo ao seguinte critério:

Os contratos de operações realizados no mercado a termo de moedas – NDF, a termo de mercadorias – NDF e de ativos financeiros são registrados em contas de compensação. Os ajustes desses contratos são apurados diariamente e reconhecidos no resultado, em contrapartida de contas patrimoniais e ajustados ao seu valor de mercado.

Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidas ou incorridas.

Os prêmios pagos ou recebidos nas operações realizadas no mercado de opções são registrados em contas patrimoniais pelos valores efetivamente pagos ou recebidos e ajustados a mercado em contrapartida do resultado. Os valores de referência desses contratos são registrados em contas de compensação.

Os valores de mercado das operações de “*swap*” e de termo são registrados individualmente em contas patrimoniais ativas ou passivas, em contrapartida às respectivas contas de receitas e despesas.

IV. Operações de crédito

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e a despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

V. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e de outros créditos é estimada com base em análise das operações e dos riscos específicos apresentados em cada carteira, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. Para as operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja inferior a R\$50, é adotado um modelo interno de avaliação, conforme facultado pela Resolução 2.697/00. São registradas a valor presente, calculadas “*pró rata dia*” com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizado até o 59º dia de atraso nas empresas financeiras, observada a expectativa do recebimento. A partir do 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efeito recebimento das prestações.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido nas normas anteriormente referidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação e, no caso de já terem sido baixadas contra provisão, são classificadas como nível H; os ganhos são reconhecidos na receita quando do efetivo recebimento.

- (g) As contas patrimoniais representativas de moedas estrangeiras são reajustadas com base nas taxas fornecidas pelo Bacen para fins de balancetes e balanços, onde o saldo em moeda nacional reajustado corresponde, em natureza (devedora e credora) e valor, ao saldo em moeda estrangeira, convertido às taxas mencionadas. A variação cambial apurada em cada uma das contas patrimoniais é registrada no resultado.
- (h) As participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora.
- (i) O ativo imobilizado de uso (bens corpóreos) está registrado pelo valor de custo de aquisição. A depreciação é calculada com base na vida útil do bem, geralmente 10 anos para móveis, calculado pelo método linear às taxas de 10% a.a., e para os demais itens a 5 anos sendo calculado a 20% a.a.
- (j) O intangível é composto por licenças adquiridas de programas de computador e de software, e amortizado pelo método linear com base em taxas que contemplam a vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros a serem gerados.
- (k) O ágio é apurado com base na diferença entre o valor pago na data de aquisição e o valor contábil líquido. O ágio, cujo fundamento é baseado na previsão de resultados futuros da empresa adquirida, é amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de cumpridas as previsões.
- (l) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*) é registrada quando o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução nº 4.924/21 do CMN, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*), o Banco testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do exercício as eventuais perdas apuradas.

Com base em análise de seus ativos, o Banco conclui que não há evidências que indiquem a necessidade de constituição de provisão para perdas consideradas permanentes.

- (m) Depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pró rata” dia.
- (n) A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240, e a contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 20% (conforme Emenda constitucional nº 103/19), considerando, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real.

Os créditos tributários e os passivos diferidos, apresentados nas rubricas “Outros créditos - Diversos” e “Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias”, são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre os livros contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e bases negativas e sobre os ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos

financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e liquidação do passivo.

Os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros conforme previsto na regulamentação vigente (Resolução CMN 4.842, de 30.07.2020).

Os impostos são calculados às alíquotas a seguir discriminadas:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda	15%
Adicional de Impostos de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro – a partir de 01 de março de 2020	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	5%

(o) O resultado por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do balanço.

(p) Resultado recorrente e não recorrente:

Considera-se resultado recorrente:

I. o resultado oriundo das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco.

Considera-se resultado não recorrente:

II. o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

III. não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

(q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN:

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

- (r) As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
- (s) Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem às demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:
- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem às demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem às demonstrações que originam ajustes).
 - Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem às demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

- (t) Novas normas aprovadas em 2021 de aplicação futura:
Resolução CMN n.º 4.966/21 – Instrumentos Financeiros

Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Resolução CMN n.º 4.966/21, e alterações posteriores, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil. O objetivo é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais.

A Resolução BCB n.º 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB n.º 309, de 28 de março de 2023 e estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas.

Concomitante a mudança trazida pelas resoluções está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF, revogando e integrando contas no novo plano, revisitando suas funções.

Com a entrada em vigor das Resoluções acima, diversos normativos foram revogados, dentre eles, a Resolução CMN N.º 2.682/99 que trata de critérios para classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de créditos, sendo a que mais produziu efeitos para fins de balanço do Banco.

As operações foram classificadas de acordo com seu modelo de negócios, aplicando a metodologia simplificada na apuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Os impactos da adoção dos normativos foram apurados pelo Banco, tendo os seus efeitos, líquidos de tributos, refletidos a partir de 1º de janeiro de 2025 em lucros ou prejuízos acumulados, conforme abaixo:

Modelo	Res 2.682	Res 4.966	Provisão Total
Custo amortizado	7.704	6.528	14.232

O efeito líquido registrado será de R\$ 3.590, representando 1,50% do patrimônio líquido.

Não foram produzidos efeitos na aplicação das normas nos modelos de negócios de valor justo por meio do resultado ou valor justo meio de outros resultados abrangentes.

Não houve novas classificações em função da norma e, portanto, não houve remensuração de ativos.

Os ajustes de suspensão de juros de operações de crédito foram próximos a zero.

Títulos e Valores Mobiliários e Operações Compromissadas

Os títulos públicos presentes na carteira proprietária são emitidos pelo Tesouro Nacional e negociados somente no mercado local, justificando a utilização do ranking de crédito nacional. Dada a natureza do emissor e a baixa materialidade dos valores observados no cálculo, não são esperados registros de perdas esperadas para essa classe de instrumentos financeiros.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração na data do início da operação, não houve mudança de critérios utilizados para apuração do valor de mercado das operações com instrumentos financeiros derivativos em decorrência da Resolução CMN n.º 4.966/2021, o Banco utiliza de políticas rígidas de controle e técnicas de monitoramento para esses instrumentos financeiros, com limites de exposição ao risco avaliados periodicamente.

Lei n.º 14.467/22

A Lei n.º 14.467/22, dispõe sobre o novo tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil”.

O artigo 6º da mencionada Lei, alterado pela Lei 15.078/24, estabeleceu critérios para adoção inicial em relação aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 e que não tenham sido deduzidos até essa data. As alterações das perdas para fins fiscais visam alinhar as normas tributárias e contábeis, com o objetivo de reduzir as vulnerabilidades decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

Resolução CMN n.º 4.975/2021 e atualizações trazidas pela Resolução CMN n.º 5.101/2023

Estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025.

O Banco adotará de forma integral a aplicação da referida norma, para todos os contratos existentes a partir de janeiro de 2025.

4 Disponibilidades

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Depósitos bancários	-	183
Depósitos em moeda estrangeira	<u>15.034</u>	<u>795</u>
Total	<u>15.034</u>	<u>978</u>

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão sendo apresentadas por tipo de papel e vencimento como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	110.403	-
Aplicações em moeda estrangeira	<u>23.009</u>	<u>5.553</u>
Total	<u>133.412</u>	<u>5.553</u>

Os resultados com aplicações interfinanceiras de liquidez alcançados nos semestres/exercícios foram:

	Semestre findo		
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Títulos públicos	13.166	30.398	36.539
Certificado de depósito interbancário	2.303	2.735	5.207
Debêntures	25	25	-
Moedas no exterior	<u>572</u>	<u>1.217</u>	<u>1.138</u>
Total	<u>16.066</u>	<u>34.375</u>	<u>42.884</u>

6 Títulos e valores mobiliários

	<u>Mercado 31/12/2024</u>	<u>Sem vencimento/ até 360 dias</u>	<u>Acima de 360 dias</u>	<u>Mercado 31/12/2023</u>
Carteira própria	495.443	495.443	-	336.530
Vinculados a compromisso de recompra	1.187.415	460.428	726.987	1.158.687
Vinculados à prestação de garantias	256.475	172.128	84.347	230.084
Vinculados ao Banco Central	15.078	-	15.078	35.146
Títulos e valores mobiliários	<u>1.954.411</u>	<u>1.127.999</u>	<u>826.412</u>	<u>1.760.447</u>

O resultado com títulos e valores mobiliários atribuídos as operações do Banco em títulos públicos, ações e cotas de fundos de investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 de lucro R\$ 221.140 (lucro de R\$ 168.008).

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Banco estão apresentados por tipo de papel e prazo de vencimento contratual da carteira:

a. Títulos disponíveis para venda

	Custo	Mercado 31/12/2024	Sem vencimento/ até 360 dias	Acima de 360 dias	Mercado 31/12/2023
Títulos de renda variável	100	-	-	-	-
Ações de companhias fechadas(*)	100	-	-	-	-
Cotas de fundos de investimentos	5.513	50.472	50.472	-	51.401
Porto - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (**)	5.513	50.472	50.472	-	51.401
Carteira própria	5.613	50.472	50.472	-	51.401
Títulos disponíveis para venda	5.613	50.472	50.472	-	51.401

(*) Os títulos de renda variável estão representados por 100.000 ações da ABL Cinema Leblon pelo custo de R\$100 e valor de mercado próximo de zero. Os efeitos da avaliação a mercado são produzidos com contrapartida no patrimônio líquido, líquidos de eventuais tributos.

(**) Em julho de 2024 o Porto - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia realizou amortização de cotas. O Banco na qualidade de único cotista recebeu o valor de R\$ 2.500. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os investimentos apresentados na carteira do Fundo estão avaliados conforme abaixo:

Portfolio	Método de avaliação
2TM Holding Company LTD (1)	Transação recente ou múltiplos comparáveis
NM GAP II Participações S.A (2)	Fluxo de caixa

(1) O Porto – FIP Multiestratégia é titular de participação equivalente a aproximadamente 0,98% do capital social da Companhia (em uma base totalmente diluída), que por sua vez é controladora da 2TM Participações S.A., empresa controladora do Mercado Bitcoin. A Mercado Bitcoin é a maior plataforma de ativos digitais da América Latina, com mais de 4 milhões de clientes.

(2) A NM GAP II Participações S.A. foi constituída com propósito específico de figurar como sócia participante em sociedades em conta de participação de empreendimentos com foco na identificação de oportunidades, estruturação de operações e avaliação de ativos predominantemente do setor imobiliário.

As ações de companhias fechadas e cotas de Fundo de Investimento em Participações são registradas pelo custo de aquisição e são marcadas a mercado com contra partida no Patrimônio Líquido.

b. Títulos para negociação

	Custo	Mercado 31/12/2024	Sem vencimento/ até 360 dias	Acima de 360 dias	Mercado 31/12/2023
Títulos de renda fixa	327.760	327.409	128.203	199.206	245.387
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	291.272	291.190	101.449	189.741	241.745
Letras do Tesouro Nacional - LTN	14.989	14.930	14.930	-	563
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	52	43	-	43	1.389
Certificado de recebíveis imobiliário - CRI	18.447	18.245	11.824	6.421	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	3.000	3.001	-	3.001	1.690
Cotas de fundos de investimentos	19.311	21.622	21.622	-	32.040
JFL Living FII	-	-	-	-	10.102
Sugoi FIM CP IE	16.154	18.364	18.364	-	16.560
Leste LLF FIDC	-	-	-	-	2.220
Genial Agro Boi Brasil	3.157	3.258	3.258	-	3.158

Títulos de renda variável	54.906	81.242	81.242	-	7.702
Ações de companhias abertas	4.599	1.940	1.940	-	7.702
Ações de companhias fechadas	50.307	79.302	79.302	-	-
Austral Participações S.A (i)	35.076	40.145	40.145	-	-
Nova Agro Holding S.A (ii)	-	3.000	3.000	-	-
Genial Energia Renovável S.A (iii)	15.231	36.157	36.157	-	-
Carteira própria (livres)	401.977	430.273	231.067	199.206	285.129
Títulos de renda fixa	1.187.684	1.187.415	460.428	726.987	1.158.687
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	1.148.190	1.148.302	421.921	726.381	1.087.596
Letras do Tesouro Nacional - LTN	38.818	38.507	38.507	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	676	606	-	606	71.091
Vinculados a compromisso de recompra	1.187.684	1.187.415	460.428	726.987	1.158.687
Títulos de renda fixa	214.846	214.851	130.504	84.347	11.246
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	214.846	214.851	130.504	84.347	11.246
Cotas de fundos de investimentos (iv)	20.725	20.725	20.725	-	16.817
Fundo de Investimento Liquidez da Camara – B3	20.725	20.725	20.725	-	16.817
Multimercado Investimento no Exterior	-	-	-	-	-
Vinculados à prestação de garantias	235.571	235.576	151.229	84.347	28.063
Títulos de renda fixa	15.078	15.078	-	15.078	35.146
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	15.078	15.078	-	15.078	35.146
Vinculados ao Banco Central	15.078	15.078	-	15.078	35.146
Títulos para negociação	1.840.310	1.868.342	842.724	1.025.618	1.507.025

- (i) Através de contrato de compra e venda, celebrado em 30 de novembro de 2023, o Banco adquiriu participação minoritária na Austral Participações S.A., no valor de total de R\$35.076, representado por 16.142.128 ações. A operação foi, parcialmente, liquidada em 19 de dezembro de 2023, no valor de R\$21.773, e o saldo remanescente no valor de R\$13.343, liquidado em 10 de janeiro de 2024.
- (ii) O Banco, então titular de 23% do capital da Nova Agro Holdings S.A. vendeu em 27 de dezembro de 2024 o equivalente a 20% de sua participação, remanescendo com 3%.
- (iii) Em 28 de novembro de 2024, o Banco adquiriu da empresa Genial Geração de Energia Renovável Ltda. 1.904.813 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, equivalentes a 10% do seu capital.

As operações descritas acima são caracterizadas como típicas da carteira de bancos de investimento

- (iv) Refere-se a aquisição de cotas de fundos do Fundo de Investimento Liquidez da Camara B3 Multimercado Investimento no Exterior para constituição de garantia mínima não operacional na B3 S.A, conforme comunicado externo nº 110/2017. As cotas estão caucionadas a favor da Camara BM&F BOVESPA.

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA.

Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos e ajustado ao valor de mercado. As principais fontes de precificação são: ANBIMA, B3 S.A. e SELIC.

As aplicações em cotas de fundos de investimento são registradas pelo custo de aquisição, atualizado diariamente pela variação no valor das cotas informados pelos Administradores dos respectivos fundos investidos.

c. Títulos mantidos até o vencimento

	Custo	Mercado 31/12/2024	Sem vencimento/ até 360 dias	Acima de 360 dias	Mercado 31/12/2023
Títulos de renda fixa	12.607	14.698	14.698	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	12.607	14.698	14.698	-	-
Carteira própria	12.607	14.698	14.698	-	-
Títulos de renda fixa	17.926	20.899	20.899	-	202.021
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	17.926	20.899	20.899	-	202.021
Vinculados à prestação de garantias	17.926	20.899	20.899	-	202.021
Títulos mantidos até o vencimento	30.533	35.597	35.597	-	202.021

O Banco declara ter capacidade financeira e tem a intenção de manter os ativos acima em carteira até o vencimento.

7 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração na data do início da operação, levando em consideração se a finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. São classificados de acordo com os critérios definidos pelo Banco Central na Circular nº 3.082/2002.

Os critérios utilizados para apuração do valor de mercado das operações com instrumentos financeiros derivativos são:

- Futuros: valor do ajuste diário das operações; e
- Swaps e NDFs: estima-se o fluxo de caixa de cada uma das partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros.

A administração dos riscos envolvidos nestas operações é efetuada por meio de políticas rígidas de controle, e técnicas de monitoramento. Os limites de exposição ao risco são avaliados periodicamente pela área de Risco e área de Crédito, e por tipos de instrumento e concentração de contraparte.

a. Por valor de custo e mercado

	Custo	31/12/2024			31/12/2023
		Mercado	Até 360	Acima de 360	Total
SWAP					
Posição ativa	38	49	-	49	657
Posição passiva	171	167	167	-	-
Non Deliverable Forward - NDF					
Posição ativa	177	386	386	-	770
Posição passiva	116	150	150	-	353

Ativo	215	435	386	49	1.427
Passivo	287	317	317	-	353

b. Registrados em contas de compensação

Os valores de *notional* das operações com instrumentos financeiros são registrados em contas de compensação. As pontas a receber e a pagar são apresentadas separadamente para os derivativos de Swap e *Non-Deliverable Forward* (NDF) no quadro abaixo:

	31/12/2024			31/12/2023
	Até 360	Acima de 360	Total	Total
SWAP				
Posição ativa				
CDI	-	11.458	11.458	7.083
Posição passiva				
CDI	528	-	528	-
Non-Deliverable Forward				
Posição ativa	7.678	-	7.678	33.160
Posição passiva	-	-	-	25.821
Mercado de futuro				
Posição ativa				-
Moeda	599	-	599	-
Posição passiva				-
Moeda	8.188	176.239	184.427	-

c. Valor notional por contraparte

	31/12/2024			31/12/2023
	Câmara de liquidação	Empresas	Pessoa Física	Total
SWAP				
Posição ativa	-	11.458	-	11.458
Posição passiva	-	528	-	528
Non-Deliverable Forward				
Posição ativa	-	5.201	2.477	7.678
Posição passiva	-	-	-	-
Futuros				
Posição ativa	599	-	-	599
Posição passiva	184.427	-	-	184.427

As operações envolvendo todos instrumentos financeiros derivativos estão registradas na B3 S.A. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os compromissos assumidos decorrentes dessas operações estão indexados a CDI, IPCA e moeda.

Os resultados com derivativos alcançados nos exercícios foram:

	Semestre findo		
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Swaps	(622)	89	807
Non-Deliverable Forward	177	278	2.655
Futuros	6.380	5.521	(143)
Total	5.935	5.888	3.319

A garantia depositada na B3 S.A. em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 19.411 (R\$ 6.110 em 31 de dezembro de 2023).

8 Operações de crédito

As operações de crédito são classificadas em níveis de risco de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução 2.682/99 do CMN. Essa classificação leva em consideração entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

A provisão para perdas em operações de crédito é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela referida Resolução.

a. Por modalidade de crédito e setor de atividade

31/12/2024						
Modalidade	Atividade Econômica	Parcelas Vencidas	A vencer	Saldo	Provisão	Total Líquido
Empréstimos - CCB	Serviços	1.021	442.165	443.186	(6.045)	437.141
Empréstimos - CCB	PF	103	33.148	33.251	(235)	33.016
Financiamentos de títulos e valores mobiliários	Serviços	-	6.533	6.533	-	6.533
Cartão de Crédito	Serviços	3.540	772	4.312	(1.107)	3.205
Adiantamento a depositantes	PF	756	4.111	4.867	-	4.867
		5.420	486.729	492.149	(7.387)	484.762

31/12/2023						
Modalidade	Atividade Econômica	Parcelas Vencidas	A vencer	Saldo	Provisão	Total Líquido
Empréstimos - CCB (*)	Serviços	65	184.818	184.883	(1.277)	183.606
Empréstimos - CCB (*)	PF	34	34.925	34.959	(285)	34.674
Cartão de crédito	PF	306	225	531	(151)	380
Adiantamento a depositantes	PF	-	5.230	5.230	-	5.230
		405	225.198	225.603	(1.713)	223.890

O resultado com operações de crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de lucro R\$ 47.373 (lucro de R\$ 41.530 em 2023).

b. Por vencimento

	31/12/2024				
	Vencidas	À Vencer			Total
		Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	
Operações de crédito	5.420	61.419	34.767	390.543	492.149

	31/12/2023				
	Vencidas	À Vencer			Total
		Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	
Operações de crédito	405	54.413	20.899	149.886	225.603

c. Por concentração de risco

	31/12/2024	%	31/12/2023	%
Maiores devedores				
Maior devedor	100.582	20%	40.643	18%
10 seguintes maiores devedores	283.076	58%	140.920	62%
Demais devedores	108.491	22%	44.040	20%
	492.149	100%	225.603	100%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram renegociadas e/ou renovadas 48 operações de crédito (27 operações de crédito em 2023), no montante de R\$ 44.508 (R\$ 68.685 em de 2023).

d. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

A movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito integrantes da carteira do Banco estão apresentadas abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(1.713)	(1.155)
Constituição de provisão	(10.963)	(4.705)
Reversão de provisão	5.289	4.147
Saldo final	(7.387)	(1.713)
Circulante	(2.039)	(703)
Não circulante	(5.348)	(1.010)
Efeito no resultado	(5.674)	(558)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram registrados baixa de crédito.

9 Carteira de câmbio

	30/06/2024	
	Ativo	Passivo
Câmbio comprado/vendido a liquidar	53.804	53.858
Direitos sobre vendas/obrigações para compras de câmbio	53.857	53.494
(-) Adiantamento em moeda nacional recebida	(1.244)	-
	106.417	107.352
	31/12/2023	
	Ativo	Passivo
Câmbio comprado/vendido a liquidar	-	4.850
Direitos sobre vendas/obrigações para compras de câmbio	4.865	-
(-) Adiantamento em moeda nacional recebida	(244)	-
Total	4.621	4.850

As receitas auferidas envolvendo a carteira de câmbio em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 37.611 (R\$ 30.162 em 2023).

10 Rendas e serviços a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Assessoria técnica	14.362	12.691
Taxa de administração	12.943	8.945
Taxa de distribuição	578	568
Comissões	361	291
Custódia	2.998	2.230
Clientes(*)	3.225	3.118
Outros	3.879	450
Total	38.346	28.293

(*)Refere-se a recebíveis de serviços de solução técnica de Application Programming Interface (API).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante registrado em perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos referente à rendas a receber é de R\$ 7.497 (R\$6.769 em 2023).

11 Títulos e créditos a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Com características de concessão de crédito	14.372	1.503
Sem características de concessão de crédito (*)	9.137	7.081
Devedores por compra de valores e bens(**)	8.228	7.856
Total	31.737	16.440
Circulante	31.737	8.584
Não circulante	-	7.856

(*) Refere-se a aquisição de direitos creditórios sem coobrigação com a contraparte Videolar-Innova S/A e produto financeiro intermediado pelo Banco para operações de cotas de consórcio.

(**) Refere-se a permuta financeira, garantida por nota promissória emitida pela Quality Inteligência Imobiliária Ltda em dezembro/2023, com vencimento em dezembro de 2025, tendo como contrapartida imóvel de titularidade do Banco, recebido na liquidação de operação de crédito.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante registrado em perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos referente à títulos e créditos a receber é R\$ 154 (R\$ 8 em 2023).

12 Outros créditos - Diversos

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos antecipados e contribuições a compensar	10.005	8.505
Valores a receber – operações de cartão de crédito	37.506	-
Valores a receber de sociedades ligadas	863	8.373
Valores a receber de fundos administrados	2.485	2.787
Depósitos em caução	2.833	2.085
Projetos	2.279	1.222
Adiantamentos	1.072	467
Outros	4.223	2.466
Total	61.266	25.905
Circulante	55.236	19.121
Não circulante	5.730	6.784

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante registrado em perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos referente à outros créditos é de R\$ 163 (R\$ 15 em 2023).

13 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos

A movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos referente as notas 10, 12 e 13 é a seguinte:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	(6.792)	(6.540)
Constituição de provisão	(6.774)	(4.989)
Reversão de provisão	5.751	4.737
Saldo final	<u>(7.815)</u>	<u>(6.792)</u>

14 Investimentos - Participações societárias em controladas

A movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é:

Investimento direto	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Participação	Saldo em 31/12/2023	Equivalência	Saldo em 31/12/2024
Genial Holding Financeira S.A.	247.583	81	99,9%	247.502	81	247.583
Banco Genial S.A	247.583	81	99,9%	247.502	81	247.583

Abaixo estão listados os investimentos indiretos que o Banco possui através da sua controlada direta Genial Holding Financeira S.A.:

Investimentos indiretos	Patrimônio líquido	Lucro/ (prejuízo) líquido	Participação	Saldo em 31/12/2023	Dividendos	Equivalência	Saldo em 31/12/2024
Genial Investimentos CVM (*)	201.184	(14.987)	100%	96.184	33.996	(14.987)	115.193
Genial Institucional	114.529	(4.615)	100%	119.144	-	(4.615)	114.529
Plural Inv Gestão de Recursos	5.220	6.653	100%	19.067	(20.500)	6.653	5.220
Plural Gestao de Recursos	6.735	7.223	100%	4.512	(5.000)	7.223	6.735
Genial Corretora de Seguros	3.600	1.082	100%	5.519	(3.000)	1.082	3.600
Occam Brasil Gestão de Recursos	15.314	27.101	20%	3.051	(5.496)	4.730	2.284

(*) Desconsiderando os investimentos e resultados de equivalência patrimonial.

15 Imobilizado de uso

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o Banco apresentou as seguintes movimentações em seu imobilizado:

Descrição	Taxa	Saldo em 31/12/2023	Movimentação		Saldo em 31/12/2024
			Aquisições	Depreciação	
Mobiliário		1.712	9	-	1.721
(-) Depreciação acumulada	10%	(332)	-	(172)	(504)
Equipamentos de comunicação e segurança		9	89	-	98
(-) Depreciação acumulada	10%	(5)	-	(15)	(20)
Equipamento de informática		2.504	35	-	2.539
(-) Depreciação acumulada	20%	(1.116)	-	(463)	(1.579)
Benfeitoria		14.199	362	-	14.561
(-) Depreciação acumulada (*)		(4.740)	-	(2.735)	(7.475)
Total		<u>12.231</u>	<u>495</u>	<u>(3.385)</u>	<u>9.341</u>

(*) Depreciação de acordo com o prazo dos contratos de aluguéis.

Descrição	Taxa	Saldo em 31/12/2022	Movimentação		Saldo em 31/12/2023
			Aquisições	Depreciação	
Mobiliário		1.486	226	-	1.712
(-) Depreciação acumulada	10%	(176)	-	(156)	(332)
Equipamentos de comunicação e segurança		6	3	-	9
(-) Depreciação acumulada	10%	(4)	-	(1)	(5)
Equipamento de informática		2.212	292	-	2.504
(-) Depreciação acumulada	20%	(639)	-	(477)	(1.116)
Benfeitoria		13.398	801	-	14.199
(-) Depreciação acumulada		(2.449)	-	(2.291)	(4.740)
Total		13.834	1.322	(2.925)	12.231

16 Intangível

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o Banco apresentou as seguintes movimentações em seu intangível:

Descrição	Taxa	Saldo em 31/12/2023	Movimentação			Saldo em 31/12/2024
			Aquisições	Transferências	Amortização	
Intangível em andamento (*)		36.271	11.689	(47.960)	-	-
Ativos desenvolvidos internamente		-	-	47.960	-	47.960
(-) Amortização acumulada - Ativos desenvolvidos internamente	20%	-	-	-	(5.595)	(5.595)
Marcas e patentes		3.841	-	-	-	3.841
Total		40.112	11.689	-	(5.595)	46.206

Descrição	Taxa	Saldo em 31/12/2022	Movimentação		Saldo em 31/12/2023
			Aquisições	Amortização	
Intangível em andamento (*)		-	-	36.271	36.271
Marcas e patentes		3.841	-	-	3.841
Total		3.841	-	36.271	40.112

(*) Refere-se aos projetos que estavam em fase de desenvolvimento no âmbito da estruturação de produtos e serviços da plataforma de banco digital até maio/2024. Em junho/2024 os projetos entraram na fase de produção e a amortização incorreu de acordo com plano de negócio preparado pela administração.

17 Captação de recursos

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos	1.687.905	1.142.991
Depósitos à vista	1.005.846	772.083
Depósitos interfinanceiros	111.343	-
Depósitos a prazo	570.711	370.903
Depósitos em moedas estrangeiras	5	5
Captações no mercado aberto	1.297.335	1.156.304
Carteira própria	1.185.680	1.156.304
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	1.146.668	1.085.606
Letras do Tesouro Nacional – LTN	38.384	70.698
Notas do Tesouro Nacional – NTN – B	628	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	111.655	-
Recursos de Letra de Crédito Imobiliário (*)	111.655	-
Total	2.985.240	2.299.295

(*) A Letra de Crédito Imobiliário é remunerada por um percentual do CDI e é um título de crédito nominativo, lastreado por direitos creditórios originários de alienações fiduciárias de bens imóveis, emitido exclusivamente por instituições financeiras públicas ou privadas. A LCI é emitida pelo Banco sob a forma escritural na CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, sob a Lei nº 3.614/2012.

Faixas de vencimento	Até 360	Acima de 360	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos à vista	1.005.846	-	1.005.846	772.083
Depósitos interfinanceiros	111.343	-	111.343	-
Depósitos à prazo	31.423	539.288	570.711	370.903
Depósito em moeda estrangeira	5	-	5	5
Depósitos	1.148.617	539.288	1.687.905	1.142.991
Captações no mercado aberto	460.074	725.606	1.185.680	1.156.304
Recursos de aceites e emissão de títulos	13.818	97.837	111.655	-
Total	1.622.509	1.362.731	2.985.240	2.299.295

Reconciliação das despesas de captação com o resultado

	Semestre findo		
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas depósitos interfinanceiros	(3.242)	(4.107)	(7.717)
Despesas depósitos à prazo	(23.881)	(43.831)	(57.570)
Recursos de letra de crédito imobiliário	(6.025)	(7.241)	(3.052)
Recurso de letras financeiras	(4.856)	(8.889)	(31)
Despesas de contribuição com FGC	(806)	(1.657)	(1.275)
Despesas captações no mercado aberto	(67.847)	(135.097)	(136.842)
Despesas de depósitos de aviso prévio	(63)	(63)	-
Total	(106.720)	(200.885)	(206.487)

18 Fiscais e previdenciárias

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições sobre salários	2.164	2.041
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	817	588
Pis e cofins	2.744	1.182
Imposto de renda retido na fonte	241.251	95.249
Outros	1.412	821
Total	248.388	99.881

19 Diversas

	31/12/2024	31/12/2023
Outros fornecedores a pagar	13.235	9.872
Débitos com ligadas	1.748	5.839
Provisões para despesa de pessoal	4.377	4.398
Provisões para pagamentos	1.375	378
Obrigações por aquisições de bens e direitos	99	220
Adiantamento de clientes	2.375	-
Outros	2.393	1.271
Total	25.602	21.978
Circulante	25.524	21.978
Exigível a longo prazo	78	-

20 Imposto de renda e contribuição social

Demonstração da conciliação entre o imposto de renda e contribuição social à taxa efetiva e nominal.

RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes da Tributação e Participações	31.221	6.093
Participações estatutárias sobre o lucro	(4.773)	(5.300)
Lucro antes dos Impostos	26.448	793
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquota vigente	45%	45%
Corrente - Alíquota Vigente	13.488	404
Ajustes Permanentes	(2.453)	9.506
Resultado de Equivalencia Patrimonial de Controladas	(81)	33.186
Outras	(2.372)	(23.680)
Ajustes Temporários	(23.995)	(10.299)
Ajustes temporários sobre produtos	(23.855)	(10.261)
Outras	-	-
Contingencias e Tributos suspensos	(140)	(38)
Lucro/Prejuízo Antes das Compensações	-	-
Compensação	-	-
Lucro Real do Exercício	-	-
Despesa efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social	(10.798)	(12.003)
Diferido	(10.798)	(12.003)

Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O Banco constituiu no 1º semestre de 2022 créditos tributários passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas da Resolução CMN nº 4.842 de 2020. Dado que em 2022 e 2023 o consumo do ativo fiscal projetado foi inferior a 50% dos valores previstos para igual período no estudo técnico, em conformidade com o art. 5º da mesma Resolução procedeu-se a baixa correspondente a parcela do ativo previsto e não consumido no montante de R\$3.123, sendo R\$1.735 de prejuízo fiscal e R\$1.388 de base negativa de CSLL. A administração entende que o principal fator de contribuição para esta reversão foi a utilização do benefício fiscal da Lei do Bem.

MOVIMENTAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	31/12/2023	Compensação	Reversão	Constituição	31/12/2024
Ativo fiscal Constituído	29.185	(382)	(2.277)	3.605	30.131
Prejuízos fiscais	13.018	-	-	-	13.018
Base negativa de contribuição social	10.383	-	-	-	10.383
Ajuste Temporários	531	(382)	(1)	592	740
Diferenças temporárias - MTM	5.253	-	(2.276)	3.013	5.990
Passivo fiscal constituído	20.441	-	(240.005)	252.022	32.458
Diferenças temporárias - MTM	483	-	-	11.744	12.227
Ativos disponíveis para Venda	19.958	-	(240.005)	240.278	20.231

	Prejuízo Fiscal	Base Negativa	Ajustes Temporários	MTM	Total
Ativos fiscais não constituídos	1.735	1.388	-	-	3.123
Banco Genial S.A	1.735	1.388	-	-	3.123

Com base nas projeções de rentabilidade devidamente aprovadas pelos órgãos da administração, estima-se que os créditos tributários, oriundos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados como segue:

EXERCÍCIO	SALDO PREJUÍZO FISCAL /BASE NEGATIVA	ATIVO - IRPJ	ATIVO - CSLL	ATIVO	VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE (SELIC)
2025	35	9	7	16	14	15,00%
2026	148	37	30	67	53	12,50%
2027	1.061	265	212	477	354	10,50%
2028	3.449	862	690	1.552	1.060	10,00%
2029	7.658	1.914	1.532	3.446	2.140	10,00%
2030	14.134	3.534	2.827	6.361	3.591	10,00%
2031	23.347	5.837	4.669	10.506	5.391	10,00%
2032	2.243	560	416	976	455	10,00%
TOTAL	52.075	13.018	10.383	23.401	13.058	

No curso normal das operações do Banco, foram identificadas diferenças temporárias originando créditos tributários, registrados em ativos fiscais diferidos. Esses ativos fiscais são chamados de diferenças temporárias - MTM e ajustes temporário que são apresentados no quadro de “Movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos” e possuem expectativa de realização em 2025, por apresentarem características de curto prazo. Em 2024, os ativos fiscais de diferenças temporárias no montante de R\$6.730 (R\$5.784 em 2023) conjugados com os ativos fiscais de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$23.401, constantes da projeção de consumo, resultam no total créditos tributários constituídos no valor de R\$30.131 (R\$29.185 em 2023).

21 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações.

Para as contingências classificadas como “prováveis”, são constituídos provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica “Provisões para riscos fiscais” e Provisões para passivos contingentes”.

Abaixo segue demonstrado os tipos de processos com probabilidade “possível”:

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

	FISCAIS		TRABALHISTAS		CÍVEIS		OUTROS	
	GARANTIA	PROVISÃO	GARANTIA	PROVISÃO	GARANTIA	PROVISÃO	GARANTIA	PROVISÃO
Em 31 de Dezembro/2023	-	141	32	-	-	-	-	9
<i>Constituições</i>	-	143	13	-	1.052	4	-	-
<i>Reversões</i>	-	(141)	-	-	-	-	-	(3)
<i>Atualizações</i>	-	-	-	-	-	-	-	0
<i>Realizações / Pagamentos</i>	-	(143)	(20)	-	(5)	-	-	-
Em 31 de Dezembro/2024	-	-	25	-	1.047	4	-	7

PASSIVOS CONTINGENTES - RISCO POSSÍVEL

	FISCAIS	TRABALHISTAS	CÍVEIS
Em 31 de Dezembro/2023	8.082	538	1.155
Em 31 de Dezembro/2024	8.568	963	13.449

Existem processos fiscais com probabilidade possível em que o Banco é citado referente a Fundos Imobiliários em que ele foi administrador em parte ou todo o período autuado no montante de R\$ 272.503 (R\$191.869 em 31 de dezembro de 2023). Nas autuações, a Receita Federal enquadra o Fundo como pessoa jurídica para fins de tributação ou quanto a incidência de tributos em determinadas operações realizadas pelo Fundo. O entendimento da Receita Federal é que em suas operações haveria a incidência de Imposto de Renda, PIS, COFINS, Contribuição Social nas mesmas condições das demais pessoas jurídicas. O risco tributário da alteração de entendimento por parte do Fisco está previsto no regulamento do Fundo de forma que em caso de condenação o ônus será suportado pelo próprio Fundo.

22 Instrumentos de dívida elegíveis a capital

O Banco emitiu títulos de dívida por meio de Letras Financeiras Subordinadas elegíveis a compor o Capital Nível II, de acordo com premissas de basileia.

A referida emissão serviu como forma de financiamento de longo prazo de suas operações com as seguintes características:

Capital Nível II					
Valor principal	Emissão	Vencimento	Remuneração	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
35.000	28/12/2023	27/12/2033	100% DI + 3 % a.a.	35.062	35.031
35.000	29/02/2024	27/12/2033	100% DI + 3 % a.a.	35.061	-
70.000				70.123	35.031

As Letras Financeiras Subordinadas foram emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Emissão Privada, em Série Única, da 2ª Emissão de Letras Financeiras Subordinadas do Banco Genial S.A.", celebrado entre o Banco e a Companhia Província de Securitização. As Letras Financeiras estão vinculadas ao "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 7ª Emissão da Companhia Província de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pelo Banco Genial S.A.", em 15 de dezembro de 2023.

23 Patrimônio líquido**Capital Social**

Em 30 de dezembro de 2024, o Banco teve seu capital aumentado no valor de R\$15.000 passando de R\$179.796 para R\$ 194.796, onde foram emitidas 208.011 novas ações, totalizando 3.003.342 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor.

Em 18 de dezembro de 2023, o Banco teve seu capital aumentado no valor de R\$35.000 passando de R\$144.796 para R\$179.796, onde foram emitidas 427.044 novas ações, sendo representado por 2.795.331 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor. Essa operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 26 de abril de 2024.

Destinação dos resultados

Aos acionistas está previsto o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o

lucro líquido ajustado conforme legislação vigente. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não ocorreram pagamentos de dividendos.

Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial incluem a variação líquida acumulada do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda até que os ativos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos/passivos a que elas se referem.

Reserva de lucros

A reserva legal é constituída ao final de cada exercício na forma prevista nos normativos do Bacen, pela parcela de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

Em dezembro de 2023 o prejuízo de R\$11.21 foi totalmente absorvido pelo saldo em reserva.

Em dezembro de 2024 o lucro de R\$ 15.650 foi totalmente destinado para constituição de reserva de lucros.

24 Receitas de prestação de serviços

	Semestre findo		
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Administração de fundos de investimentos	50.137	92.387	75.910
Assessoria técnica (*)	6.899	21.240	22.814
Serviço de integração de dados (**)	11.700	27.472	35.052
Serviço de custódia	13.632	25.334	21.981
Tarifas bancárias	12.685	16.439	4.853
Outros serviços	4.184	5.540	2.578
Total	99.237	188.412	163.188

(*) Os valores de receita com Assessoria técnica em 2024 e 2023 referem-se ao serviços prestados de intermediação e estruturação de operações.

(**) Refere-se a receita de serviços de solução técnica de Application Programming Interface (API).

25 Despesas operacionais

a. Despesas de pessoal

	Semestre findo		
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Honorários da diretoria	(4.083)	(9.017)	(7.671)
Benefícios	(5.584)	(10.561)	(8.926)
Encargos sociais	(6.246)	(12.205)	(11.400)
Proventos	(15.769)	(30.422)	(28.984)
Treinamentos/estagiários	(680)	(1.329)	(1.339)
Total	(32.362)	(63.534)	(58.320)

O pessoal-chave da administração foi remunerado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Honorários da diretoria	9.017	7.671
Encargos sociais	2.029	1.726
Total	11.046	9.397

De acordo com o CPC 33 (R1), a remuneração total do pessoal-chave da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é considerada benefício de curto prazo. De acordo com a Administração, não existem outros benefícios de curto prazo e longo prazo.

b. Despesas administrativas

	Semestre findo		
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com processamento de dados	(66.288)	(117.410)	(54.939)
Despesas de serviços técnicos especializados (*)	(22.685)	(29.609)	(15.439)
Despesas de aluguéis	(9.669)	(17.929)	(16.785)
Despesas de propaganda e publicidade	(7.403)	(14.690)	(19.296)
Despesas promoções e relações públicas	(1.697)	(5.416)	(4.177)
Despesas manutenção e material	(1.219)	(2.187)	(1.886)
Outras despesas administrativas	(10.410)	(19.202)	(11.781)
Total	(119.371)	(206.443)	(124.303)

(*) O Banco possui processo para a contratação de Auditoria Independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. Os honorários da auditoria independente relativos ao exercício de 31 de dezembro de 2024 montam o valor de R\$ 668.

26 Outras receitas e despesas operacionais

	Semestre findo		
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Receitas			
Receitas financeiras	16.809	27.273	22.825
Juros sobre capital próprio	2.674	2.674	-
Outras	425	1.045	718
Total	19.908	30.992	23.543

	Semestre findo		
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas			
Repasses com intermediação de operações (a)	(5.612)	(11.538)	(11.403)
Perdas em outros créditos (b)	(143)	(143)	(5.380)
Custos compartilhados (c)	(1.416)	(6.516)	(6.191)
Variação monetária	(128)	(1.705)	(831)
Outras	(2.446)	(3.733)	(2.083)
Total	(9.745)	(23.635)	(25.888)

(a) Refere-se a intermediação financeiras de operações, principalmente câmbio.

(b) Recebíveis reconhecidos como prejuízo.

(c) Refere-se a custos administrativos compartilhados entre empresas do grupo.

27 Transações com partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas no balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladores		Outras partes relacionadas		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo						
Carteira própria	-	-	39.156	67.960	39.156	67.960
Operação de crédito	264	-	-	218.241	264	218.241
Rendas e serviços a receber	-	-	-	2	-	2
Negociação e intermediação de valores	-	-	7.055	39	7.055	39
Outros créditos - diversos	-	-	863	8.373	863	8.373
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	8	-	8

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	6.713	4.264	52.288	79.702	59.001	83.966
Captações no mercado aberto	-	-	134.933	110.157	134.933	110.157
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	353	-	353
Diversas	-	-	1.748	5.838	1.748	5.838
Resultado						
Receitas de prestação de serviços	-	-	-	23	-	23
Operações de Crédito	-	-	-	7	-	7
Resultado de títulos e valores mobiliários	-	-	-	3.297	-	3.297
Rendas de aplicações financeiras de liquidez	-	-	-	1.784	-	1.784
Operações de captação no mercado	-	-	(12.013)	(101.511)	(12.013)	(101.511)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(113.647)	-	(113.647)
Outras despesas/receitas operacionais	-	-	(6.516)	(6.191)	(6.516)	(6.191)

28 Resultado líquido por ação

Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)

	31/12/2024		31/12/2023	
	Operações continuadas	Total	Operações continuadas	Total
Lucro/ (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias	15.650	15.650	(11.210)	(11.210)

Média ponderada de ações ordinárias (básico e diluído)

	31/12/2024	31/12/2023
Ações ordinárias existentes em 1º de janeiro	2.795.331	2.368.247
Total de ações emitidas	208.011	427.044
Total de ações ordinárias	3.003.342	2.795.291
Efeito das ações emitidas(*)	578	35.587
Média ponderada de ações ordinárias	2.795.909	2.403.874
Lucro/ (prejuízo) básico por ação	5,21	(4,01)
Lucro/ (prejuízo) médio por ação	5,60	(4,66)

(*) O Banco emitiu 208.011 ações em dezembro de 2024, ao valor contábil de R\$ 15.000.000 conforme descrito na NE 23. Para calcular o resultado diluído por ação foi utilizada a proporção de um dia no exercício (1/360).

29 Resultados recorrentes e não recorrentes

O Banco considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco. Além disto, a Administração considera como não recorrentes, os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas do Banco e resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o lucro de R\$ 15.650 (prejuízo de R\$ 11.210) foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

30 Gerenciamento de riscos

A gestão de riscos está sujeita aos padrões do acionista controlador, Banco Genial S.A (Banco Genial). Desse modo, visa atuar na maximização do valor para os stakeholders, estabelecendo estratégias e objetivos, a fim de alcançar o equilíbrio entre as metas de crescimento e de retorno

dos investimentos e seus respectivos riscos.

A descrição detalhada de cada estrutura que compõe o gerenciamento de riscos está disponível em forma de políticas no site da Instituição (<https://www.bancogenial.com/pt-BR/Company/RiskManagement>).

As estratégias de gerenciamento de riscos e seus respectivos efeitos nas demonstrações financeiras atendem ao disposto pela Resolução CMN nº 4.557/2017, conforme demonstrado a seguir:

a. Risco de mercado

A gestão de risco de mercado é responsável por identificar, avaliar, monitorar e mitigar as exposições decorrentes das posições detidas em ações, taxa de juros, câmbio e mercadorias (commodities).

O risco de mercado é monitorado através do cálculo diário do Value at Risk (VaR), uma ferramenta estatística que mensura a perda potencial da instituição em 1 (um) dia com 95% de nível de confiança. Adicionalmente, há a análise de sensibilidade das carteiras com o objetivo de mensurar o risco em condições adversas. A precisão da metodologia de risco de mercado é testada através de testes (Backtesting Tunneling e Estatística de Kupiec) que validam a aderência das estimativas.

O nível de confiança de 95% significa, por exemplo, que existe a possibilidade, de 1 (uma) em 20 (vinte) ocorrências, da perda realizada ser abaixo do VaR estimado. Com isso, a expectativa de ocorrência para perdas de negociação (em um único dia) que sejam menores do que o VaR apresentado é de, em média, 1 (uma) vez por mês. A tabela abaixo contém a média mensal do VaR da carteira trading do Conglomerado para os períodos findos em:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
VaR (R\$ mil)	(871)	(357)

O Banco Genial também monitora o risco de mercado de sua carteira por meio das parcelas que compõem o RWA (Risk Weighted Assets) conforme determina a Resolução CMN nº 4.958/2021.

I. Análise de Sensibilidade

O Conglomerado gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. A esse respeito, consideram-se os limites de riscos estabelecidos pela Administração e possíveis cenários para atuar, de forma tempestiva, na reversão de eventuais resultados adversos.

Em conformidade com as Resoluções BCB nº 4.557/2017 e nº 111/2021, a Instituição segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

- i. Carteira de negociação (*Trading Book*): constituída por posições próprias realizadas com a intenção de negociação ou destinadas a hedge da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado e que não contenham cláusula de inegociabilidade.
- ii. Carteira de não negociação (*Banking Book*): contempla as operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até seu vencimento, sendo representada, primordialmente, por operações de crédito e captação.

Para determinar a sensibilidade do capital aos impactos de movimentos de mercado na Carteira de Negociação (*Trading*), foram realizadas simulações considerando 6 cenários:

Cenário A		
	Otimista	Pessimista
Pré	(200)bp	200 bp
Cupom IPCA	(200)bp	200 bp
Câmbio	(5%)	5%
Ações	5%	(5%)

Cenário B		
	Otimista	Pessimista
Pré	(250)bp	250 bp
Cupom IPCA	(250)bp	250 bp
Câmbio	(6,25%)	6,25%
Ações	6,25%	(6,25%)

Cenário C		
	Otimista	Pessimista
Pré	(300)bp	300 bp
Cupom IPCA	(300)bp	300 bp
Câmbio	(7,5%)	7,5%
Ações	7,5%	(7,5%)

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados da análise de sensibilidade dos piores cenários por fator de risco, ou seja, os resultados que apresentaram delta negativo (perda) nos cenários de estresse, para a Carteira de Negociação (*Trading*) do Conglomerado Prudencial:

Fator de Risco	Cenário	A	B	C
		Resultado (R\$ mil)	Resultado (R\$ mil)	Resultado (R\$ mil)
PRÉ	Otimista	(139)	(168)	(196)
Ações (IBOV)	Otimista	(274)	(341)	(409)
Câmbio	Otimista	(8)	(10)	(12)
Cupom de IPCA	Otimista	(397)	(487)	(574)

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação é utilizada a metodologia Δ NII que representa a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB (Interest Rate Risk in the Banking Book) em um cenário-base, e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. A tabela abaixo representa o comparativo entre os respectivos períodos:

	31/12/2024	31/12/2023
Δ NII	(8.999)	(823)

b. Risco operacional

O gerenciamento de risco operacional abrange a identificação e controle das possibilidades de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Como parte integrante da estrutura de controles

internos, o framework de risco operacional, amplamente divulgado em política, prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e reportes relacionados aos riscos operacionais, bem como os papéis e responsabilidades das áreas que participam da estrutura.

A metodologia utilizada pelo Conglomerado está em linha com o framework definido nos documentos (i) *Integrated Framework: Application Techniques - publicado pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e (ii) *Principles for the Sound Management of Operational Risk, emitido pelo Basel Committee on Banking Supervision*.

Ademais, contexto de Riscos Operacionais, há o programa de Gestão de Continuidade de Negócios, que objetiva a arquitetura e implementação de estratégias para responder tempestivamente à eventos abruptos que coloquem em risco os stakeholders, o patrimônio e/ou a imagem do Conglomerado, assegurando, em níveis aceitáveis, os processos críticos do negócio. Acerca da continuidade do negócio, a Infraestrutura Tecnológica da Instituição, contempla redundâncias e contingências para mitigar o risco de indisponibilidade; e ainda, todos os colaboradores possuem notebooks corporativos com acesso remoto, via VPN.

Os eventos de perdas e incidentes de risco são monitorados, identificados e armazenados em base de dados conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.557/2017.

c. Risco de crédito

O risco de crédito é interpretado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nas condições acordadas, assim como à desvalorização de contrato de crédito derivado da deterioração na classificação de risco do tomador, à diminuição de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

O gerenciamento de risco de crédito possui um processo contínuo e progressivo de mapeamento, desenvolvimento, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, mantendo a integridade e a independência dos processos. A Instituição controla a exposição ao risco de crédito, que decorre principalmente de operações de crédito e instrumentos financeiros derivativos. Aditivamente, há o risco de crédito em obrigações financeiras relacionadas à compromissos de crédito ou prestação de garantias financeiras. Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira, são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros.

O processo para definição de limites de crédito para contrapartes financeiras e não financeiras é disciplinado pela Política de Limites Operacionais e pelo Manual de Crédito, normativos internos que abordam, de forma detalhada, diversos aspectos do tomador do crédito e do grupo econômico ao qual pertence, incluindo (i) a atividade da empresa (modelo de negócio, foco de mercado, posição de mercado, produtos, riscos de tecnologia, operacionais, obtenção e custo de matéria-prima, etc.), (ii) sua capacidade financeira para repagar a obrigação financeira (análise horizontal e vertical dos últimos três exercícios, alavancagem financeira, estrutura de custos, consistência de geração de caixa das operações, liquidez), (iii) características da indústria em que opera (regulação, região de atuação, estrutura de custos, elasticidade de demanda e preços, mudanças estruturais, barreiras de entrada, etc.), bem como (iv) aspectos da sua governança (acordos de acionistas, experiência dos executivos e conselho de administração, órgãos de suporte ao conselho de administração, controles de riscos, estratégia da empresa, políticas financeira e de riscos,

transparência).

A avaliação pode, eventualmente, incluir a análise da estrutura de uma dívida específica da contraparte e seus fatores mitigadores de risco, com expectativa de perda relativa em caso de inadimplemento. Há, também, a análise quanto à adequação do limite de crédito ao tipo de negócio da empresa e suas necessidades de financiamento. Os recursos utilizados, para elaboração do cadastro dos clientes, incluem consulta à bureaus e plataformas disponibilizadas pelo regulador para avaliação da estrutura financeira, tanto da empresa como de seus sócios. Ao final, o processo converge para um rating interno e recomendação da área de Análise de Crédito, positiva (com ou sem restrições) ou negativa, para a proposta de limite encaminhada pela área comercial. Tal recomendação é encaminhada para apreciação do Comitê de Crédito, para decisão final. Os limites de crédito são reavaliados, pelo menos, uma vez ao ano, ou quando necessário, por conta de mudanças no perfil de crédito da empresa e/ou indústria na qual opera.

A política de provisionamento adotada pela Instituição está alinhada com as diretrizes do Acordo de Basileia e do Banco Central. Desta maneira, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que há sinais de deterioração da carteira, observando um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como impairment, os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações Corporate com classificação interna inferior a um nível previamente definido. As baixas à prejuízo ocorrem após 360 dias da data do vencimento; A despeito de empréstimos com vencimento superior a 36 meses, tais baixas ocorrem após 540 dias.

Controle do Limite de Risco de Crédito

O limite de exposição por cliente previsto pela Resolução CMN nº 4.677/2018 e suas alterações posteriores, é monitorado diariamente na condução das atividades. Em dezembro de 2024, o limite máximo de exposição por cliente, 25% do Patrimônio de Referência Nível I, apresentou o seguinte excesso:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Exposição - Capital Nível I :	(3.050)	(12.824)

Em em 30 de dezembro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento do capital social do Banco Genial no valor de R\$15.000.000,00, com o devido vínculo de Títulos Públicos no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). Tal aporte foi devidamente protocolado no Banco Central do Brasil em 14 de janeiro de 2025 e submetido à aprovação do DEORF.

d. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas para garantir o equilíbrio entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, mitigando possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do conglomerado. Durante a avaliação, consideram-se as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O modelo de negócio do Conglomerado Genial compreende a manutenção de estoques de ativos de alta liquidez e proeminentes saídas líquidas de curto prazo, principalmente em decorrência de intermediação financeira realizada pelas corretoras do grupo. Diante disso, a estratégia adotada pela Diretoria Financeira considera a utilização de fontes diversificadas de captação de curto prazo, conforme condições de mercado e cenário econômico vigente, a fim de garantir a autossuficiência do funding da carteira de ativos. A captação de longo prazo, quando necessária, é condicionada à entrada de ativos de igual maturidade, a fim de se evitar descasamento entre Ativos e Passivos.

e. **Gestão de Capital**

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais a Instituição está sujeita;
Planejamento de metas e da necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O objetivo da instituição, no que tange ao gerenciamento de capital, é antecipar a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado, através de uma postura prospectiva.

31 **Limites operacionais**

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio de referência compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução CMN nº 4.958/2021 e legislação complementar. A decomposição do limite operacional está assim representada:

Patrimônio de Referência	31/12/2024	31/12/2023
Índice de Basileia	14,26%	11,24%
Limite de imobilização	114.598	69.294
Valor da situação para o limite de imobilização	32.893	50.144
Índice de imobilização	14,35%	36,18%
Margem/Insuficiência	81.705	19.150
Patrimônio de Referência (PR)	229.196	138.587
Patrimônio de Referência para comparação com o RWA	229.196	138.587
Total da parcela RBAN	8.999	822
Total da parcela RWACPAD (Crédito)	587.517	406.957
Total da parcela RWAMPAD (Mercado)	116.439	22.111
Total da parcela RWACAM	1.089	1.515
Total da parcela RWAJUR1	16.344	3.089
Total da parcela RWAJUR2	1.529	522
Total da parcela RWAJUR3	14.809	3.330
Total da parcela RWAACS	15.652	13.374
Total da parcela RWAcom	6.908	-
Total da parcela CVA	843	281
Total da parcela RWA DRC	59.265	-
Total da parcela RWAOPAD (Operacional)	903.350	804.183
RWA total (crédito+mercado+operacional)	1.607.306	1.233.251

Além do aumento de Capital Nível I, citado no item “c”, houve uma nova emissão de Letra Financeira Subordinada para compor o Capital Nível II, no valor de 35 milhões de reais, sendo os principais motivos para o crescimento do Patrimônio de Referência da instituição entre os períodos.

A **Resolução CMN nº 4.958/2021** dispõe sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referência, de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos (i)

da Resolução BCB nº 229/2022 e Circular BCB nº 3.809/2016 para risco de crédito, (ii) das Circulares BCB nº 3.634/2013, nº 3.635/2013, nº 3.636/2013, nº 3.637/2013, nº 3.638/2013, nº 3.639/2013, nº 3.641/2013 e nº 3.645/2013 e das Cartas-Circulares BCB nº 3.498/2011 e nº 3.499/2011 para risco de mercado, e (iv) da Circular nº 3.640/2013 para risco operacional. O Controlador optou pela abordagem do indicador básico para mensuração do risco operacional.

32 Eventos Subsequentes

Aprovação do aumento do capital social

Em 30 de dezembro de 2024, o Banco teve seu capital aumentado no valor de R\$15.000 passando de R\$179.796 para R\$ 194.796. A referida movimentação foi aprovada pelo Banco Central em 14 de março de 2025.

André Schwartz
Diretor Presidente

Bernardo Nolasco
Diretor

Aldeir Salvadori
Diretor

Simone B. Amaral
Contadora
CRC/RJ nº 087.175/O-0



Banco Genial S.A.
Praia de Botafogo, 228, 9º andar Botafogo RJ Tel: 55 21 3923-3000
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, Itaim Bibi, SP Tel: 55 11 3206-8000 | www.banco genial.com
CNPJ nº 45.246.410/0001-55

Relatório da Administração - Banco Genial S.A.

Apresentamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Genial S.A. ("Banco") de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com as normas do Banco Central do Brasil – "Bacen", relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024. O Banco é um Banco Múltiplo com foco em prestação de serviços para seus clientes, atuando em operações estruturadas de financiamento, assessoria financeira e asset management, além de contar com forte atuação no mercado de distress asset e real state, possuindo capacidade ímpar de distribuir produtos de todas as suas áreas de atuação no atacado e no varejo com foco em tecnologia e inovação. As Entidades participantes do Conglomerado atuam integralmente no mercado financeiro, buscando sinergias e complementaridade dos negócios. O Conglomerado conta, operacionalmente, com as Corretoras Genial Investimentos e Genial Institucional, as Gestoras Plural Investimentos, Plural Gestão de Recursos e Occam Brasil Gestão de Recursos, além da Genial Seguros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços financeiros aos seus clientes. Ao final do exercício, os ativos do Banco totalizavam R\$3,8 bilhões, o patrimônio líquido R\$240 milhões, o índice de basileia 14,08% e o resultado do exercício foi um lucro de R\$15,6 milhões (prejuízo de R\$11,2 milhões em 2023). O resultado alcançado será mantido em reserva de lucros para manutenção dos nossos limites operacionais. Em abril de 2024, foi aprovado o aumento de capital de R\$35 milhões e em dezembro do mesmo ano realizamos novo aumento de capital de R\$15 milhões, aprovado junto ao Banco Central do Brasil em março de 2025, de forma a reforçar nosso compromisso com o negócio e incrementar nosso capital nível I. No cenário econômico, as expectativas no início do ano eram de crescimento modesto da economia brasileira que projetavam o crescimento de 1,6% do PIB, refletindo cautela, influenciado por desafios internos e incertezas no ambiente internacional. A meta de inflação era de 3% e a projeção da taxa de juros de 11,75%. As perspectivas tinham como meta o alinhamento na busca pelo equilíbrio entre o estímulo ao crescimento e a estabilidade econômica. Ao longo do ano, acompanhamos variações significativas no

PIB, nos índices de inflação e efeitos de decisões importantes na política fiscal e monetária. O PIB fechou o ano com crescimento acima de 3% desempenho robusto, porém, a inflação ultrapassou o teto da meta com acumulado de 4,83% e a taxa de juros 12,25%. Diante dos desdobramentos da política econômica, as operações em bolsa de valores flutuaram entre altas e baixas ao longo do ano, com lbovespa fechando com um dos piores desempenhos apresentando queda de 10,36% e 120.283 pontos. Assim e diante das incertezas políticas internas e externas do cenário atual, a renda fixa permanece sendo a classe de ativos mais rentável do país no ano. Apesar do ambiente desfavorável ao risco, mantivemos nosso patamar de crescimento sustentável em corretagem no mercado de bolsa de valores. Continuamos com a estratégia de transformação digital e a utilização de ferramentas diferenciadas consideradas importantes para alcançar a satisfação cada vez maior de nossos clientes. Nesse exercício, os investimentos em tecnologia, mão de obra qualificada e a inovação em diversos segmentos no mercado financeiro foram mantidos em busca da excelência para a oferta produtos através de plataforma de serviços financeiros completa, contando com áreas de investment banking, corporate banking, assessoria financeira, gestão de recursos, seguros, parcerias para "investment as a service", "bank as a service", entre outras. Através da conta digital, o cliente tem acesso a uma ampla prateleira de investimentos, Pix, TEDs, pagamentos, câmbio, acessos a home broker, cartão de crédito, conta global, consórcio, débito automático, crédito com garantia, crédito consignado e demais produtos de renda fixa e variável o que nos torna uma plataforma completa. Nosso propósito é oferecer aos nossos clientes a melhor experiência do mercado na condução dos seus investimentos, ser uma marca reconhecida por um serviço de alto padrão, atrair e reter os melhores talentos do mercado, além de atingir crescimento exponencial na captação de recursos e de clientes. Aos nossos clientes e colaboradores, obrigado pelo apoio e confiança que contribuíram para as nossas realizações.

Balanços patrimoniais em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		2.217.644	2.165.445
Caixa e equivalentes de caixa		148.446	6.531
Disponibilidades	4	15.034	978
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	133.412	5.553
Instrumentos financeiros		1.128.386	1.721.162
Títulos e valores mobiliários	6	1.128.000	1.720.392
Carteira própria		495.443	336.530
Vinculados a compromisso de recompra		460.429	1.158.687
Vinculados à prestação de garantias		172.128	190.029
Vinculados ao Banco Central		-	35.146
Instrumentos financeiros derivativos		386	770
Operações de crédito		101.606	75.717
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(2.039)	(703)
Relações interfinanceiras		605.542	307.709
Outros créditos		231.278	54.011
Carteira de câmbio	9	106.417	4.621
Rendas e serviços a receber	10	38.346	28.293
Negociação e intermediação de valores		7056	184
Títulos e créditos a receber	11	31.737	8.584
Diversos	12	55.536	19.121
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos	13	(7814)	(6.792)
Outros ativos		4.425	1.018
Despesas antecipadas		4.425	1.018
Não circulante		1.550.647	533.258
Realizável a longo prazo		1.247.517	233.413
Instrumentos financeiros		826.461	40.712
Títulos e valores mobiliários	6	826.412	40.055
Vinculados a compromisso de recompra		726.987	-
Vinculados à prestação de garantias		84.347	40.055
Vinculados ao Banco Central		15.078	-
Instrumentos financeiros derivativos		49	657
Operações de crédito		390.543	149.886
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(5.348)	(1.010)
Créditos tributários		30.131	29.185
Outros créditos		5.730	14.640
Títulos e créditos a receber	11	-	7.856
Diversos	12	5.730	6.784
Investimentos		247.583	247.502
Participações societárias em controladas	14	247.583	247.502
Imobilizado de uso		9.341	12.231
Intangível		46.206	40.112
Total do ativo		3.768.291	2.698.703

Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		2.062.907	2.097.680
Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.622.826	1.962.283
Depósitos	17	1.148.617	805.626
Captações no mercado aberto	17	460.074	1.156.304
Recursos de aceites e emissão de títulos	17	13.818	-
Instrumentos financeiros derivativos	7	317	353
Relações interfinanceiras		53.942	7.924
Pagamentos e compensações a liquidar		53.942	7.924
Outras obrigações		386.139	127.473
Carteira de câmbio	9	107.352	4.850
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		632	764
Negociações e intermediação de valores		4.243	-
Fiscais e previdenciárias	18	248.388	99.881
Diversas	19	25.524	21.978
Não circulante		1.705.384	601.023
Exigível a longo prazo		1.465.401	392.987
Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.432.854	372.396
Depósitos	17	539.288	337.365
Captações no mercado aberto	17	725.606	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	17	97.837	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	22	70.123	35.031
Fiscais diferidas		32.458	20.441
Outras obrigações		89	150
Provisão para passivos contingentes	21	11	150
Diversas	19	78	-
Patrimônio líquido		239.983	208.036
Capital social		179.796	144.796
Capital social em aprovação		15.000	35.000
Reservas de lucros		20.560	4.910
Outros resultados abrangentes		24.627	23.330
Total do passivo e patrimônio líquido		3.768.291	2.698.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em Milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O Banco Genial S.A. ("Banco"), está constituído sob a forma de banco múltiplo e tem como objetivo a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras comerciais e de investimento, além de operações de câmbio e administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, podendo ainda deter participação, como sócia ou acionista, em sociedades no país ou no exterior, inclusive instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. O Banco está sediado na Praia de Botafogo, nº 228, 9º andar, na cidade e estado do Rio de Janeiro e possui local principal de seus negócios na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional, acarretando ganho de sinergia dentre as empresas do Grupo Financeiro Genial. O Banco tem como controlador a Plural Nova Holding Financeira Ltda. ("Nova Holding Financeira"), e o Grupo é controlado pela Holding Plural S.A. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução BCB nº 02/2020. Para a contabilização das operações foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen. A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, requer que a Administração do Banco se fundamente em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à marcação a mercado de instrumentos financeiros, provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal de negócios. A administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade do Banco e da continuidade das atividades nos próximos 12 (doze) meses. A Administração autorizou a emissão e divulgação das demonstrações financeiras em 26 de março de 2025. **3. Principais práticas contábeis:** (a) As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco. (b) Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Possuem liquidez imediata, com vencimento ou carência igual ou inferior a 90 (noventa) dias, e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor. (c) As operações de Aplicações interfinanceira de liquidez, estão registradas a valor presente, calculados "pro-rata dia" com base na taxa efetiva das operações. (d) As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro-rata dia* para as de natureza financeira. (e) Os demais ativos e passivos são apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço. Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 (doze) meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. (f) **Instrumentos financeiros:** Conforme previsto na Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias, de acordo com a intenção da Administração em mantê-los até o seu vencimento ou vendê-los antes dessa data. **I. Títulos para negociação:** Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. As ações de companhias fechadas e cotas de Fundo de Investimento em Participações são registradas pelo custo de aquisição e são marcadas a mercado com contra partida no Patrimônio Líquido. **II. Títulos mantidos até o vencimento:** Títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais devem ser lançados no resultado do período. **III. Títulos disponíveis para venda:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas demais categorias, e que são avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta de patrimônio líquido denominada "ajuste de avaliação patrimonial", líquidos dos efeitos tributários. As ações de companhias abertas são registradas pelo custo de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, ajustados pela valorização do preço médio do último dia em que foram negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão ("B3 S.A."). Os resultados das operações constituídos dos ajustes por variações são reconhecidos diariamente no resultado e estão apresentados nas demonstrações de resultado. **Instrumentos financeiros derivativos.** Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados de acordo com a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002, do Bacen, obedecendo ao seguinte critério: Os contratos de operações realizados no mercado a termo de moedas – NDF, a termo de mercadorias - NDF e de ativos financeiros são registrados em contas de compensação. Os ajustes desses contratos são apurados diariamente e reconhecidos no resultado, em contrapartida de contas patrimoniais e ajustados ao seu valor de mercado. Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidas ou incorridas. Os prêmios pagos ou recebidos nas operações realizadas no mercado de opções são registrados em contas patrimoniais pelos valores efetivamente pagos ou recebidos e ajustados a mercado em contrapartida do resultado. Os valores de referência desses contratos são registrados em contas de compensação. Os valores de mercado das operações de "swap" e de termo são registrados individualmente em contas patrimoniais ativas ou passivas, em contrapartida às respectivas contas de receitas e despesas. **IV. Operações de crédito:** As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e a despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. **V. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e de outros créditos é estimada com base em análise das operações e dos riscos específicos apresentados em cada carteira, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. Para as operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja inferior a R\$50, é adotado um modelo interno de avaliação, conforme facultado pela Resolução 2.697/00. São registradas a valor presente, calculadas "pró-rata dia" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizado até o 59º dia de atraso nas empresas financeiras, observada a expectativa do recebimento. A partir do 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efeito recebimento das prestações. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas

Demonstrações dos resultados exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 e semestre findo em 31/12/2024 (Em Milhares de Reais, exceto o lucro/prejuízo por ação)

	Nota	2º Semestre		
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Receitas da intermediação financeira		207.346	346.387	284.765
Rendas de aplicações financeiras de liquidez	5	16.066	34.375	42.884
Resultado de títulos e valores mobiliários	6	135.409	221.140	168.008
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	7	5.935	5.888	3.319
Operações de crédito	8	28.260	47.373	41.530
Operações de câmbio	9	21.676	37.611	29.024
Despesas da intermediação financeira		(110.107)	(206.700)	(206.047)
Operações de captação no mercado	17	(106.720)	(200.885)	(206.487)
Operações de empréstimos e repasses		(7)	(7)	-
(-) Provisão/ reversão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(3.380)	(5.808)	440
Resultado bruto da intermediação financeira		97.239	139.687	78.718
Outras receitas (despesas) operacionais		(61.353)	(108.543)	(47.151)
Receitas de prestação de serviços	24	99.237	188.412	163.188
Despesas de pessoal	25.a	(32.362)	(63.534)	(58.320)
Despesas administrativas	25.b	(119.371)	(206.443)	(124.303)
Despesas tributárias		(13.643)	(24.477)	(22.212)
Depreciação e amortização	15 e 16	(6.668)	(8.980)	(2.925)
Outras receitas operacionais	26	19.908	30.992	23.543
Outras despesas operacionais	26	(9.745)	(23.635)	(25.888)
(-) Reversão/provisão para perdas esperadas associadas a outros créditos/ativos		1.291	(878)	(234)
Resultado de participação societária em controladas	14	(2.409)	81	(33.186)
Despesas de provisões	23	(1)	(4)	(58)
Provisões para passivos contingentes		(1)	(4)	(58)
Resultado operacional		33.476	31.221	(1.677)
Resultado não operacional		-	-	7.770
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		33.476	31.221	6.093
Imposto de renda e contribuição social		(12.855)	(10.798)	(12.003)
Impostos diferido	20	(12.855)	(10.798)	(12.003)
Participação estatutária no resultado		(4.773)	(4.773)	(5.300)
Resultado líquido do semestre/exercício		15.848	15.650	(11.210)
Quantidade de ações no final do semestre/exercício		3.003.342	3.003.342	2.795.331
Resultado líquido do semestre/exercício por ação - R\$		5,28	5,21	(4,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 e semestre findo em 31/12/2024 (Em Milhares de Reais)

	Semestre findo em 31/12/2024	Exercício 31/12/2024	Exercício 31/12/2023
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre/exercício	15.848	15.650	(11.210)
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda	3.812	1.571	(13.806)
IR/CSLL diferidos sobre marcação a mercado de ativos financeiros disponíveis para venda	(1.716)	(274)	6.307
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre/exercício	17.944	16.947	(18.709)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 e semestre findo em 31/12/2024 (Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Aumento de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros	(Prejuízos)/ Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2023	144.796	-	30.828	16.120	-	191.744
(Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	(11.210)	(11.210)
Aumento de capital em aprovação	-	35.000	-	-	-	35.000
Reserva estatutária	-	-	-	(11.210)	11.210	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(7.498)	-	-	(7.498)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	144.796	35.000	23.330	4.910	-	208.036
Mutações do exercício	-	35.000	(7.498)	(11.210)	-	16.292
Saldos em 1º de julho de 2024	179.796	-	22.531	4.712	-	207.039
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	15.848	15.848
Aumento de capital em aprovação	-	15.000	-	-	-	15.000
Reserva estatutária	-	-	-	15.848	(15.848)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	2.096	-	-	2.096
Saldos em 31 de dezembro de 2024	179.796	15.000	24.627	20.560	-	239.983
Mutações do semestre	-	15.000	2.096	15.848	-	32.944
Saldos em 1º de janeiro de 2024	144.796	35.000	23.330	4.910	-	208.036
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.650	15.650
Aumento de capital em aprovação	35.000	(20.000)	-	-	-	15.000
Reserva legal	-	-	-	782	(782)	-
Reserva estatutária						



Banco Genial S.A.
Praia de Botafogo, 228, 9º andar Botafogo RJ Tel: 55 21 3923-3000
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, Itaim Bibi, SP. Tel: 55 11 3206-8000 | www.bancogenial.com
CNPJ nº 45.246.410/0001-55

e previdenciárias", são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre os livros contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e bases negativas e sobre os ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e liquidação do passivo. Os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros conforme previsto na regulamentação vigente (Resolução CMN 4.842, de 30.07.2020). Os impostos são calculados às alíquotas a seguir discriminadas:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda	15%
Adicional de Impostos de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro - a partir de 01 de março de 2020	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	5%

(o) O resultado por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do balanço. (p) Resultado recorrente e não recorrente: Considera-se resultado recorrente: I. o resultado oriundo das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco. Considera-se resultado não recorrente: II. o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e III. não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. (q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN. Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. (r) As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (s) Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem às demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados: • Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem às demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem às demonstrações que originam ajustes). • Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem às demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem às demonstrações que não originam ajustes). (t) Novas normas aprovadas em 2021 de aplicação futura: **Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos Financeiros**. Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros. A Resolução CMN nº 4.966/21, e alterações posteriores, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil. O objetivo é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais. A Resolução BCB nº 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023 e estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e evidencição de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas. Concomitante a mudança trazida pelas resoluções está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF, revogando e integrando contas no novo plano, revisitando suas funções. Com a entrada em vigor das Resoluções acima, diversos normativos foram revogados, dentre eles, a Resolução CMN nº 2.682/99 que trata de critérios para classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de créditos, sendo a que mais produziu efeitos para fins de balanço do Banco. As operações foram classificadas de acordo com seu modelo de negócios, aplicando a metodologia simplificada na apuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Os impactos da adoção dos normativos foram apurados pelo Banco, tendo os seus efeitos, líquidos de tributos, refletidos a partir de 1º de janeiro de 2025 em lucros ou prejuízos acumulados, conforme abaixo:

Modelo	Res 2.682	Res 4.966	Provisão Total
Custo amortizado	7.704	6.528	14.232

O efeito líquido registrado será de R\$ 3.590, representando 1,50% do patrimônio líquido. Não foram produzidos efeitos na aplicação das normas nos modelos de negócios de valor justo por meio do resultado ou valor justo meio de outros resultados abrangentes. Não houve novas classificações em função da norma e, portanto, não houve remensuração de ativos. Os ajustes de suspensão de juros de operações de crédito foram próximos a zero. **Títulos e Valores Mobiliários e Operações Compromissadas**. Os títulos públicos presentes na carteira proprietária são emitidos pelo Tesouro Nacional e negociados somente no mercado local, justificando a utilização do ranking de crédito nacional. Dada a natureza do emissor e a baixa materialidade dos valores observados no cálculo, não são esperados registros de perda esperada para essa classe de instrumentos financeiros. **Instrumentos financeiros derivativos**. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração na data do início da operação, não houve mudança de critérios utilizados para apuração do valor de mercado das operações com instrumentos financeiros derivativos em decorrência da Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco utiliza de políticas rígidas de controle e técnicas de monitoramento para esses instrumentos financeiros, com limites de exposição ao risco avaliados periodicamente. **Lei nº 14.467/22**. A Lei nº 14.467/22, dispõe sobre o novo tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O artigo 6º da mencionada Lei, alterado pela Lei 15.078/24, estabeleceu critérios para adoção inicial em relação aos créditos que se encontram inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 e que não tenham sido deduzidos até essa data. As alterações das perdas para fins fiscais visam alinhar as normas tributárias e contábeis, com o objetivo de reduzir as vulnerabilidades decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras. **Resolução CMN nº 4.975/2021 e atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.101/2023**. Estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco adotará de forma integral a aplicação da referida norma, para todos os contratos existentes a partir de janeiro de 2025.

4. Disponibilidades	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos bancários	-	183
Depósitos em moeda estrangeira	15.034	795
Total	15.034	978

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações em depósitos interfinanceiros	110.403	-
Aplicações em moeda estrangeira	23.009	5.553
Total	133.412	5.553

Os resultados com aplicações interfinanceiras de liquidez alcançados nos semestres/exercícios foram:

	Semestre findo		
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Títulos públicos	13.166	30.398	36.539
Certificado de depósito interbancário	2.303	2.735	5.207
Debêntures	25	25	-
Moedas no exterior	572	1.217	1.138
Total	16.066	34.375	42.884

	Sem vencimento/ até 360 dias		Acima de 360 dias		Mercado 31/12/2023
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	
Carteira própria	495.443	495.443	-	-	336.530
Vinculados a compromisso de compra	1.187.415	460.428	726.987	-	1.158.687
Vinculados à prestação de garantias	256.475	172.128	84.347	-	230.084
Vinculados ao Banco Central	15.078	-	15.078	-	35.146
Títulos e valores mobiliários	1.954.411	1.127.999	826.412	-	1.760.447

O resultado com títulos e valores mobiliários atribuídos às operações do Banco em títulos públicos, ações e cotas de fundos de investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 de lucro R\$ 221.140 (lucro de R\$ 168.008). Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Banco estão apresentados por tipo de papel e prazo de vencimento contratual da carteira: **a. Títulos disponíveis para venda**

	Sem vencimento/ até 360 dias		Acima de 360 dias		Mercado 31/12/2023
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	
Títulos de renda variável	100	-	-	-	-
Ações de companhias fechadas (*)	100	-	-	-	-
Cotas de fundos de investimentos	5.513	50.472	50.472	-	51.401
Porto - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (**)	5.513	50.472	50.472	-	51.401
Carteira própria	5.613	50.472	50.472	-	51.401
Títulos disponíveis para venda	5.613	50.472	50.472	-	51.401

(*) Os títulos de renda variável estão representados por 100.000 ações da ABL Cinema Leblon pelo custo de R\$100 e valor de mercado próximo de zero. Os efeitos da avaliação a mercado são produzidos com contrapartida no patrimônio líquido, líquidos de eventuais tributos. (**) Em julho de 2024 o Porto - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia realizou amortização de cotas. O Banco na qualidade de único cotista recebeu o valor de R\$ 2.500. Em

31 de dezembro de 2024 e 2023, os investimentos apresentados na carteira do Fundo estão avaliados conforme abaixo:

Portfólio	Método de avaliação				
	21M Holding Company LTD (1)	Transação recente ou múltiplos comparáveis NM GAP II Participações S.A. (2)			
					Fluxo de caixa
(1) O Porto – FIP Multiestratégia é titular de participação equivalente a aproximadamente 0,98% do capital social da Companhia (em uma base totalmente diluída), que por sua vez é controladora da 21M Participações S.A., empresa controladora do Mercado Bitcoin. A Mercado Bitcoin é a maior plataforma de ativos digitais da América Latina, com mais de 4 milhões de clientes. (2) A NM GAP II Participações S.A. foi constituída com propósito específico de figurar como sócia participante em sociedades em conta de participação de empreendimentos com foco na identificação de oportunidades, estruturação de operações e avaliação de ativos predominantemente do setor imobiliário. As ações de companhias fechadas e cotas de Fundo de Investimento em Participações são registradas pelo custo de aquisição e são marcadas a mercado com contra partida no Patrimônio Líquido. b. Títulos para negociação					
	Custo	Mercado 31/12/2024	Sem vencimento/ até 360 dias	Acima de 360 dias	Mercado 31/12/2023
Títulos de renda fixa	327.760	327.409	128.203	199.206	245.387
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	291.272	291.190	101.449	189.741	241.745
Letras do Tesouro Nacional - LTN	14.989	14.930	14.930	-	563
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	52	43	-	43	1.389
Certificado de recebíveis imobiliário - CRI	18.447	18.245	11.824	6.421	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	3.000	3.001	-	3.001	1.690
Cotas de fundos de investimentos	19.311	21.622	21.622	-	32.040
JFL Living FII	-	-	-	-	10.102
Sugoi FIM CP IE	16.154	18.364	18.364	-	16.560
Leste LLF FIDC	-	-	-	-	2.220
Genial Agro Boi Brasil	3.157	3.258	3.258	-	3.158
Títulos de renda variável	54.906	81.242	81.242	-	7.702
Ações de companhias abertas	4.599	1.940	1.940	-	7.702
Ações de companhias fechadas	50.307	79.302	79.302	-	-
Austral Participações S.A. (i)	35.076	40.145	40.145	-	-
Nova Agro Holding S.A. (ii)	-	3.000	3.000	-	-
Genial Energia Renovável S.A. (iii)	15.231	36.157	36.157	-	-
Carteira própria (livres)	401.977	430.273	231.067	199.206	285.129
Títulos de renda fixa	1.187.684	1.187.415	460.428	726.987	1.158.687
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.148.190	1.148.302	421.921	726.381	1.087.596
Letras do Tesouro Nacional - LTN	38.818	38.507	38.507	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	676	606	-	606	71.091
Vinculados a compromisso de compra	1.187.684	1.187.415	460.428	726.987	1.158.687
Títulos de renda fixa	214.846	214.851	130.504	84.347	112.46
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	214.846	214.851	130.504	84.347	112.46
Cotas de fundos de investimentos (iv)	20.725	20.725	20.725	-	16.817
Fundo de Investimento Liqueidez da Camara - B3 Multimercado	20.725	20.725	20.725	-	16.817
Investimento no Exterior	20.725	20.725	20.725	-	16.817
Vinculados à prestação de garantias	235.571	235.576	151.229	84.347	28.063
Títulos de renda fixa	15.078	15.078	-	15.078	35.146
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	15.078	15.078	-	15.078	35.146
Vinculados ao Banco Central	15.078	15.078	-	15.078	35.146
Títulos para negociação	1.840.310	1.868.342	842.724	1.025.618	1.507.025

(i) Através de contrato de compra e venda, celebrado em 30 de novembro de 2023, o Banco adquiriu participação minoritária na Austral Participações S.A., no valor de total de R\$35.076, representado por 16.142.128 ações. A operação foi, parcialmente, liquidada em 19 de dezembro de 2023, no valor de R\$21.773, e o saldo remanescente no valor de R\$13.343, liquidado em 10 de janeiro de 2024. (ii) O Banco, então titular de 23% do capital da Nova Agro Holdings S.A. vendeu em 27 de dezembro de 2024 o equivalente a 20% de sua participação, remanescendo com 3%. (iii) Em 28 de novembro de 2024, o Banco adquiriu da empresa Genial Geração de Energia Renovável Ltda. 1.904.813 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, equivalentes a 10% do seu capital. As operações descritas acima são caracterizadas como típicas da carteira de bancos de investimento. (iv) Refere-se a aquisição de cotas de fundos do Fundo de Investimento Liqueidez da Camara B3 Multimercado Investimento no Exterior para constituição de garantia mínima não operacional na B3 S.A., conforme comunicado externo nº 110/2017. As cotas estão caucionadas a favor da Camara BM&F BOVESPA. O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA. Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos e ajustado ao valor de mercado. As principais fontes de precificação são: ANBIMA, B3 S.A. e SELIC. As aplicações em cotas de fundos de investimento são registradas pelo custo de aquisição, atualizado diariamente pela variação no valor das cotas informados pelos Administradores dos respectivos fundos investidos. **c. Títulos mantidos até o vencimento**

	Sem vencimento/ até 360 dias				
	Custo	Mercado 31/12/2024	Acima de 360 dias	Acima de 360 dias	Mercado 31/12/2023
Títulos de renda fixa	12.607	14.698	14.698	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	12.607	14.698	14.698	-	-
Carteira própria	12.607	14.698	14.698	-	-
Títulos de renda fixa	17.926	20.899	20.899	-	202.021
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	17.926	20.899	20.899	-	202.021
Vinculados à prestação de garantias	17.926	20.899	20.899	-	202.021
Títulos mantidos até o vencimento	30.533	35.597	35.597	-	202.021

O Banco declara ter capacidade financeira e tem a intenção de manter os ativos acima em carteira até o vencimento. **7. Instrumentos financeiros derivativos**: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração na data do início da operação, levando em consideração se a finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. São classificados de acordo com os critérios definidos pelo Banco Central na Circular nº 3.082/2002. Os critérios utilizados para apuração do valor de mercado das operações com instrumentos financeiros derivativos são: • Futuros: valor do ajuste diário das operações; e • Swaps e NDFs: estima-se o fluxo de caixa de cada uma das partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros. A administração dos riscos envolvidos nestas operações é efetuada por meio de políticas rígidas de controle, e técnicas de monitoramento. Os limites de exposição ao risco são avaliados periodicamente pela área de Risco e área de Crédito, e por tipos de instrumento e concentração de contraparte. **a. Por valor de custo e mercado**

	31/12/2024		31/12/2023		Total
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Até 360 dias	Acima de 360 dias	
SWAP	38	49	-	49	657
Posição ativa	38	49	-	49	657
Posição passiva	171	167	167	-	-
Non-Deliverable Forward - NDF	177	386	386	-	770
Posição ativa	177	386	386	-	770
Posição passiva	116	150	150	-	353
Ativo	215	435	386	49	1.427
Passivo	287	317	317	-	353

b. Registrados em contas de compensação: Os valores de notional das operações com instrumentos financeiros são registrados em contas de compensação. As pontas a receber e a pagar são apresentadas separadamente para os derivativos de Swap e Non-Deliverable Forward (NDF) no quadro abaixo:

	31/12/2024		31/12/2023		Total
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Até 360 dias	Acima de 360 dias	
SWAP	-	11.458	11.458	7.083	7.083
Posição ativa	-	11.458	11.458	7.083	7.083
Posição passiva	-	528	-	528	-
Non-Deliverable Forward	528	-	528	-	-
Posição ativa	528	-	528	-	-
Posição passiva	-	-	-	-	-
 Mercado de futuro	7.678	-	7.678	33.160	33.160
Posição ativa	7.678	-	7.678	33.160	33.160
Posição passiva	-	-	-	-	25.821
Futuros	599	-	599	-	-
Posição ativa	599	-	599	-	-
Posição passiva	184.427	-	184.427	-	-

As operações envolvendo todos instrumentos financeiros derivativos estão registradas na B3 S.A. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os compromissos assumidos decorrentes dessas operações estão indexados a CDI, IPCA e moeda.

Os resultados com derivativos alcançados nos exercícios foram:

	Semestre findo		
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Swaps	(622)	89	807
Non-Deliverable Forward	177	278	2.655
Futuros	6.380	5.521	(143)
Total	5.935	5.888	3.319

A garantia depositada na B3 S.A. em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 19.411 (R\$ 6.110 em 31 de dezembro de 2023). **8. Operações de crédito**: As operações de crédito



Banco Genial S.A.
Praia de Botafogo, 228, 9º andar Botafogo RJ Tel: 55 21 3923-3000
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, Itaim Bibi, SP. Tel: 55 11 3206-8000 | www.bancogenial.com
CNPJ nº 45.246.410/0001-55

15. Imobilizado de uso: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o Banco apresentou as seguintes movimentações em seu imobilizado:

Descrição	Taxa	Movimentação			Saldo em 31/12/2024
		Saldo em 31/12/2023	Aquisições	Depreciação	
Mobiliário		1.712	9	-	1.721
(-) Depreciação acumulada	10%	(332)	-	(172)	(504)
Equipamentos de comunicação e segurança		9	89	-	98
(-) Depreciação acumulada	10%	(5)	-	(15)	(20)
Equipamento de informática		2.504	35	-	2.539
(-) Depreciação acumulada	20%	(1.116)	-	(463)	(1.579)
Benefeitoria		14.199	362	-	14.561
(-) Depreciação acumulada (*)		(4.740)	-	(2.735)	(7.475)
Total		12.231	495	(3.385)	9.341

(*) Depreciação de acordo com o prazo dos contratos de aluguel.

Descrição	Taxa	Movimentação			Saldo em 31/12/2023
		Saldo em 31/12/2022	Aquisições	Depreciação	
Mobiliário		1.486	226	-	1.712
(-) Depreciação acumulada	10%	(176)	-	(156)	(332)
Equipamentos de comunicação e segurança		6	3	-	9
(-) Depreciação acumulada	10%	(4)	-	(1)	(5)
Equipamento de informática		2.212	292	-	2.504
(-) Depreciação acumulada	20%	(639)	-	(477)	(1.116)
Benefeitoria		13.398	801	-	14.199
(-) Depreciação acumulada		(2.449)	-	(2.291)	(4.740)
Total		13.834	1.322	(2.925)	12.231

16. Intangível: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o Banco apresentou as seguintes movimentações em seu intangível:

Descrição	Taxa	Movimentação			Saldo em 31/12/2023
		Saldo em 31/12/2022	Aquisições	Transferências	
Intangível em andamento (*)		36.271	11.689	(4.960)	-
Ativos desenvolvidos internamente		-	-	47.960	47.960
(-) Amortização acumulada		-	-	-	-
- Ativos desenvolvidos internamente	20%	-	-	-	(5.595)
Marcas e patentes		3.841	-	-	3.841
Total		40.112	11.689	(5.595)	46.206

(*) Refere-se aos projetos que estavam em fase de desenvolvimento no âmbito da estruturação de produtos e serviços da plataforma e banco digital até maio/2024. Em junho/2024 os projetos entraram na fase de produção e a amortização ocorreu de acordo com plano de negócio preparado pela administração.

17. Captação de recursos

Descrição	Taxa	Movimentação		Saldo em 31/12/2023
		31/12/2024	31/12/2023	
Depósitos		1.687.905	1.142.991	-
Depósitos à vista		1.005.846	772.083	-
Depósitos interfinanceiros		111.343	-	-
Depósitos a prazo		31.423	539.288	370.903
Depósitos em moedas estrangeiras		5	5	5
Captações no mercado aberto		1.297.335	1.156.304	-
Carteira própria		1.185.680	1.156.304	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT		1.146.668	1.085.606	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN		38.384	70.698	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN – B		628	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos		111.655	-	-
Recursos de Letra de Crédito Imobiliário (*)		111.655	-	-
Total		2.985.240	2.299.295	-

(*) A Letra de Crédito Imobiliário é remunerada por um percentual do CDI e é um título de crédito nominativo, lastreado por direitos creditórios originários de alienações fiduciárias de bens imóveis, emitido exclusivamente por instituições financeiras públicas ou privadas. A LCI é emitida pelo Banco sob a forma escritural na CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, sob a Lei nº 3.614/2012.

Faixas de vencimento	Até 360	Acima de 360	31/12/2024		31/12/2023	
			31/12/2024	31/12/2023		
Depósitos à vista	1.005.846	-	1.005.846	772.083	-	-
Depósitos interfinanceiros	111.343	-	111.343	-	-	-
Depósitos a prazo	31.423	539.288	570.711	370.903	-	-
Depósito em moeda estrangeira	5	-	5	5	-	-
Depósitos	1.148.617	539.288	1.687.905	1.142.991	-	-
Captações no mercado aberto	460.074	725.606	1.185.680	1.156.304	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	13.818	97.837	111.655	-	-	-
Total	1.622.509	1.362.731	2.985.240	2.299.295	-	-

Reconciliação das despesas de captação com o resultado

Descrição	Semestre findo		31/12/2024		31/12/2023	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		
Despesas depósitos interfinanceiros	(3.242)	(4.107)	(4.107)	(7.717)		
Despesas depósitos a prazo	(23.881)	(43.831)	(43.831)	(57.570)		
Recursos de letra de crédito imobiliário	(6.025)	(7.241)	(7.241)	(3.052)		
Recurso de letras financeiras	(4.856)	(8.889)	(8.889)	(31)		
Despesas de contribuição com FGC	(806)	(1.657)	(1.657)	(1.275)		
Despesas captações no mercado aberto	(67.847)	(135.097)	(135.097)	(136.842)		
Despesas de depósitos de aviso prévio	(63)	(63)	(63)	-		
Total	(106.720)	(200.885)	(206.487)	(206.487)		

18. Fiscais e previdenciárias

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições sobre salários	2.164	2.041	2.164	2.041
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	817	588	817	588
Pis e cofins	2.744	1.182	2.744	1.182
Imposto de renda retido na fonte	241.251	95.249	241.251	95.249
Outros	1.412	821	1.412	821
Total	248.388	99.881	248.388	99.881

19. Diversas

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outros fornecedores a pagar	13.235	9.872	13.235	9.872
Débitos com ligadas	1.748	5.839	1.748	5.839
Provisões para despesa de pessoal	4.377	4.398	4.377	4.398
Provisões para pagamentos	1.375	378	1.375	378
Obrigações por aquisições de bens e direitos	99	220	99	220
Adiantamento de clientes	2.375	-	2.375	-
Outros	2.393	1.271	2.393	1.271
Total	25.602	21.978	25.602	21.978

20. Imposto de renda e contribuição social: Demonstração da conciliação entre o imposto de renda e contribuição social à taxa efetiva e nominal.

Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes da Tributação e Participações	31.221	6.093	31.221	6.093
Participações estatutárias sobre o lucro	(4.773)	(5.300)	(4.773)	(5.300)
Lucro antes dos Impostos	26.448	793	26.448	793

Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquota vigente

Corrente - Alíquota Vigente	45%	45%
Ajustes Permanentes	13.488	404
Resultado de Equivalência Patrimonial de Controladas	(2.453)	9.506
Outras	(81)	33.186
Ajustes Temporários	(2.372)	(23.680)
Ajustes temporários sobre produtos	(23.995)	(10.299)
Outras	(23.855)	(10.261)
Contingências e Tributos suspensos	(140)	(38)

Lucro/Prejuízo Antes das Compensações

Compensação	-	-
Lucro Real do Exercício	(10.798)	(12.003)

Despesa efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social

Diferido	(10.798)	(12.003)
----------	----------	----------

Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos: O Banco constituiu no 1º semestre de 2022 créditos tributários passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas da Resolução CMN nº 4.842 de 2020. Dado que em 2022 e 2023 o consumo do ativo fiscal projetado foi inferior a 50% dos valores previstos para igual período no estudo técnico, em conformidade com o art. 5º da mesma Resolução procedeu-se a baixa correspondente a parcela do ativo previsto e não consumido no montante de R\$3.123, sendo R\$1.735 de prejuízo fiscal e R\$1.388 de base negativa de CSLL. A administração entende que o principal fator de contribuição para esta reversão foi a utilização do benefício fiscal da Lei do Bem.

Movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Ativo fiscal constituído	31/12/2023		31/12/2024	
	Compen-sação	Reversão	Compen-tuição	Consti-tuição
Prejuízos fiscais	29.185	(382)	(2.277)	3.605
Base negativa de contribuição social	13.018	-	-	13.018
Ajuste Temporários	10.383	-	(1)	592
Diferenças temporárias - MTM	531	(382)	(2.276)	3.013
Total	5.253	-	(2.276)	5.990

Passivo fiscal constituído

Ativos disponíveis para venda	31/12/2023		31/12/2024	
	Compen-sação	Reversão	Compen-tuição	Consti-tuição
Diferenças temporárias - MTM	20.441	-	(240.005)	252.022
Ativos disponíveis para venda	483	-	-	11.744
Total	20.441	-	(240.005)	263.766

Ativos disponíveis para venda: 19.958 - (240.005) Ajustes MTM 240.278 20.231

Ativos fiscais não constituídos	31/12/2023		31/12/2024	
	Fiscal	Base Negativa	Tempo-rários	MTM
Banco Genial S.A	1.735	1.388	-	-
Total	1.735	1.388	-	-

Com base nas projeções de rentabilidade devidamente aprovadas pelos órgãos da administração, estima-se que os créditos tributários, oriundos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados como segue:

Exercício	Saldo Prejuízo				Valor Presente
	Fiscal /Base Negativa	Ativo - IRPJ	Ativo - CSLL	Ativo	
2025	35	9	7	16	14
2026	148	37	30	67	53
2027	1.061	265	212	477	354
2028	3.449	862	690	1.552	1.060
2029	7.658	1.914	1.532	3.446	2.140
2030	14.134	3.534	2.827	6.361	3.591
2031	23.347	5.837	4.669	10.506	5.391
2032	2.243	560	416	976	455
TOTAL	52.075	13.018	10.383	23.401	13.058

No curso normal das operações do Banco, foram identificadas diferenças temporárias originando créditos tributários, registrados em ativos fiscais diferidos. Esses ativos fiscais são chamados de diferenças temporárias - MTM

Exercício	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes					
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Garantia	Provisão
Em 31 de dezembro/2023	-	-	-	-	-	9
Constituições	-	141	32	-	-	-
Reversões	-	13	-	1.052	-	4
Atualizações	-	-	-	-	-	-
Realizações / Pagamentos	-	(143)	(20)	(5)	-	-
Em 31 de Dezembro/2024	-	-	25	1.047	-	4

Passivos Contingentes - Risco Possível

Exercício	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
	8.082	538	1.155
Em 31 de Dezembro/2024	8.568	963	13.449

Existem processos fiscais com probabilidade possível em que o Banco é citado referente a Fundos Imobiliários em que ele foi administrador em parte ou todo o período autuado no montante de R\$ 272.503 (R\$191.869 em 31 de dezembro de 2023). Nas atuações, a Receita Federal enquadrá o Fundo como pessoa jurídica para fins de tributação ou quanto a incidência de tributos em determinadas operações realizadas pelo Fundo. O entendimento da Receita Federal é que em suas operações haveria a incidência de Imposto de Renda, PIS, COFINS, Contribuição Social nas mesmas condições das demais pessoas jurídicas. O risco tributário da alteração de entendimento por parte do Fisco está previsto no regulamento do Fundo de forma que em caso de condenação o ônus será suportado pelo próprio Fundo. **22. Instrumentos de dívida elegíveis a capital:** O Banco emitiu títulos de dívida por meio de Letras Financeiras Subordinadas elegíveis a capital e o Capital Nível II, de acordo com premissas de basileia. A referida emissão serviu como forma de financiamento de longo prazo de suas operações com as seguintes características:

Valor principal	Emissão		Vencimento	Remuneração	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
	28/12/2023	27/12/2033				
35.000	28/12/2023	27/12/2033	100% DI + 3% a.a.	35.062	35.031	-
35.000	29/02/2024	27/12/2033	100% DI + 3% a.a.	35.061	-	-
70.000				70.123	35.031	-

As Letras Financeiras Subordinadas foram emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Emissão Privada, em Série Única, da 2ª Emissão de Letras Financeiras Subordinadas do Banco Genial S.A.", celebrado entre o Banco e a Companhia Provincia de Securitização. As Letras Financeiras estão vinculadas ao "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 7ª Emissão da Companhia Provincia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pelo Banco Genial S.A.", em 15 de dezembro de 2023. **23. Patrimônio líquido - Capital Social:** Em 30 de dezembro de 2024, o Banco teve seu capital aumentado no valor de R\$15.000 passando de R\$179.796 para R\$ 194.796, onde foram emitidas 208.011 novas ações, totalizando 3.003.342 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor. Em 18 de dezembro de 2023, o Banco teve seu capital aumentado no valor de R\$35.000 passando de R\$144.796 para R\$179.796, onde foram emitidas 427.044 novas ações, sendo



Banco Genial S.A.

Praia de Botafogo, 228, 9º andar Botafogo RJ Tel: 55 21 3923-3000
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, Itaim Bibi, SP. Tel: 55 11 3206-8000 | www.bancogenial.com
CNPJ nº 45.246.410/0001-55

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação é utilizada a metodologia ΔNII que representa a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB (Interest Rate Risk in the Banking Book) em um cenário-base, e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. A tabela abaixo representa o comparativo entre os respectivos períodos:

ΔNII	31/12/2024 (8.999)	31/12/2023 (823)
------	-----------------------	---------------------

b. Risco operacional. O gerenciamento de risco operacional abrange a identificação e controle das possibilidades de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Como parte integrante da estrutura de controles internos, o framework de risco operacional, amplamente divulgado em política, prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e reportes relacionados aos riscos operacionais, bem como os papéis e responsabilidades das áreas que participam da estrutura. A metodologia utilizada pelo Conglomerado está em linha com o framework definido nos documentos (i) *Integrated Framework: Application Techniques - publicada pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e (ii) *Principles for the Sound Management of Operational Risk, emitido pelo Basel Committee on Banking Supervision*. Ademais, contexto de Riscos Operacionais, há o programa de Gestão de Continuidade de Negócios, que objetiva a arquitetura e implementação de estratégias para responder tempestivamente a eventos abruptos que coloquem em risco os stakeholders, o patrimônio e/ou a imagem do Conglomerado, assegurando, em níveis aceitáveis, os processos críticos do negócio. Acerca da continuidade do negócio, a Infraestrutura Tecnológica da Instituição, contempla redundâncias e contingências para mitigar o risco de indisponibilidade; e ainda, todos os colaboradores possuem notebooks corporativos com acesso remoto, via VPN. Os eventos de perdas e incidentes de risco são monitorados, identificados e armazenados em base de dados conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.557/2017. **c. Risco de crédito.** O risco de crédito é interpretado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nas condições acordadas, assim como à desvalorização de contrato de crédito derivado da deterioração na classificação de risco do tomador, à diminuição de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. O gerenciamento de risco de crédito possui um processo contínuo e progressivo de mapeamento, desenvolvimento, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, mantendo a integridade e a independência dos processos. A Instituição controla a exposição ao risco de crédito, que decorre principalmente de operações de crédito e instrumentos financeiros derivativos. Aditivamente, há o risco de crédito em obrigações financeiras relacionadas a compromissos de crédito ou prestação de garantias financeiras. Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira, são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros. O processo para definição de limites de crédito para contrapartes financeiras e não financeiras é disciplinado pela Política de Limites Operacionais e pelo Manual de Crédito, normativos internos que abordam, de forma detalhada, diversos aspectos do tomador do crédito e do grupo econômico ao qual pertence, incluindo (i) a atividade da empresa (modelo de negócio, foco de mercado, posição de mercado, produtos, riscos de tecnologia, operacionais, obtenção e custo de matéria-prima, etc.), (ii) sua capacidade financeira para pagar a obrigação financeira (análise horizontal e vertical dos últimos três exercí-

cios, alavancagem financeira, estrutura de custos, consistência de geração de caixa das operações, liquidez), (iii) características da indústria em que opera (regulação, região de atuação, estrutura de custos, elasticidade de demanda e preços, mudanças estruturais, barreiras de entrada, etc.), bem como (iv) aspectos da sua governança (acordos de acionistas, experiência dos executivos e conselho de administração, órgãos de suporte ao conselho de administração, controles de riscos, estratégia da empresa, políticas financeiras e de riscos, transparência). A avaliação pode, eventualmente, incluir a análise da estrutura de uma dívida específica da contraparte e seus fatores mitigadores de risco, com expectativa de perda relativa em caso de inadimplimento. Há, também, a análise quanto à adequação do limite de crédito ao tipo de negócio da empresa e suas necessidades de financiamento. Os recursos utilizados, tanto da empresa como de seus sócios. Ao final, o processo converge para um rating interno e recomendação da área de Análise de Crédito, positiva (com ou sem restrições) ou negativa, para a proposta de limite encaminhada pela área comercial. Tal recomendação é encaminhada para apreciação do Comitê de Crédito, para decisão final. Os limites de crédito são reavaliados, pelo menos, uma vez ao ano, ou quando necessário, por conta de mudanças no perfil de crédito da empresa e/ou indústria na qual opera. A política de provisionamento adotada pela Instituição está alinhada com as diretrizes do Acordo de Basileia e do Banco Central. Desta maneira, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que há sinais de deterioração da carteira, observando um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como impairment, os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações Corporate com classificação interna inferior a um nível previamente definido. As baixas à prejuízo ocorrem após 360 dias da data do vencimento; A despeito de empréstimos com vencimento superior a 36 meses, tais baixas ocorrem após 540 dias. **Controle do Limite de Risco de Crédito.** O limite de exposição por cliente previsto pela Resolução CMN nº 4.677/2018 e suas alterações posteriores, é monitorado diariamente na condução das atividades. Em dezembro de 2024, o limite máximo de exposição por cliente, 25% do Patrimônio de Referência Nível I, apresentou o seguinte excesso:

Exposição - Capital Nível I :	31/12/2024 (3.050)	31/12/2023 (12.824)
-------------------------------	-----------------------	------------------------

Em 30 de dezembro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada o aumento do capital social do Banco Genial no valor de R\$15.000.000,00, com o devido vínculo de Títulos Públicos no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). Tal aporte foi devidamente protocolado no Banco Central do Brasil em 14 de janeiro de 2025 e submetido à aprovação do DEORF. **d. Risco de liquidez.** O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas para garantir o equilíbrio entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, mitigando possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do conglomerado. Durante a avaliação, consideram-se as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O modelo de negócio do Conglomerado Genial compreende a manutenção de estoques de ativos de alta liquidez e proeminentes saídas líquidas de curto prazo, principalmente em decorrência de intermediação financeira realizada pelas corretoras do grupo. Diante disso, a estratégia adotada pela Diretoria Financeira considera a utilização de fontes diversificadas de captação de curto prazo, conforme condições de mercado e cenário econômico vigente, a fim de garantir a autossuficiência do funding da carteira de ativos. A captação de longo prazo, quando necessária, é condicionada à entrada de ativos de igual maturidade, a fim de se evitar descasamen-

to entre Ativos e Passivos. **e. Gestão de Capital.** Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de: Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição; Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais a Instituição está sujeita; Planejamento de metas e da necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. O objetivo da instituição, no que tange ao gerenciamento de capital, é antecipar a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado, através de uma postura prospectiva. **31. Limites operacionais.** As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio de referência compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução CMN nº 4.958/2021 e legislação complementar. A decomposição do limite operacional está assim representada:

Patrimônio de Referência	31/12/2024	31/12/2023
Índice de Basileia	14,26%	11,24%
Limite de imobilização	114.598	69.294
Valor da situação para o limite de imobilização	32.893	50.144
Índice de imobilização	14,35%	36,18%
Margem/Insuficiência	81.705	19.150
Patrimônio de Referência (PR)	229.196	138.587
Patrimônio de Referência para comparação com o RWA	229.196	138.587
Total da parcela R _{WNA}	8.999	822
Total da parcela R _{WNC} (Crédito)	587.517	406.957
Total da parcela R _{WMD} (Mercado)	116.439	22.111
Total da parcela R _{WAM}	1.089	1.515
Total da parcela R _{WJUR1}	16.344	3.089
Total da parcela R _{WJUR2}	1.529	522
Total da parcela R _{WJUR3}	14.809	3.330
Total da parcela R _{WJUR5}	15.652	13.374
Total da parcela R _{WACS}	6.908	—
Total da parcela CVA _{com}	843	281
Total da parcela RWA DRC	59.265	—
Total da parcela RWA _{oper} (Operacional)	903.350	804.183
RWA total (crédito+mercado-operacional)	1.607.306	1.233.251

Além do aumento de Capital Nível I, citado no item "c"; houve uma nova emissão de Letra Financeira Subordinada para compor o Capital Nível II, no valor de 35 milhões de reais, sendo os principais motivos para o crescimento do Patrimônio de Referência da instituição entre os períodos. A **Resolução CMN nº 4.958/2021** dispõe sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referência, de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos (i) da Resolução BCB nº 229/2022 e Circular BCB nº 3.809/2016 para risco de crédito, (ii) das Circulares BCB nº 3.634/2013, nº 3.635/2013, nº 3.636/2013, nº 3.637/2013, nº 3.638/2013, nº 3.639/2013, nº 3.641/2013 e nº 3.645/2013 e das Cartas-Circulares BCB nº 3.498/2011 e nº 3.499/2011 para risco de mercado, e (iv) da Circular nº 3.640/2013 para risco operacional. O Controlador optou pela abordagem do indicador básico para mensuração do risco operacional. **32. Eventos Subsequentes. Aprovação do aumento do capital social.** Em 30 de dezembro de 2024, o Banco teve seu capital aumentado no valor de R\$15.000 passando de R\$179.796 para R\$194.796. A referida movimentação foi aprovada pelo Banco Central em 14 de março de 2025.

André Schwartz - Diretor Presidente; **Bernardo Nolasco** - Diretor;
Aldeir Salvadori - Diretor.

Simone B. Amaral - Contadora - CRC/RJ nº 087.175/O-0.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas do Banco Genial S.A. - Rio de Janeiro - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Genial S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Genial S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.** A Administração do Banco é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras.** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Banco contábil operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções

relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior

CRC-RJ- 083314/O-7

BZ Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ: 47.256.820/0001-02

Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2024 (Valores em milhares de Reais)

Balanço Patrimonial									
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	411	186	2.099	Fornecedores	—	1	12.230	8.297
Contas a receber de clientes	—	—	28.785	16.715	Contas a pagar	629	629	1.948	629
Estoques	—	—	8.189	4.473	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	—	—	5.256	2.901
Tributos a recuperar	7	—	1.314	273	Obrigações tributárias a recolher e parceladas	111	1	2.975	991
Adiantamento a fornecedores	—	—	540	758	Adiantamentos de clientes	—	—	58	431
Outros ativos	—	—	76	19	Partes relacionadas	4.882	56	4.800	—
	14	411	39.090	24.337	Outros passivos	—	—	85	725
						5.622	687	27.352	13.974
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Contas a pagar	—	—	4.377	—
Partes relacionadas	4.760	—	—	—	Debêntures	12.012	12.012	12.022	12.012
Depósitos judiciais	—	—	13	—	Obrigações tributárias a recolher e parceladas	—	—	1.255	—
IR / CSLL diferidos	183	183	970	380	Provisão para contingências	—	—	571	10
Outros ativos	—	—	123	—		12.012	12.012	18.225	12.022
Investimento	10.878	11.670	—	—		17.634	12.699	45.577	25.996
Imobilizado	—	—	3.313	553	Total do passivo				
Intangível	—	—	257	291	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)				
	15.821	11.853	4.676	1.224	Capital social	200	200	200	200
	15.835	12.264	43.766	25.561	Prejuízos acumulados	(2.011)	(635)	(2.011)	(635)
					Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(1.811)	(435)	(1.811)	(435)
					Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	15.823	12.264	43.766	25.561
Demonstração do resultado									
	Controladora		Consolidado		Demonstração dos fluxos de caixa				
	2024	2023	2024	2023	Controladora		Consolidado		
					2024	2023	2024	2023	
Receita líquida	—	—	90.056	57.733	Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Custo das vendas e serviços prestados	—	—	(71.509)	(43.486)	Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(1.376)	12	(1.966)	403
Lucro bruto	—	—	18.547	14.247	Ajustes de receitas e despesas que não envolvem caixa				
Receitas (despesas) operacionais					Resultado de equivalência patrimonial	1.163	(822)	—	—
Despesas com vendas	—	—	—	(851)	Amortização do fundo de comércio	—	—	70	100
Despesas gerais e administrativas	(50)	(717)	(19.963)	(12.993)	Amortização da mais-valia e do ágio	34	48	34	48
Resultado de equivalência patrimonial	(1.163)	774	—	—	Juros incorridos sobre debêntures	10	12	10	12
Outras receitas (despesas), líquidas	—	—	39	(17)	Resultado financeiro	—	—	408	—
	(1.213)	57	(19.924)	(13.861)	Depreciação e amortização	—	—	501	45
Lucro (prejuízo) operacional	(1.213)	57	(1.377)	386	Valor residual de bens do ativo imobilizado baixados	—	—	34	31
Receitas financeiras	5	96	212	267	Provisão para contingências	—	—	561	10
Despesas financeiras	(168)	(141)	(801)	(253)	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	—	—	592	—
Varição cambial, líquida	—	—	—	3		(169)	(750)	244	649
Resultado Financeiro	(163)	(45)	(589)	17	Variações nos ativos e passivos				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.376)	12	(1.966)	403	Contas a receber de clientes	—	—	(12.662)	(13.526)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	—	—	590	(208)	Estoques	—	—	(3.716)	(2.245)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.376)	195	(1.376)	195	Tributos a recuperar	(7)	—	(1.041)	(312)
					Adiantamento a fornecedores	—	—	218	(483)
					Depósitos judiciais	—	—	(180)	—
					Outros ativos	—	—	(13)	100
					Fornecedores	(1)	—	3.047	1.125
					Contas a pagar	—	9	5.800	9
					Obrigações trabalhistas e previdenciárias	—	—	2.355	2.074
					Obrigações tributárias a recolher e parceladas	112	(2)	3.543	920
					Adiantamentos de clientes	—	—	(373)	336
					Partes relacionadas	66	2	4.800	—
					Outros passivos	—	—	(640)	395
					Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	1	(741)	1.382	(10.958)
					Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
					Aquisição/aportes de investimentos	(405)	(10.850)	—	—
					Aquisições de bens do ativo imobilizado	—	—	(3.295)	(277)
					Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(405)	(10.850)	(3.295)	(277)
					Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
					Integralização de capital	—	—	—	—
					Recebimento de debêntures emitidas	—	10.000	—	10.000
					Outros ajustes	—	—	—	(13)
					Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	10.000	—	9.98	



Banco Genial S.A.

Praia de Botafogo, 228, 9º andar Botafogo RJ Tel: 55 21 3923-3000
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, Itaim Bibi, SP Tel: 55 11 3206-8000 | www.bancogenial.com.br
CNPJ nº 45.246.410/0001-55

Relatório da Administração - Banco Genial S.A.

Apresentamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Genial S.A. ("Banco") de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com as normas do Banco Central do Brasil - "Bacen" relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024. O Banco é um Banco Múltiplo com foco em prestação de serviços para seus clientes, atuando em operações estruturadas de financiamento, assessoria financeira e asset management, além de contar com forte atuação no mercado de distress asset e real state, possuindo capacidade de distribuir produtos de todas as suas áreas de atuação no atacado e no varejo com foco em tecnologia e inovação. As Entidades participantes do Conglomerado atuam integralmente no mercado financeiro, buscando sinergias e complementaridade dos negócios. O Conglomerado conta, operacionalmente, com as Corretoras Genial Investimentos e Genial Institucional, as Gestoras Plural Investimentos, Plural Gestão de Recursos e Occam Genial Gestão de Recursos, além da Genial Seguros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços financeiros aos seus clientes. Ao final do exercício, os ativos do Banco totalizavam R\$3,8 bilhões, o patrimônio líquido R\$240 milhões, o índice de baseleia 14,08% e o resultado do exercício foi um lucro de R\$15,6 milhões (prejuízo de R\$11,2 milhões em 2023). O resultado alcançado será mantido em reserva de lucro para manutenção dos nossos limites operacionais. Em abril de 2024, foi aprovado o aumento de capital de R\$35 milhões e em dezembro do mesmo ano realizamos novo aumento de capital de R\$15 milhões, aprovado junto ao Banco Central do Brasil em março de 2025, de forma a reforçar nosso compromisso com o negócio e incrementar nosso capital nível I. No cenário econômico, as expectativas no início do ano eram de crescimento modesto da economia brasileira que projetavam o crescimento de 1,6% do PIB, refletindo cautela, influenciado por desafios internos e incertezas no ambiente internacional. A meta de inflação era de 3% e a projeção da taxa de juros de 11,75%. As perspectivas tinham como meta o alinhamento na busca pelo equilíbrio entre o estímulo ao crescimento e a estabilidade econômica. Ao longo do ano, acompanhamos variações significativas no

PIB, nos índices de inflação e efeitos de decisões importantes na política fiscal e monetária. O PIB fechou o ano com crescimento acima de 3% e desempenho robusto, porém, a inflação ultrapassou o teto da meta com acumulado de 4,83% e a taxa de juros 12,25%. Diante dos desdobramentos da política econômica, as operações em bolsa de valores flutuaram entre altas e baixas ao longo do ano, com lbovespa fechando com os dois períodos de desempenho apresentando queda de 10,36% e 120.283 pontos. Assim e diante das incertezas políticas internas e externas do cenário atual, a renda fixa permanece sendo a classe de ativos mais rentável do país no ano. Apesar do ambiente desfavorável ao risco, mantivemos nosso patamar de crescimento sustentável em corretagem no mercado de bolsa de valores. Continuamos com a estratégia de transformação digital e a utilização de ferramentas diferenciadas consideradas importantes para alcançar a satisfação cada vez maior de nossos clientes. Nesse exercício, os investimentos em tecnologia, mão de obra qualificada e a inovação em diversos segmentos no mercado financeiro foram mantidos em busca da excelência para a oferta de produtos através de plataforma de serviços financeiros completa, contando com áreas de investment banking, corporate banking, assessoria financeira, gestão de recursos, seguros, parcerias para "investment as a service", "bank as a service", entre outras. Através da conta digital, o cliente tem acesso a uma ampla prateleira de investimentos, Pix, TEDs, pagamentos, câmbio, acessos a home broker, cartão de crédito, conta global, consórcio, débito automático, crédito com garantia, crédito consignado e demais produtos de renda fixa e variável ou que nos torna uma plataforma completa. Nosso propósito é oferecer aos nossos clientes a melhor experiência do mercado na condução dos seus investimentos, ser uma marca reconhecida por um serviço de alto padrão, atrair e reter os melhores talentos do mercado, além de atingir crescimento exponencial na captação de recursos e de clientes. Aos nossos clientes e colaboradores, obrigado pelo apoio e confiança que contribuíram para as nossas realizações.

Balancos patrimoniais em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		2.217.644	2.165.445
Caixa e equivalentes de caixa		148.446	6.531
Disponibilidades	4	15.034	978
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	133.412	5.553
Instrumentos financeiros		1.128.386	1.721.162
Títulos e valores mobiliários	6	1.128.000	1.720.392
Carteira própria		495.443	336.530
Vinculados a compromisso de recompra		606.429	1.158.687
Vinculados à prestação de garantias		172.128	190.029
Vinculados ao Banco Central		-	35.146
Instrumentos financeiros derivativos		7	386
Operações de crédito	8	101.606	75.717
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.d	(2.039)	(703)
Relações interfinanceiras		605.542	307.709
Outros créditos		231.278	54.011
Carteira de câmbio	9	106.417	4.621
Rendas e serviços a receber	10	38.346	28.293
Negociação e intermediação de valores		7.056	184
Títulos e créditos a receber	11	31.737	8.584
Diversos	12	55.536	19.121
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos	13	(7.814)	(6.792)
Outros ativos		4.425	1.018
Despesas antecipadas		4.425	1.018
Não circulante		1.550.647	533.258
Realizável a longo prazo		1.247.517	233.413
Instrumentos financeiros		826.461	40.712
Títulos e valores mobiliários	6	826.412	40.055
Vinculados a compromisso de recompra		726.987	-
Vinculados à prestação de garantias		84.347	40.055
Vinculados ao Banco Central		15.078	-
Instrumentos financeiros derivativos		7	49
Operações de crédito	8	390.543	149.886
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.d	(5.348)	(1.010)
Créditos tributários		30.131	29.185
Outros créditos		5.730	14.640
Títulos e créditos a receber	11	-	7.856
Diversos	12	5.730	6.784
Investimentos		14	247.583
Participações societárias em controladas		247.583	247.502
Imobilizado de uso		15	9.341
Intangível		16	46.206
Total do ativo		3.768.291	2.698.703

Demonstrações dos resultados exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 e semestre findo em 31/12/2024

(Em Milhares de Reais, exceto o lucro/prejuízo por ação)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
2º Semestre findo em 31/12/2024			
Receitas da intermediação financeira			
Rendas de aplicações financeiras de liquidez	5	16.066	34.375
Resultado de títulos e valores mobiliários	6	135.409	221.140
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	7	5.935	5.888
Operações de crédito	8	28.260	47.373
Operações de câmbio	9	21.676	37.611
Despesas da intermediação financeira		(110.107)	(206.700)
Operações de captação no mercado	17	(106.720)	(200.885)
Operações de empréstimos e repasses		(7)	(7)
(-) Provisão/reversão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(3.380)	(5.808)
Resultado bruto da intermediação financeira		97.239	139.687
Outras receitas (despesas) operacionais		(61.353)	(108.543)
Receitas de prestação de serviços	24	99.237	188.412
Despesas de pessoal	25.a	(32.362)	(63.534)
Despesas administrativas	25.b	(119.371)	(206.443)
Despesas tributárias		(13.643)	(24.477)
Depreciação e amortização	15 e 16	(6.668)	(8.980)
Outras receitas operacionais	26	19.908	30.992
Outras despesas operacionais	26	(9.745)	(23.635)
(-) Reversão/provisão para perdas esperadas associadas a outros créditos/ativos		1.291	(878)
Resultado de participação societária em controladas	14	(2.409)	81
Despesas de provisões	23	(1)	(4)
Provisões para passivos contingentes		(1)	(4)
Resultado operacional		33.476	31.221
Resultado não operacional		-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		33.476	31.221
Imposto de renda e contribuição social		(12.855)	(10.798)
Impostos diferido	20	(12.855)	(10.798)
Participação estatutária no resultado		(4.773)	(4.773)
Resultado líquido do semestre/exercício		15.848	15.650
Quantidade de ações no final do semestre/exercício		3.003.342	3.003.342
Resultado líquido do semestre/exercício por ação - R\$		5,28	5,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 e semestre findo em 31/12/2024 (Em Milhares de Reais)

	Semestre findo em 31/12/2024	Exercício 31/12/2024	Exercício 31/12/2023
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre/exercício	15.848	15.650	(11.210)
Varição de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda	3.812	1.571	(13.806)
IR/CSLL diferidos sobre marcação a mercado de ativos financeiros disponíveis para venda	(1.716)	(274)	6.307
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre/exercício	17.944	16.947	(18.709)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 e semestre findo em 31/12/2024 (Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Aumento de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros	(Prejuízos)/ Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2023	144.796	-	30.828	16.120	-	191.744
(Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	(11.210)	(11.210)
Aumento de capital em aprovação	-	35.000	-	-	-	35.000
Reserva estatutária	-	-	-	(11.210)	11.210	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(7.498)	-	-	(7.498)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	144.796	35.000	23.330	4.910	-	208.036
Mutações do exercício	-	-	(7.498)	-	-	(7.498)
Saldos em 1º de julho de 2024	179.796	-	22.531	4.712	-	207.039
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	15.848	15.848
Aumento de capital em aprovação	-	15.000	-	-	-	15.000
Reserva estatutária	-	-	-	15.848	(15.848)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	2.096	-	-	2.096
Saldos em 31 de dezembro de 2024	179.796	15.000	24.627	20.560	-	239.983
Mutações do semestre	-	15.000	2.096	15.848	-	32.944
Saldos em 1º de janeiro de 2024	144.796	35.000	23.330	4.910	-	208.036
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.650	15.650
Aumento de capital em aprovação	35.000	(20.000)	-	-	-	15.000
Reserva legal	-	-	-	782	(782)	-
Reserva estatutária	-	-	-	14.868	(14.868)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	1.297	-	-	1.297
Saldos em 31 de dezembro de 2024	179.796	15.000	24.627	20.560	-	239.983
Mutações do exercício	35.000	(20.000)	1.297	15.650	-	31.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 e semestre findo em 31/12/2024 (Em Milhares de Reais)

	2º Semestre findo em 31/12/2024	Exercício 31/12/2024	Exercício 31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais	15.848	15.650	(11.210)
Lucro/ (prejuízo) do semestre/exercício	15.848	15.650	(11.210)
Ajustes do lucro/ (prejuízo) do semestre/exercício:			
Constituição de créditos tributários	12.856	10.798	12.003
Constituição da provisão para participações dos empregados	-	-	5.300
Resultado de participações societárias	2.409	(81)	33.186
Provisão/ (reversão) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.380	5.808	(440)
(Reversão) / provisão para perdas esperadas associadas a outros créditos/ativos	(1.291)	878	234
Constituição de provisões para contingências	1	4	58
Depreciação e amortização	6.668	8.980	2.925
Lucro líquido ajustado antes das variações de ativos e passivos	39.871	42.037	42.056
Varição de ativos e passivos:			
Redução em instrumentos financeiros	(559.241)	(458.355)	(567.895)
Redução em outros créditos e outros ativos	(411.481)	(482.220)	(85.140)
(Redução) / aumento em depósito e demais instrumentos financeiros	(129.160)	721.001	445.242
Aumento em outros passivos	128.764	321.409	5.092
Participações dos empregados - pagos	(772)	(4.773)	(5.300)
Impostos pagos	-	-	(1.355)
Caixa líquido (aplicado) pelas atividades operacionais	(932.019)	139.099	(167.300)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	(149)	(495)	(1.322)
Aquisição de intangível	-	(11.689)	(36.271)
Caixa líquido (aplicado) pelas atividades de investimento	(149)	(12.184)	(37.593)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital	15.000	15.000	35.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	15.000	15.000	35.000
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(917.168)	141.915	(169.893)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	1.065.614	6.531	176.424
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	148.446	148.446	6.531
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(917.168)	141.915	(169.893)
Transações não monetárias			
Ajuste MTM - Título disponível para venda	(2.096)	(1.297)	902

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		2.062.907	2.097.680
Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.622.826	1.962.283
Depósitos	17	1.148.617	805.626
Captações no mercado aberto	17	460.074	1.156.304
Recursos de aceites e emissão de títulos	17	13.818	-
Instrumentos financeiros derivativos	7	317	353
Relações interfinanceiras		53.942	7.924
Pagamentos e compensações a liquidar		53.942	7.924
Outras obrigações		386.139	127.473
Carteira de câmbio	9	107.352	4.850
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		632	764
Negociações e intermediação de valores		4.243	-
Fiscais e previdenciárias	18	248.388	99.881
Diversas	19	25.224	21.978
Não circulante		1.705.384	601.023
Exigível a longo prazo		1.465.401	392.987
Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.432.854	372.396
Depósitos	17	539.288	337.365
Captações no mercado aberto	17	725.606	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	17	97.837	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	22	70.123	35.031
Fiscais diferidas		32.458	20.441
Outras obrigações		89	150
Provisão para passivos contingentes	21	11	150
Diversas	19	78	-
Patrimônio líquido	23	239.983	208.036
Capital social		179.796	144.796
Capital social em aprovação		15.000	35.000
Reservas de lucros		20.560	4.910
Outros resultados abrangentes		24.627	23.330
Total do passivo e patrimônio líquido		3.768.291	2.698.703



Banco Genial S.A.

Praia de Botafogo, 228, 9º andar Botafogo RJ Tel: 55 21 3923-3000
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, Itaim Bibi, SP Tel: 55 11 3206-8000 | www.bancogenial.com
CNPJ nº 45.246.410/0001-55

e previdenciárias" são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre os livros contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e bases negativas e sobre os ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e liquidação do passivo. Os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros conforme previsto na regulamentação vigente (Resolução CMN 4.842, de 30.07.2020). Os impostos são calculados às alíquotas a seguir discriminadas:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda	15%
Adicional de Impostos de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro - a partir de 01 de março de 2020	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	5%

(o) O resultado por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do balanço. (p) Resultado recorrente e não recorrente: Considera-se resultado recorrente: I. o resultado oriundo das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco. Considera-se resultado não recorrente: II. o resultado que não esteja relacionado ao objeto social do Banco incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e III. não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. (q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN: Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. (r) As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (s) Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem às demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados: • Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período contábil a que se referem às demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem às demonstrações que originam ajustes). • Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem às demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem às demonstrações que não originam ajustes). (t) Novas normas aprovadas em 2021 de aplicação futura: **Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos Financeiros**. Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros. A Resolução CMN nº 4.966/21, e alterações posteriores, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil. O objetivo é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais. A Resolução BCB nº 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023 e estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e evidencição de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas. Concomitante a mudança trazida pelas resoluções está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF, revogando e integrando contas no novo plano, revisitando suas funções. Com a entrada em vigor das Resoluções acima, diversos normativos foram revogados, dentre eles, a Resolução CMN nº 2.682/99 que trata de critérios para classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de créditos, sendo a que mais produziu efeitos para fins de balanço do Banco. As operações foram classificadas de acordo com seu modelo de negócios, aplicando a metodologia simplificada na apuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Os impactos da adoção dos normativos foram apurados pelo Banco, tendo os seus efeitos, líquidos de tributos, refletidos a partir de 1º de janeiro de 2025 em lucros ou prejuízos acumulados, conforme abaixo:

Modelo	Res 2.682	Res 4.966	Provisão Total
Custo amortizado	7.704	6.528	14.232

O efeito líquido registrado será de R\$ 3.590, representando 1,50% do patrimônio líquido. Não foram produzidos efeitos na aplicação das normas nos modelos de negócios de valor justo por meio do resultado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Não houve novas classificações em função da norma e, portanto, não houve remensuração de ativos. Os ajustes de suspensão de juros de operações de crédito foram próximos a zero. **Títulos e Valores Mobiliários e Operações Compromissadas.** Os títulos públicos presentes na carteira proprietária são emitidos pelo Tesouro Nacional e negociados somente no mercado local, justificando a utilização do ranking de crédito nacional. Dada a natureza do emissor e a baixa materialidade dos valores observados no cálculo, não são esperados registros de perda esperada para essa classe de instrumentos financeiros. **Instrumentos financeiros derivativos.** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração na data do início da operação, não houve mudança de critérios utilizados para apuração do valor de mercado das operações com instrumentos financeiros derivativos em decorrência da Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco utiliza de políticas rígidas de controle e técnicas de monitoramento para esses instrumentos financeiros, com limites de exposição ao risco avaliados periodicamente. **Lei nº 14.467/22.** A Lei nº 14.467/22, dispõe sobre o novo tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O artigo 6º da mencionada Lei, alterado pela Lei 15.078/24, estabeleceu critérios para adoção inicial em relação aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 e que não tenham sido deduzidos até essa data. As alterações das perdas para fins fiscais visam alinhar as normas tributárias e contábeis, com o objetivo de reduzir as vulnerabilidades decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras. **Resolução CMN nº 4.975/2021 e atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.101/2023.** Estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco adotará de forma integral a aplicação da referida norma, para todos os contratos existentes a partir de janeiro de 2025.

4. Disponibilidades	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos bancários	-	183
Depósitos em moeda estrangeira	15.034	795
Total	15.034	978

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez estão sendo apresentadas por tipo de papel e vencimento como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações em depósitos interfinanceiros	110.403	-
Aplicações em moeda estrangeira	23.009	5.553
Total	133.412	5.553

Os resultados com aplicações interfinanceiras de liquidez alcançados nos semestres/exercícios foram:

	Semestre findo		
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Títulos públicos	13.166	30.398	36.539
Certificado de depósito interbancário	2.303	2.735	5.207
Debêntures	25	25	-
Moedas no exterior	572	1.217	1.138
Total	16.066	34.375	42.884

	Sem vencimento/ Acima de 360 dias			
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Carteira própria	495.443	495.443	-	336.530
Vinculados a compromisso de recompra	1.187.415	460.428	726.987	1.158.687
Vinculados à prestação de garantias	256.475	172.128	84.347	230.084
Vinculados ao Banco Central	15.078	-	15.078	35.146
Títulos e valores mobiliários	1.954.411	1.127.999	826.412	1.760.447

O resultado com títulos e valores mobiliários atribuídos às operações do Banco em títulos públicos, ações e cotas de fundos de investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 de lucro R\$ 221.140 (lucro de R\$ 168.008). Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Banco estão apresentados por tipo de papel e prazo de vencimento contratual da carteira: a. **Títulos disponíveis para venda**

	Sem vencimento/ Acima de 360 dias			
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Títulos de renda variável	100	-	-	-
Ações de companhias fechadas (*)	100	-	-	-
Cotas de fundos de investimentos	5.513	50.472	50.472	51.401
Porto - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (**)	5.513	50.472	50.472	51.401
Carteira própria	5.613	50.472	50.472	51.401
Títulos disponíveis para venda	5.613	50.472	50.472	51.401

(*) Os títulos de renda variável estão representados por 100.000 ações da ABL Cinema Leblon pelo custo de R\$100 e valor de mercado próximo de zero. Os efeitos da avaliação a mercado são produzidos com contrapartida no patrimônio líquido, líquidos de eventuais tributos. (**) Em julho de 2024 o Porto - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia realizou amortização de cotas. O Banco na qualidade de único cotista recebeu o valor de R\$ 2.500. Em

31 de dezembro de 2024 e 2023, os investimentos apresentados na carteira do Fundo estão avaliados conforme abaixo:

Método de avaliação
2TM Holding Company LTD (1)
Transação recente ou múltiplos comparáveis
NM GAP II Participações S.A. (2)
Fluxo de caixa

(1) O Porto – FIP Multiestratégia é titular de participação equivalente a aproximadamente 0,98% do capital social da Companhia (em uma base totalmente diluída), que por sua vez é controladora da 2TM Participações S.A., empresa controladora do Mercado Bitcoin. A Mercado Bitcoin é a maior plataforma de ativos digitais da América Latina, com mais de 4 milhões de clientes. (2) A NM GAP II Participações S.A. foi constituída com propósito específico de figurar como sócia participante em sociedades em conta de participação de empreendimentos com foco na identificação de oportunidades, estruturação de operações e avaliação de ativos predominantemente do setor imobiliário. As ações de companhias fechadas e cotas de Fundo de Investimento em Participações são registradas pelo custo de aquisição e são marcadas a mercado com contra partida no Patrimônio Líquido. b. **Títulos para negociação**

	Sem vencimento/ Acima de 360 dias			
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Títulos de renda fixa	327.760	327.409	128.203	199.206
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	291.272	291.190	101.449	189.741
Letras do Tesouro Nacional - LTN	14.989	14.930	14.930	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	52	43	-	43
Certificado de recebíveis imobiliário - CRI	18.447	18.245	11.824	6.421
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	3.000	3.001	-	3.001
Cotas de fundos de investimentos	19.311	21.622	21.622	-
JFL Living FI	-	-	-	10.102
Sugoi FIM CP IE	16.154	18.364	18.364	-
Leste LFL FIDC	-	-	-	2.220
Genial Agro Boi Brasil	3.157	3.258	3.258	-
Títulos de renda variável	54.906	81.242	81.242	-
Ações de companhias abertas	4.599	1.940	1.940	-
Ações de companhias fechadas	50.307	79.302	79.302	-
Austral Participações S.A. (i)	35.076	40.145	40.145	-
Nova Agro Holding S.A. (ii)	-	3.000	3.000	-
Genial Energia Renovável S.A. (iii)	15.231	36.157	36.157	-

Carteira própria (livres)
Títulos de renda fixa
Letras Financeiras do Tesouro - LFT

	Sem vencimento/ Acima de 360 dias			
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.148.190	1.148.302	421.921	726.381
Letras do Tesouro Nacional - LTN	38.818	38.507	38.507	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	676	606	-	606
Vinculados a compromisso de recompra	1.187.684	1.187.415	460.428	726.987
Títulos de renda fixa	214.846	214.851	130.504	84.347
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	214.846	214.851	130.504	84.347
Cotas de fundos de investimentos (iv)	20.725	20.725	20.725	-
Fundo de Investimento Liqueidez da Camara - B3 Multimercado	20.725	20.725	20.725	-
Investimento no Exterior	20.725	20.725	20.725	-
Vinculados à prestação de garantias	235.571	235.576	151.229	84.347
Títulos de renda fixa	15.078	15.078	-	15.078
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	15.078	15.078	-	15.078
Vinculados ao Banco Central	15.078	15.078	-	15.078
Títulos para negociação	1.840.310	1.868.342	842.724	1.025.618

(i) Através de contrato de compra e venda, celebrado em 30 de novembro de 2023, o Banco adquiriu participação minoritária na Austral Participações S.A., no valor de total de R\$35.076, representado por 16.142,128 ações. A operação foi, parcialmente, liquidada em 19 de dezembro de 2023, no valor de R\$21.773, e o saldo remanescente no valor de R\$13.343, liquidado em 10 de janeiro de 2024. (ii) O Banco, então titular de 23% do capital da Nova Agro Holdings S.A., vendeu em 27 de dezembro de 2023 o equivalente a 20% de sua participação, remanescendo com 3%. (iii) Em 28 de novembro de 2024, o Banco adquiriu da empresa Genial Geração de Energia Renovável Ltda. 1.904.813 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, equivalentes a 10% do seu capital. As operações descritas acima são caracterizadas como típicas da carteira de bancos de investimento. (iv) Refere-se a aquisição de cotas de fundos do Fundo de Investimento Liqueidez da Camara B3 Multimercado Investimento no Exterior para constituição de garantia mínima não operacional na B3 S.A., conforme comunicado externo nº 110/2017. As cotas estão caucionadas a favor da Camara BM&F BOVESPA. O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA. Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos e ajustado ao valor de mercado. As principais fontes de precificação são: ANBIMA, B3 S.A. e SELIC. As aplicações em cotas de fundos de investimento são registradas pelo custo de aquisição, atualizado diariamente pela variação no valor das cotas informados pelos Administradores dos respectivos fundos investidos. c. **Títulos mantidos até o vencimento**

	Sem vencimento/ Acima de 360 dias			
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Títulos de renda fixa	12.607	14.698	14.698	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	12.607	14.698	14.698	-
Carteira própria	12.607	14.698	14.698	-
Títulos de renda fixa	17.926	20.899	20.899	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	17.926	20.899	20.899	-
Vinculados à prestação de garantias	17.926	20.899	20.899	-
Títulos mantidos até o vencimento	30.533	35.597	35.597	-

O Banco declara ter capacidade financeira e tem a intenção de manter os ativos acima em carteira até o vencimento. **7. Instrumentos financeiros derivativos:** O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração na data do início da operação, levando em consideração se a finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. São classificados de acordo com os critérios definidos pelo Banco Central na Circular nº 3.082/2002. Os critérios utilizados para apuração do valor de mercado das operações com instrumentos financeiros derivativos são: • Futuros: valor do ajuste diário das operações; e • Swaps e NDFs: estima-se o fluxo de caixa de cada uma das partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros. A administração dos riscos envolvidos nestas operações é efetuada por meio de políticas rígidas de controle, e técnicas de monitoramento. Os limites de exposição ao risco são avaliados periodicamente pela área de Risco e área de Crédito, e por tipos de instrumento e concentração de contraparte. a. **Por valor de custo e mercado**

	31/12/2024			
	Custo	Mer- cado	Até 360 dias	Acima de 360 dias
SWAP				
Posição ativa	38	49	-	49
Posição passiva	171	167	167	-
Non-Deliverable Forward - NDF				
Posição ativa	177	386	386	-
Posição passiva	116	150	150	-
Ativo	215	435	386	49
Passivo	287	317	317	-

b. **Registrados em contas de compensação:** Os valores de *notional* das operações com instrumentos financeiros são registrados em contas de compensação. As pontas a receber e a pagar são apresentadas separadamente para os derivativos de Swap e *Non-Deliverable Forward* (NDF) no quadro abaixo:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
SWAP				
Posição ativa	-	11.458	11.458	7.083
Posição passiva	-	-	-	-
Non-Deliverable Forward				
Posição ativa	7.678	-	7.678	33.160
Posição passiva	-	-	-	25.821
 Mercado de futuro				
Posição ativa	599	-	599	-
Moeda	599	-	599	-
Posição passiva	8.188	176.239	184.427	-
Moeda	8.188	176.239	184.427	-

c. **Valor notional por contraparte**

	31/12/2024			31/12/2023		
	Câmara de liquidação	Em-Pessoa presas	Física	Total	Total	Total
SWAP						
Posição ativa	-	11.458	-	11.458	7.083	
Posição passiva	-	528	-	528	-	
Non-Deliverable Forward						
Posição ativa	-	5.201	2.477	7.678	33.160	
Posição passiva	-	-	-	-	25.821	

Futuros
Posição ativa
Posição passiva

	599	-	599	-
	184.427	-	184.427	-

As operações envolvendo todos instrumentos financeiros derivativos estão registradas na B3 S.A. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os compromissos assumidos decorrentes dessas operações estão indexados a CDI, IPCA e moeda.

Os resultados com derivativos alcançados nos exercícios foram:

	Semestre findo		
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Swaps	(622)	89	807
Non-Deliverable Forward	177	278	2.655
Futuros	6.380	5.521	(143)
Total	5.935	5.888	3.319

A garantia depositada na B3 S.A. em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 19.411 (R\$ 6.110 em 31 de dezembro de 2023). **8. Operações de crédito:** As operações de crédito são classificadas em níveis de risco de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução 2.682/99 do CMN. Essa classificação leva em consideração entre outras, uma análise periódica da operação, dos ativos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável. A provisão para perdas em operações de crédito é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela referida Resolução.



Banco Genial S.A.

Praia de Botafogo, 228, 9º andar Botafogo RJ Tel: 55 21 3923-3000 Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, Itaim Bibi, SP Tel: 55 11 3206-8000 | www.bancogenial.com CNPJ nº 45.246.410/0001-55

15. Imobilizado de uso: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o Banco apresentou as seguintes movimentações em seu imobilizado:

Table with columns: Descrição, Taxa, Saldo em 31/12/2023, Movimentação (Aquisições, Depreciação), Saldo em 31/12/2024. Rows include Mobilário, Depreciação acumulada, Equipamentos de comunicação e segurança, etc.

Table with columns: Descrição, Taxa, Saldo em 31/12/2023, Movimentação (Aquisições, Depreciação), Saldo em 31/12/2024. Rows include Mobilário, Depreciação acumulada, Equipamentos de comunicação e segurança, etc.

16. Intangível: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o Banco apresentou as seguintes movimentações em seu intangível:

Table with columns: Descrição, Taxa, Saldo em 31/12/2023, Movimentação (Aquisições, Transferências, Amortizações), Saldo em 31/12/2024. Rows include Intangível em andamento, Ativos desenvolvidos internamente, etc.

17. Captação de recursos: Depósitos, Depósitos de prazo, Depósitos em moedas estrangeiras, Captações no mercado aberto, Carteira própria, Recursos de aceites e emissão de títulos, etc.

Table with columns: Descrição, Taxa, Saldo em 31/12/2022, Movimentação (Aquisições, Transferências, Amortizações), Saldo em 31/12/2023. Rows include Depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de aceites e emissão de títulos, etc.

18. Fiscais e previdenciárias: Impostos e contribuições sobre salários, Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros, etc.

Table with columns: Descrição, Taxa, Saldo em 31/12/2022, Movimentação (Aquisições, Transferências, Amortizações), Saldo em 31/12/2023. Rows include Depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de aceites e emissão de títulos, etc.

Table with columns: Descrição, Taxa, Saldo em 31/12/2022, Movimentação (Aquisições, Transferências, Amortizações), Saldo em 31/12/2023. Rows include Depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de aceites e emissão de títulos, etc.

Table with columns: Descrição, Taxa, Saldo em 31/12/2022, Movimentação (Aquisições, Transferências, Amortizações), Saldo em 31/12/2023. Rows include Depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de aceites e emissão de títulos, etc.

Table with columns: Descrição, Taxa, Saldo em 31/12/2022, Movimentação (Aquisições, Transferências, Amortizações), Saldo em 31/12/2023. Rows include Depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de aceites e emissão de títulos, etc.

Table with columns: Descrição, Taxa, Saldo em 31/12/2022, Movimentação (Aquisições, Transferências, Amortizações), Saldo em 31/12/2023. Rows include Depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de aceites e emissão de títulos, etc.

Table with columns: Descrição, Taxa, Saldo em 31/12/2022, Movimentação (Aquisições, Transferências, Amortizações), Saldo em 31/12/2023. Rows include Depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de aceites e emissão de títulos, etc.

Table with columns: Descrição, Taxa, Saldo em 31/12/2022, Movimentação (Aquisições, Transferências, Amortizações), Saldo em 31/12/2023. Rows include Depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de aceites e emissão de títulos, etc.

Table with columns: Descrição, Taxa, Saldo em 31/12/2022, Movimentação (Aquisições, Transferências, Amortizações), Saldo em 31/12/2023. Rows include Depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de aceites e emissão de títulos, etc.

Table with columns: Descrição, Taxa, Saldo em 31/12/2022, Movimentação (Aquisições, Transferências, Amortizações), Saldo em 31/12/2023. Rows include Depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de aceites e emissão de títulos, etc.

Table with columns: Descrição, Taxa, Saldo em 31/12/2022, Movimentação (Aquisições, Transferências, Amortizações), Saldo em 31/12/2023. Rows include Depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de aceites e emissão de títulos, etc.

Table with columns: Exercício, Saldo Prejuízo Fiscal/Base Negativa, Ativo - IRPJ, Ativo - CSLL, Valor Presente, Valor Presente (Selic). Rows include 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, TOTAL.

No curso normal das operações do Banco, foram identificadas diferenças temporárias originando créditos tributários, registrados em ativos fiscais diferidos. Esses ativos fiscais são chamados de diferenças temporárias - MTM

Table with columns: Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Outros. Rows include Garantia, Provisão, Garantias, Provisões, Garantias, Provisões, Garantias, Provisões.

Passivos Contingentes - Risco Possível: Fiscais, Trabalhistas, Cíveis. Rows include 8.082, 538, 1.155, 8.568, 963, 13.449.

Existem processos fiscais com probabilidade possível em que o Banco é citado referente a Fundos Imobiliários em que ele foi administrador em parte ou todo o período autuado no montante de R\$ 272.503 (R\$191.869 em 31 de dezembro de 2023). Nas autuações, a Receita Federal enquadra o Fundo como pessoa jurídica para fins de tributação ou quanto a incidência de tributos em determinadas operações realizadas pelo Fundo.

Table with columns: Valor principal, Emissão, Vencimento, Remuneração, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include 35.000, 28/12/2023, 27/12/2033, 100% DI + 3% a.a., 35.062, 35.031.

As Letras Financeiras Subordinadas foram emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Emissão Privada, em Série Única, da 2ª Emissão de Letras Financeiras Subordinadas do Banco Genial S.A.", celebrado entre o Banco e a Companhia Província de Securitização.

24. Receitas de prestação de serviços: Administração de fundos de investimentos, Assessoria técnica, Serviço de integração de dados, Serviço de custódia, Tarifas bancárias, Outros serviços.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Ativo, Carteira própria, Operação de crédito, Rendas e serviços a receber, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Passivo, Depósitos e demais instrumentos financeiros, Captações no mercado aberto, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Resultado, Receitas de prestação de serviços, Operações de Crédito, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Resultado, Receitas de prestação de serviços, Operações de Crédito, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Resultado, Receitas de prestação de serviços, Operações de Crédito, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Resultado, Receitas de prestação de serviços, Operações de Crédito, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Resultado, Receitas de prestação de serviços, Operações de Crédito, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Resultado, Receitas de prestação de serviços, Operações de Crédito, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Resultado, Receitas de prestação de serviços, Operações de Crédito, etc.

e ajustes temporário que são apresentados no quadro de "Movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos" e possuem expectativa de realização em 2025, por apresentarem características de curto prazo.

21. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações.

Table with columns: Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Outros. Rows include Garantia, Provisão, Garantias, Provisões, Garantias, Provisões, Garantias, Provisões.

22. Instrumentos de dívida elegíveis a capital: O Banco emitiu títulos de dívida por meio de Letras Financeiras Subordinadas elegíveis a compor o Capital Nível II, de acordo com premissas de basileia. A eleição emissão serviu como forma de financiamento de longo prazo de suas operações com as seguintes características:

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Honorários da diretoria, Encargos sociais, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Honorários da diretoria, Encargos sociais, etc.

25. Despesas operacionais: Despesas com processamento de dados, Despesas de serviços técnicos especializados, Despesas de aluguel, Despesas de propaganda e publicidade, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Despesas administrativas, Despesas com processamento de dados, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Despesas administrativas, Despesas com processamento de dados, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Despesas administrativas, Despesas com processamento de dados, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Despesas administrativas, Despesas com processamento de dados, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Despesas administrativas, Despesas com processamento de dados, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Despesas administrativas, Despesas com processamento de dados, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Despesas administrativas, Despesas com processamento de dados, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Despesas administrativas, Despesas com processamento de dados, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Despesas administrativas, Despesas com processamento de dados, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Despesas administrativas, Despesas com processamento de dados, etc.



Banco Genial S.A.

Praia de Botafogo, 228, 9º andar Botafogo RJ Tel: 55 21 3923-3000
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, Itaim Bibi, SP Tel: 55 11 3206-8000 | www.bancogenial.com
CNPJ nº 45.246.410/0001-55

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação é utilizada a metodologia ΔNII que representa a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB (Interest Rate Risk in the Banking Book) em um cenário-base, e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. A tabela abaixo representa o comparativo entre os respectivos períodos:

	31/12/2024	31/12/2023
ΔNII	(8.999)	(823)

b. Risco operacional. O gerenciamento de risco operacional abrange a identificação e controle das possibilidades de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Como parte integrante da estrutura de controles internos, o framework de risco operacional, amplamente divulgado em política, prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e reportes relacionados aos riscos operacionais, bem como os papéis e responsabilidades das áreas que participam da estrutura. A metodologia utilizada pelo Conglomerado está em linha com o framework definido nos documentos (i) *Integrated Framework: Application Techniques - publicado pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e (ii) *Principles for the Sound Management of Operational Risk, emitido pelo Basel Committee on Banking Supervision*. Ademais, contexto de Riscos Operacionais, há o programa de Gestão de Continuidade de Negócios, que objetiva a arquitetura e implementação de estratégias para responder tempestivamente à eventos abruptos que coloquem em risco os stakeholders, o patrimônio e/ou a imagem do Conglomerado, assegurando, em níveis aceitáveis, os processos críticos do negócio. Acerca da continuidade do negócio, a Infraestrutura Tecnológica da Instituição, contempla redundâncias e contingências para mitigar o risco de indisponibilidade; e ainda, todos os colaboradores possuem notebooks corporativos com acesso remoto, via VPN. Os eventos de perdas e incidentes de risco são monitorados, identificados e armazenados em base de dados conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.557/2017. **c. Risco de crédito.** O risco de crédito é interpretado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nas condições acordadas, assim como à desvalorização de contrato de crédito derivado da deterioração na classificação de risco do tomador, à diminuição de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. O gerenciamento de risco de crédito possui um processo contínuo e progressivo de mapeamento, desenvolvimento, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, mantendo a integridade e a independência dos processos. A Instituição controla a exposição ao risco de crédito, que decorre principalmente de operações de crédito e instrumentos financeiros derivativos. Adicionalmente, há o risco de crédito em obrigações financeiras relacionadas a compromissos de crédito ou prestação de garantias financeiras. Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira, são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros. O processo para definição de limites de crédito para contrapartes financeiras e não financeiras é disciplinado pela Política de Limites Operacionais e pelo Manual de Crédito, normativos internos que abordam, de forma detalhada, diversos aspectos do tomador do crédito e do grupo econômico ao qual pertence, incluindo (i) a atividade da empresa (modelo de negócio, foco de mercado, posição de mercado, produtos, riscos de tecnologia, operacionais, obtenção e custo de matéria-prima, etc.), (ii) sua capacidade financeira para pagar a obrigação financeira (análise horizontal e vertical dos últimos três exercí-

cios, alavancagem financeira, estrutura de custos, consistência de geração de caixa das operações, liquidez), (iii) características da indústria em que opera (regulação, região de atuação, estrutura de custos, elasticidade de demanda e preços, mudanças estruturais, barreiras de entrada, etc.), bem como (iv) aspectos da sua governança (acordos de acionistas, experiência dos executivos e conselho de administração, órgãos de suporte ao conselho de administração, controles de riscos, estratégia da empresa, políticas financeira e de riscos, transparência). A avaliação pode, eventualmente, incluir a análise da estrutura de uma dívida específica da contraparte e seus fatores mitigadores de risco, com expectativa de perda relativa em caso de inadimplemento. Há, também, a análise quanto à adequação do limite de crédito ao tipo de negócio da empresa e suas necessidades de financiamento. Os recursos utilizados, para elaboração do cadastro dos clientes, incluem consulta à bureaus e plataformas disponibilizadas pelo regulador para avaliação da estrutura financeira, tanto da empresa como de seus sócios. Ao final, o processo converge para um rating interno e recomendação da área de Análise de Crédito, positiva (com ou sem restrições) ou negativa, para a proposta de limite encaminhada pela área comercial. Tal recomendação é encaminhada para apreciação do Comitê de Crédito, para decisão final. Os limites de crédito são reavaliados, pelo menos, uma vez ao ano, ou quando necessário, por conta de mudanças no perfil de crédito da empresa e/ou indústria na qual opera. A política de provisionamento adotada pela Instituição está alinhada com as diretrizes do Acordo de Basileia e do Banco Central. Desta maneira, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que há sinais de deterioração da carteira, observando um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como impairment, os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações Corporate com classificação interna inferior a um nível previamente definido. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias da data do vencimento; A despeito de empréstimos com vencimento superior a 36 meses, tais baixas ocorrem após 540 dias. **Controle do Limite de Risco de Crédito.** O limite de exposição por cliente previsto pela Resolução CMN nº 4.677/2018 e suas alterações posteriores, é monitorado diariamente na condução das atividades. Em dezembro de 2024, o limite máximo de exposição por cliente, 25% do Patrimônio de Referência Nível I, apresentou o seguinte excesso:

	31/12/2024	31/12/2023
Exposição - Capital Nível I :	(3.050)	(12.824)

Exposição - Capital Nível I : Em 30 de dezembro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada o aumento do capital social do Banco Genial no valor de R\$15.000.000,00, com o devido vínculo de Títulos Públicos no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). Tal aporte foi devidamente protocolado no Banco Central do Brasil em 14 de janeiro de 2025 e submetido à aprovação do DEORF. **d. Risco de liquidez.** O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas para garantir o equilíbrio entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, mitigando possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do conglomerado. Durante a avaliação, consideram-se as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O modelo de negócio do Conglomerado Genial compreende a manutenção de estoques de ativos de alta liquidez e proeminentes saídas líquidas de curto prazo, principalmente em decorrência de intermediação financeira realizada pelas corretoras do grupo. Diante disso, a estratégia adotada pela Diretoria Financeira considera a utilização de fontes diversificadas de captação de curto prazo, conforme condições de mercado e cenário econômico vigente, a fim de garantir a autossuficiência do funding da carteira de ativos. A captação de longo prazo, quando necessária, é condicionada à entrada de ativos de igual maturidade, a fim de se evitar descasamen-

to entre Ativos e Passivos. **e. Gestão de Capital.** Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de: Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição; Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais a Instituição está sujeita; Planejamento de metas e da necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. O objetivo da instituição, no que tange ao gerenciamento de capital, é antecipar a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado, através de uma postura prospectiva. **31. Limites operacionais.** As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio de referência compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução CMN nº 4.958/2021 e legislação complementar. A decomposição do limite operacional está assim representada:

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de Referência	14,26%	11,24%
Índice de Basileia	114,598	69,294
Limite de imobilização	32,893	50,144
Valor da situação para o limite de imobilização	14,35%	36,18%
Índice de imobilização	81,705	19,150
Margem/Insuficiência	229,196	138,587
Patrimônio de Referência (PR)	229,196	138,587
Patrimônio de Referência para comparação com o RWA		
Total da parcela R _{WA}	8,999	822
Total da parcela R _{WA} ^{PPAD} (Crédito)	587517	406.957
Total da parcela R _{WA} ^{PPAD} (Mercado)	116.439	22.111
Total da parcela R _{WA} ^{PPAD}	1.089	1.515
Total da parcela R _{WA} ^{AM}	16.344	3.089
Total da parcela R _{WA} ^{JUR1}	1.529	522
Total da parcela R _{WA} ^{JUR2}	14.809	3.330
Total da parcela R _{WA} ^{JUR3}	15.652	13.374
Total da parcela R _{WA} ^{LCS}	6.908	-
Total da parcela CVA ^{com}	843	281
Total da parcela RWA DRC	59.265	-
Total da parcela RWA ^{PPAD} (Operacional)	903.350	804.183
RWA total (crédito+mercado+operacional)	1.607.306	1.233.251

Além do aumento de Capital Nível I, citado no item "c", houve uma nova emissão de Letra Financeira Subordinada para compor o Capital Nível II, no valor de 35 milhões de reais, sendo os principais motivos para o crescimento do Patrimônio de Referência da instituição entre os períodos. **A Resolução CMN nº 4.958/2021** dispõe sobre os critérios de apuração dos Requisitos Mínimos de Patrimônio de Referência, de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos (i) da Resolução BCB nº 229/2022 e Circular BCB nº 3.809/2016 para risco de crédito, (ii) das Circulares BCB nº 3.634/2013, nº 3.635/2013, nº 3.636/2013, nº 3.637/2013, nº 3.638/2013, nº 3.639/2013, nº 3.641/2013 e nº 3.645/2013 e das Cartas-Circulares BCB nº 3.498/2011 e nº 3.499/2011 para risco de mercado, e (iv) da Circular nº 3.640/2013 para risco operacional. O Controlador optou pela abordagem do indicador básico para mensuração do risco operacional. **32. Eventos Subsequentes. Aprovação do aumento do capital social.** Em 30 de dezembro de 2024, o Banco teve seu capital aumentado no valor de R\$15.000 passando de R\$179.796 para R\$ 194.796. A referida movimentação foi aprovada pelo Banco Central em 14 de março de 2025.

André Schwartz - Diretor Presidente; **Bernardo Nolasco** - Diretor; **Aldeir Salvadori** - Diretor.
Simone B. Amaral - Contadora - CRC/RJ nº 087.175/O-0.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas do Banco Genial S.A. - Rio de Janeiro - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Genial S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Genial S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção à seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.** A Administração do Banco é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras.** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções

relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria de grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 28 de março de 2025. KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ Lino Martins da Silva Junior CRC-RJ- 083314/O-7



JORNAL DIARIO
COMERCIAL
LTDA:33270067000103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,
que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link <https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/>



BANCO GENIAL

CNPJ/ME 45.246.410/0001-55

NIRE 333.0002382-8

TERMO DE POSSE

Eu, **ANA CLARA MONTEIRO RODRIGUES**, brasileira, solteira, nascida em 17/08/1979, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 27.211.000 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 282.568.988-28, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 9º Andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, São Paulo (SP), pelo presente Termo, tomo posse no cargo de **Diretora Sem Designação Específica do Banco Genial S.A.** (“Companhia”), conforme eleição deliberada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2025, e autorizada pelo Banco Central do Brasil por meio do Ofício 12869/2025-BCB/DEORF/GTRJA, de 30 de maio de 2025, para exercício de mandato unificado até a data da posse e investidura nos cargos de Diretores a serem eleitos na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2026, comprometendo-me a zelar pelos interesses sociais, a cumprir as determinações legais e estatutárias inerentes ao cargo, bem como declarando expressamente, para todos os fins e sob as penas da lei, que não estou impedida, por lei especial, de exercer a administração de sociedade e nem fui condenada, ou encontro-me sob efeito de condenação: (i) a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou (iii) por crime contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade; e (iv) que o endereço de meu domicílio, acima referido, é indicado para o recebimento de citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão, nos termos e para os fins do § 2º do Artigo 149, da Lei nº 6.404/1976.

Rio de Janeiro/RJ, 06 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA CLARA MONTEIRO RODRIGUES
Data: 11/06/2025 11:39:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANA CLARA MONTEIRO RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: BANCO GENIAL S.A.

NIRE: 333.0002382-8 Protocolo: 2025/00694534-7 Data do protocolo: 09/07/2025

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 10/07/2025 SOB O NÚMERO 00007074589 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 7508B559E34560BCAA0C7860E0EF475E75F369767B4D77AAEC7B71E4F551DECB

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA BANCO GENIAL S.A., NIRE 33.3.0002382-8, PROTOCOLO 2025/00694534-7, ARQUIVADO EM 10/07/2025, SOB O NÚMERO (S) 00007074589, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
✓ 131.660.107-26	CAMILA LAPORTE DE SOUZA PINHEIRO
✓ 282.568.988-28	ANA CLARA MONTEIRO RODRIGUES
✓ 011.609.767-16	ANDRE SCHWARTZ
✓ . . / -	DOCUSIGN, INC.
✓ 899.477.897-72	RODOLFO RIECHERT



10 de julho de 2025.

Gabriel Oliveira de Souza Voi
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: BANCO GENIAL S.A.

NIRE: 333.0002382-8 Protocolo: 2025/00694534-7 Data do protocolo: 09/07/2025

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 10/07/2025 SOB O NÚMERO 00007074589 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 7508B559E34560BCAA0C7860E0EF475E75F369767B4D77AAEC7B71E4F551DECB

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 71/71